



VIVIANE DOS SANTOS BEZERRA

Do sonho à realidade: a trajetória da COAPAR na microrregião de Andradina – SP

São Paulo

2021

VIVIANE DOS SANTOS BEZERRA

Do sonho à realidade: a trajetória da COAPAR na microrregião de Andradina – SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Bezerra, Viviane dos Santos.

B574 Do sonho à realidade : a trajetória da COAPAR na microrregião de Andradina-SP / Viviane dos Santos Bezerra. – São Paulo, 2021.

130 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2021.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Comunidades agrícolas – Andradina (SP). 4. Posse da terra – Andradina (SP). 5. Cooperativas agrícolas. 6. Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR) – História. I. Título.

CDD 301.35098161

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VIVIANE DOS SANTOS BEZERRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2021, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VIVIANE DOS SANTOS BEZERRA, intitulada **Do sonho a realidade: A trajetória da COAPAR na microrregião de Andradina- SP**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus Presidente Prudente, Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA (Participação Virtual) do(a) Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia) / Universidade Federal de Alfenas. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA



PROF. DR. DAVIS CRUBER SANZOLO
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

À Sônia e Manoel, meus tesouros, que em meio a dificuldades me deram a vida e me ensinaram a perseverança e a fé.

À Lidiane, Valdemir, Valdecir, Gabriela, Kauã, Kauê, Caio e Lorena, minha família que amo profundamente.

Apesar da dissertação nos separar da rotina familiar, espero sempre conseguir conciliar a rotina acadêmica para não me distanciar das pessoas que mais amo.

À Elaine (*in memoriam*), pela sua vontade de viver.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento, em especial, a Deus, que me deu o dom da vida e saúde para que eu conseguisse me sentar e estudar diante de tantas dificuldades encontradas ao longo de minha trajetória. Ser mulher, mãe e trabalhar fora de casa é um desafio a ser encarado com muito amor e resiliência. Por isso, não me canso de agradecer a Deus todos os dias por ter me dado força para superar esses desafios.

Quero agradecer à minha família, principalmente minha mãe, minha irmã e meu marido, que me ajudaram nessa caminhada e supriram minhas ausências familiares cuidando de meus pequeninos, Caio e Lorena, que me fizeram chorar de saudade. Cada lágrima me fortaleceu para seguir rumo à vitória. A cada fim de semana sem vocês, só Deus sabia o que se passava em meu coração. Mesmo sabendo que a construção da dissertação requer, em certa medida, uma separação no convívio familiar, persistimos no sonho de comungar o trabalho acadêmico sem nos separar de nossos entes queridos.

Gratidão a meus afilhados Gabriela Beatriz, Kauã e Kauê, que sempre com o espírito da pureza me proporcionaram momentos de descontração e paixão pela vida diante de nossas brincadeiras. Sempre apaixonada por eles, mas firme em cobrar a valorização do estudo, principalmente por sermos de uma classe social que historicamente tende a ser mais fragilizada. Agradeço com muito afeto a vocês e espero que continuem me dando orgulho como têm feito.

Agradeço à minha amada e eterna irmã de coração, Elaine (*in memoriam*), que com sua partida deixou meu coração em pedaços, mas com muita força para seguir firme. Hoje, enquanto escrevia os meus agradecimentos, lembrei-me de quando dizia que se espelhava em mim e em minha irmã Lidiane, porque éramos Sem-Terra, sofridas e pobres, mas sempre fomos esforçadas e muito interessadas nos estudos – dizia que isso a motivou a voltar a estudar. Porém, teve seu sonho interrompido no ano de 2020, após poucos meses de estudo. Assim, sinto-me na necessidade de terminar este trabalho também por ela, que não pôde ter a mesma oportunidade que eu, mas que deixou uma sementinha plantada na terra, de que nunca devemos desistir de nossos sonhos. Por isso, sonho que seu filho Mateus um dia lhe dará essa alegria com um diploma.

Um enorme agradecimento ao meu primo Gabriel, que esteve comigo durante os três dias do processo seletivo. Minha admissão no curso foi possível porque tive sua ajuda para cuidar de minha pequena Lorena para que eu pudesse realizar as provas e a entrevista

nas dependências do IPPRI em São Paulo. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para minha aprovação. Minha eterna gratidão, Gabriel.

Tenho muito a agradecer à minha professora e orientadora Janaína, uma mulher incrível que confiou em mim para desenvolver o trabalho, me ajudando em um momento muito frágil de minha vida. Foi quem me ajudou a sair de uma crise na qual eu não tinha condições de seguir e me deu ânimo para continuar na luta por meus sonhos. Talvez ela não saiba o quanto foi importante para mim, mas graças à sua presença estou concluindo este trabalho tão almejado. Com sua paciência e estimada sabedoria, me proporcionou horizontes e caminhos a serem percorridos dentro de um trabalho que viesse a somar com o debate da geografia. Ela sempre foi mais que uma orientadora, foi parte de minha construção intelectual e social.

Meus sinceros agradecimentos ao professor Estevan e à professora Lívia, que estiveram em minha banca de qualificação e com suas vastas experiências apresentaram riquíssimas contribuições que foram essenciais para a elaboração da versão final desta dissertação.

Aos professores Carlos Alberto Feliciano (Cacá) e Estevan Leopoldo de Freitas Coca, que aceitaram o nosso convite para a defesa e trouxeram uma riquíssima contribuição com seus apontamentos para o debate da defesa, tornando um momento muito especial de socialização do aprendizado.

Ao Programa do TerritoriAL, pelos professores que ministraram as disciplinas, aos coordenadores do curso e a toda a equipe. Agradeço os esforços de cada um dos membros do TerritoriAL para garantir a qualidade do curso e também a existência do Programa, pois sabemos das dificuldades enfrentadas para manter um curso de tamanha qualidade e que provoca o desconforto da oposição acadêmica. O ato de assegurar um curso para esses militantes só reforça que a luta por um país mais soberano ocorre em diversos espaços e que somos companheiros nessa batalha.

Agradeço aos diretores da COAPAR (Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo) e aos assentados que contribuíram nas entrevistas para a realização do trabalho de campo.

Agradeço o esforço do colega de graduação Leandro pela confecção dos mapas.

Sem essas contribuições, este trabalho estaria comprometido. Muito obrigada a todos.

Dormindo a gente sonha
As veiz esquece de contar
É como diz o poeta
É saber rimar
Sonhando com a terra
Como é que pode plantar
Porque da terra é que vem tudo
Pra nos alimentar... (CASTRO, 2009).

RESUMO

O presente trabalho aborda o processo de construção e desenvolvimento da COAPAR (Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo) no município de Andradina – SP, considerada um elemento de luta dos territórios do campesinato na região. É empreendida uma análise da formação da cooperativa, da comercialização para o PNAE e dos desafios e avanços que potencializam a reprodução social das famílias camponesas. A cooperativa é uma instituição jurídica formada por trabalhadores assentados e pequenos produtores da região noroeste do estado de São Paulo, fruto das demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual a partir da década de 1980 passou a fomentar e organizar ocupações de terra nessa região do estado, influenciado por várias mobilizações que ocorriam pelo país. Foram empregadas diversas fontes de leitura e realizados trabalhos de campo e entrevistas, através de pesquisa militante. O Movimento ampliou suas lutas, destacando a necessidade de uma ferramenta que pudesse contribuir com a permanência dos assentados na terra para sua reprodução social. Desse modo, a cooperativa nasce em 2002, com o objetivo de se tornar uma ferramenta de luta tanto política quanto econômica para os camponeses que se somariam a uma população de 4.700 famílias assentadas atualmente. A partir de 2015, a cooperativa, através de uma decisão política, começou a elaborar projetos para fornecer alimentos a escolas e demais instituições públicas, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dessa forma, passou a atuar em mais de 40 instituições e só no ano de 2019 forneceu produtos para 37 instituições nos estados de São Paulo, Mato Grosso de Sul e no Distrito Federal, como o leite em pó, iogurte, manteiga, feijão, leite UHT, requeijão e mandioca. Mesmo diante das fragilidades e dificuldades, a COAPAR contribui decisivamente na manutenção dos territórios do campesinato na região.

Palavras-chave: COAPAR; MST; território; campesinato; Andradina;

ABSTRACT

This paper discusses the process of building and developing COAPAR in Andradina, (S.P.), considered an element of the struggle of the peasant territories in this region. An analysis is undertaken of the formation of the cooperative, the commercialization with the PNAE and the challenges and advances that enhance the social reproduction of peasant families. The cooperative is a legal institution formed by settled workers and small producers in the northwestern region of the state of São Paulo, outcome of the demands of the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), that, from the 1980s, started to foment and organize land occupations in this region of the state, influenced by several mobilizations that were taking place around the country. A variety of reading sources were employed, fieldwork and interviews were conducted, through activist research. The Movement began to broaden its struggles, highlighting the need for a tool that could contribute to the permanence of the settlers on the land for their social reproduction. Thus, the cooperative was founded in 2002, with the objective of becoming a tool for both political and economic struggle for the peasants who would add to a population of 4,700 settled families nowadays. From 2015, the cooperative, through a political decision, began to develop projects to supply food to schools and other public institutions, through the Programa de Alimentação Escolar (PNAE). This way, it began to act in more than 40 institutions, only in 2019 it supplied products to 37 institutions in the states of São Paulo, Mato Grosso de Sul, and the Federal District, such as powdered milk, yogurt, butter, beans, UHT milk, curd cheese, and manioc. Even facing weaknesses and difficulties, the COAPAR contributes decisively to the maintenance of peasant territories in this region.

Keywords: COAPAR; MST; territory; peasantry; Andradina;

RESUMEN

Este trabajo aborda el proceso de construcción y desarrollo de COAPAR (Cooperativa de Producción, Industrialización y Comercialización Agrícola de Colonos y Agricultores Familiares en la Región Noroeste del Estado de São Paulo) en el municipio de Andradina - SP, considerado un elemento de lucha de los territorios del campesinado de la región. Se realiza un análisis de la formación de la cooperativa, la comercialización del PNAE y los desafíos y avances que potencian la reproducción social de las familias campesinas. La cooperativa es una institución legal formada por trabajadores asentados y pequeños productores en la región noroeste del estado de São Paulo, como resultado de las demandas del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), que a partir de la década de 1980 comenzó a promover y organizar ocupaciones de tierras en esta región del estado, influenciadas por diversas movilizaciones que se están produciendo en todo el país. Se utilizaron diversas fuentes de lectura y se realizaron trabajos de campo y entrevistas, a través de una investigación militante. El Movimiento amplió sus luchas, destacando la necesidad de una herramienta que contribuya a la permanencia de los pobladores en la tierra para su reproducción social. Así, la cooperativa fue creada en 2002, con el objetivo de convertirse en una herramienta de lucha tanto política como económica para los campesinos que sumarían una población de 4.700 familias actualmente asentadas. A partir de 2015, la cooperativa, a través de una decisión política, comenzó a desarrollar proyectos para proveer alimentos a escuelas y otras instituciones públicas, a través del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). Así, comenzó a trabajar en más de 40 instituciones y solo en 2019 suministró productos a 37 instituciones en los estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul y el Distrito Federal, como leche en polvo, yogur, mantequilla, frijoles, leche UHT., cuajada y mandioca. A pesar de las debilidades y dificultades, COAPAR contribuye de manera decisiva al mantenimiento de los territorios campesinos de la región.

Palabras clave: COAPAR; MST; territorio; campesinado; Andradina;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Estrutura Fundiária – Brasil – 2018	30
Gráfico 1 –	Brasil – Número de assentamentos rurais – assentamentos criados – 1985-2019.....	33
Mapa 1 –	Localização do município de Andradina no estado de São Paulo.....	55
Mapa 2 –	Relações dos assentamentos nos municípios onde a COAPAR possui tanques resfriadores de leite.....	80
Figura 1 –	Sede atual da cooperativa COAPAR e a loja agropecuária em Andradina.....	84
Quadro 2 –	Produtos industrializados pela COAPAR	93
Figura 2-	Imagem do leite pasteurizado.....	93
Figura 3-	Imagem do iogurte 1 L e 180 ml.....	94
Figura 4-	Imagem da manteiga e leite em pó.....	94
Figura 5-	Produtos que a COAPAR pode comercializar, tanto com a marca COAPAR ou Melhor do Campo.....	95
Mapa 3 –	Relação das cidades onde a COAPAR forneceu no PNAE (2017-2020).....	96
Gráfico 2 –	Quantidade de leite comercializada em cada mês no ano de 2019.....	99
Gráfico 3 –	Quantidade de leite comercializada por dia se comparada com a quantidade de leite captado no mês	100
Quadro 3 –	Comparação entre a agricultura convencional e a familiar	112
Figura 6-	Imagens da construção do laticínio.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COAPAR	Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
SPU	Secretaria de Patrimônio da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTO DA APROPRIAÇÃO DE TERRAS, QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E DISPUTAS TERRITORIAIS	18
2.1	Campesinato brasileiro, suas raízes, lutas e resistências: território em disputa	33
2.2	O Campesinato.....	37
3	LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRARIA: Breve Relato das Lutas Sociais no Estado De São Paulo.....	42
3.1	Breve relato da luta pela terra na região noroeste do estado de São Paulo	43
3.2	Localização geográfica da cooperativa COAPAR	54
4	CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE COOPERATIVISMO E FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS	62
4.1	Trajetória da fundação da cooperativa de produção COAPAR.....	69
4.2	Consolidação da cooperativa.....	76
4.3	Consolidação da diretoria.....	81
4.4	Consolidação das vendas do PNAE pela cooperativa.....	82
4.5	Crise financeira: Resistencia contra a perca da COAPAR.....	84
4.5.1	Recuperação financeira.....	85
5	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO TERRITORIO DENTRO DE UM NOVO MODELO DE COOPERATIVA.....	102
5.1	Compreensão da distribuição dos resultados do PNAE para os cooperados	105
5.2	COAPAR: Ferramenta de manutenção do território camponês.....	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho estudou o processo de construção e desenvolvimento da COAPAR (Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo) no município de Andradina – SP, considerada um elemento de luta dos territórios do campesinato na região. A COAPAR é fruto da necessidade das famílias e do próprio Movimento Sem Terra de atuar como uma ferramenta de apoio financeiro para as famílias assentadas. A ideia da construção de uma cooperativa nasceu no final da década de 1980, ainda nas cidades de Campinas e Sumaré – SP, quando um grupo de assalariados desempregados se reuniu para articular um processo de ocupação em algumas terras decretadas como improdutivas no estado de São Paulo. Esse grupo veio de Campinas para lutar por reforma agrária na região de Andradina, e a partir dele se destacaram lideranças que se tornaram membros do Movimento Sem Terra, o qual concomitantemente se formava na região.

Nesse processo de luta por terra, foi conquistado o assentamento Timboré, localizado no município de Andradina e Castilho. Após a conquista dessa área, a efetivação da cooperativa deu seus primeiros passos até a sua oficialização no ano de 2002, quando se torna uma empresa jurídica.

No início, essas famílias viviam acampadas dentro da área do assentamento Timboré, das quais muitas já estavam desgastadas pelas lavouras coletivas que produziam para garantir a alimentação dos moradores do acampamento. Diante dessa exaustão por diversas questões e da força e garra que emergiam da juventude, houve a necessidade desses jovens de assumirem tarefas nas instâncias do Movimento e de continuarem organizando a produção nessas lavouras. Desse modo, engajados na produção e no Movimento, surgiu a ideia de efetivar a construção da cooperativa, que era uma necessidade dos jovens e, ao mesmo tempo, uma demanda do Movimento Sem Terra.

Assim, esse coletivo organizado, formado em sua maioria por jovens, assumiu a tarefa de montar uma cooperativa. Após várias reuniões e debates, a cooperativa foi criada em 1998, mas registrada só em 2002. Começou a funcionar com apenas dois tanques resfriadores de leite em dois assentamentos distintos: Timboré e Rio Paraná, nos municípios de Andradina e Castilho, respectivamente.

Nos anos seguintes, ela gradativamente ganhava força, e o Movimento Sem Terra também. Na medida em que o Movimento Sem Terra conquistava uma parcela de terra, a

cooperativa crescia, pois em cada terra conquistada instalavam um tanque resfriador de leite. Com isso, a cooperativa adentrou os assentamentos da região de Andradina na mesma velocidade que a desapropriação das áreas. Com seu crescimento expansivo, a cooperativa intensificava sua busca por novos projetos que pudessem auxiliar as famílias.

Em 2015, a cooperativa assumia um novo desafio. Na ocasião, já havia sido instituído o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A cooperativa, no intuito de avançar na produção e comercialização do leite produzido pelos assentados, passou a industrializá-lo e transformá-lo em derivados, como iogurte, manteiga, leite em pó, requeijão e outros produtos para serem comercializados para diversas instituições de ensino e demais unidades públicas.

Com as vendas do PNAE, a cooperativa expandiu seu grau de atuação nos municípios contemplados, o que propiciou tanto divulgar a marca dos assentados como assegurar a permanência dos trabalhadores no campo devido à venda garantida da matéria-prima, no caso, o leite in natura para industrialização.

A COAPAR se tornou, a partir de sua oficialização, um importante instrumento de luta para a permanência e reprodução do campesinato nas áreas de reforma agrária, contribuindo para a comercialização da produção. Ao mesmo tempo que é um instrumento de luta, a Cooperativa é fruto da criação dos assentamentos: só existe porque os assentamentos foram instituídos; do contrário, não existiria. Dialeticamente, as duas situações ocorrem reciprocamente, uma está condicionada à outra. O registro da COAPAR evidencia sua expansão e atuação territorial desde a sua fundação, como será visto no decorrer da pesquisa.

Para a construção deste trabalho, organizamos quatro capítulos para melhor compreensão do leitor. No primeiro, apresentamos o processo de ocupação da terra, no qual se instituíram as primeiras formas de apropriação do solo, construindo os alicerces da concentração fundiária que permanece na atualidade brasileira. Para tanto, utilizamos autores clássicos como Martins, Guimarães e Oliveira, a fim de argumentar o processo de apropriação desigual e predatória da terra.

No segundo capítulo, será apresentada a origem da luta e resistência que houve no estado de São Paulo no intuito de entender o processo de disputas territoriais ocorridas na região, que antecede o surgimento do Movimento Sem Terra para a criação dos assentamentos de reforma agrária.

No terceiro capítulo, será abordado o processo de gestação da COAPAR, percorrendo toda a sua trajetória para dialogar com a sua atual expansão. Para tal, usaremos

como subsídio as entrevistas com atores e protagonistas desse período que transformaram a cooperativa, que era um sonho, em uma realidade concreta.

No quarto capítulo, com base nos dados obtidos pelo PNAE, analisaremos o quanto a COAPAR tem potencializado a permanência da vida no campo e a reprodução social e territorial dessas famílias, entendendo que a Cooperativa apresenta características pertinentes que devem ser analisadas para que em nossas considerações reafirmemos que esta, de fato, se diferencia de outros formatos de cooperativas e que tem se mostrado capaz de seguir contribuindo para a manutenção do território do campesinato.

Ainda nesse capítulo, destacamos a identidade própria da Cooperativa que, em nosso entendimento, revela uma forma de cooperação inovadora, que a torna muito diferente das estruturas das cooperativas nos estados do Sul do país.

Para dar maior autenticidade ao nosso trabalho, buscamos embasamento nos autores que mais se aproximam da nossa investigação e análise, de modo a interpretar a dinâmica das ciências sociais.

Ninguém hoje ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesse e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. (MINAYO, 2002, p. 14).

Dessa forma, ao se fazer a pesquisa enquanto sujeito que estuda um objeto, é indispensável o cuidado científico para não se colocar em evidência o sujeito sobre o objeto. Assim sendo, a metodologia cumpre um papel essencial para o desenvolvimento do trajeto a ser percorrido na pesquisa. “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2002, p. 16).

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para a entrada em campo) como definição de instrumento e procedimentos para análise dos dados. (DESLANDES, 2002, p. 43).

Nesse sentido, para que o trabalho em análise seja compreendido em sua totalidade, será utilizado um conjunto de procedimentos que fizeram parte do projeto de pesquisa apresentado no início do mestrado. Dessa forma, foi traçado um plano de trabalho seguindo os passos descritos abaixo.

Primeiro, o diálogo com a orientadora a respeito do tema a ser analisado. Com a definição do tema, foram indicados autores como referências para fundamentar o trabalho e foi elaborado um croqui dos capítulos a serem desenvolvidos.

Após a leitura das obras, foi feita uma escrita preliminar dos capítulos para discussão com a orientadora. Em seguida, foram adicionadas sugestões, críticas, ponderações e elogios ao texto prévio.

A partir dessa conversa, houve novas indicações de leitura e anotações da bibliografia, além da execução do trabalho de campo – formal e informal – e das observações, reflexões e registros proporcionados por este. Cabe ressaltar que o trabalho de campo informal refere-se à vivência da autora como parte integrante do assentamento Timboré, pois participou de toda sua trajetória de luta e é onde vive atualmente com sua família. Assim, existem reflexões que foram concebidas em outros momentos de intimidade no assentamento, na convivência em grupos (festas de aniversário, reuniões, missas, novenas, entre outros), que, portanto, fazem deste estudo uma pesquisa militante.

Para a realização do trabalho de campo foram selecionados todos os cinco diretores sócios-fundadores da COAPAR que ainda são atuantes na cooperativa, além de quatro assentados que participaram do período de construção da COAPAR e que ainda residem no assentamento, e dez integrantes de assentamentos aleatórios que possuem vínculo posterior ao surgimento da cooperativa. A todos os entrevistados foram feitas diferentes perguntas, pré-estabelecidas pela pesquisadora, de acordo com a atuação ou posição perante a cooperativa. As entrevistas foram gravadas e os entrevistados representados por números, a fim de terem suas identidades preservadas. O trabalho de campo ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2019.

A escolha da bibliografia esteve próxima dos autores que discutem o campesinato, por este ser nosso objeto de estudo, resultado das realizações dos camponeses transformando frações do território. A organização e a análise dos dados serão apresentadas no terceiro e no quarto capítulo da pesquisa, a fim de fornecer elementos de análise e reflexões da realidade, contribuindo com uma reflexão mais embasada para o pesquisador.

O estudo da cooperativa se torna pertinente, pois esta evidencia uma linha diferente percorrida pelos camponeses em relação às teorias que acreditavam em seu assalariamento e outra que acreditava em seu desaparecimento. Diante da pesquisa, foi possível identificar que houve um rearranjo dessa classe que, depois de tantos anos, continua a se reproduzir e se metamorfosear, territorializando no espaço e dinamizando a sociedade. Esses sujeitos fazem parte de um processo ímpar de reafirmar que existe um campo em movimento. Diante disso, é necessário investigar a criação e a consolidação da Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), para que ela possa ser

entendida como um instrumento de luta importante para a reprodução social das famílias camponesas nos territórios de reforma agrária.

2 CONTEXTO DA APROPRIAÇÃO DE TERRAS, QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E DISPUTAS TERRITORIAIS

Neste capítulo, abordaremos o tema da apropriação da terra e a questão agrária brasileira. Antes disso, iremos relatar o processo de desenvolvimento do capitalismo, o qual forja a sociedade atual. Tal fato se torna pertinente, pois é no decorrer da história do país que se pode verificar como cresceu a concentração da terra e as relações estabelecidas historicamente para o campo que colocam a classe camponesa em evidência e proclamam uma nova forma de socialização da terra, bem como uma nova perspectiva sobre assentamentos como a COAPAR, a qual foi instituída com a finalidade de ser um elemento importante de luta e desenvolvimento do campesinato como um todo na região.

Ao discutir a questão da terra, consideramos todo o processo de ocupação do território brasileiro. Sua formação territorial garantiu a apropriação das terras e a territorialização do latifúndio, ao destacar o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo no que diz respeito à concentração da terra – o que não pode ser tratado superficialmente, pois é nesse processo de ocupação desigual que temos a face do poder expropriatório. Segundo a OXFAM:

La lucha por la tierra ha provocado conflictos internos, desplazamientos y violaciones de derechos humanos. Los intentos de reforma agraria han fracasado de forma generalizada, en gran medida porque la entrega de tierras a familias campesinas no se acompañó de políticas que hicieran viable la agricultura familiar. A menudo se corrompió, beneficiando a personas allegadas al poder y no a quienes más las necesitaban. Y muchos avances importantes se revirtieron posteriormente con políticas que desregularon el mercado de tierras y facilitaron la acumulación. (OXFAM, 2016, p. 5).

Nesse texto da OXFAM, a América Latina é colocada em destaque, sendo fortemente apresentado o aumento da desigualdade devido à concentração e controle da terra, o que acarreta uma série de consequências para além do mundo rural:

La desigualdad en torno a la tierra no solo afecta al mundo rural, sino que es un obstáculo para el desarrollo sostenible pues limita el empleo, amplía los cinturones de pobreza urbana y socava la cohesión social, la calidad de la democracia, la salud del medioambiente y la estabilidad de los sistemas alimentarios locales, nacionales y globales. (OXFAM, 2016, p. 5).

Nesse sentido, a alta concentração da terra nesses países contribui para uma desigualdade em uma escala muito maior, que não se restringe ao campo. Assim, a concentração da terra e o controle sobre ela têm se acelerado de modo que:

Las concesiones mineras y petroleras se han multiplicado desde el año 2000 en Bolivia, Colombia, Perú y Ecuador. Las plantaciones forestales en la región crecen a un ritmo de más de medio millón de hectáreas cada año, ocupando una fracción cada vez mayor del territorio en Chile, Brasil y México. La ganadería avanza de forma imparable sobre el Gran Chaco (en Argentina, Paraguay y Bolivia), provocando las mayores tasas de deforestación del mundo y amenazando la supervivencia y el bienestar de pueblos indígenas, algunos de ellos no contactados. Y la producción agrícola, liderada por cultivos como la soja, la caña de azúcar y la palma aceitera, bate récords de superficie año tras año en Brasil, Argentina y Paraguay. (OXFAM, 2016, p. 6).

O que ocorre com esse arranjo territorial a partir da concentração da terra é parte de um contexto histórico que vem ganhando espaço na América Latina juntamente com as lutas dos movimentos sociais, fato muito íntimo dos antecedentes históricos da América.

A colonização brasileira é parte de um processo de modificação ocorrida na Europa. Para o autor Jacob Gorender:

Iniciado no século XV e intensificado no século XVI, ocorre, a partir da Europa Ocidental, um processo de significação histórico-mundial. Esse processo desdobra-se nos seguintes aspectos principais:

- a) A expansão comercial ultramarina entrelaçada todos os continentes e cria, pela primeira vez, o mercado mundial, com uma divisão intercontinental da produção.
- b) Inicia-se e desenvolve-se o colonialismo da época moderna, com a subordinação, econômica e política, de áreas dos demais continentes à Europa Ocidental. Nos continentes subordinados, surgem variadas formas de colonização europeia.
- c) A criação do mercado mundial e a exploração colonialista impulsionam a acumulação originária de capital e aceleram a formação do modo de produção capitalista num grupo de países do ocidente europeu.
- d) Pela primeira vez, a história da humanidade torna-se universal. (GORENDER, 2010, p. 141).

Partindo dessa premissa, várias embarcações saíram pelos rios, mares e oceanos à procura de especiarias, trocas mercantis, entre outros. Ao que se sabe, embarcações vindas da Espanha, França e Portugal, por exemplo, atracaram no continente americano. De fato, a surpresa encontrada foi a vida humana que já se instalava por aqui: havia índios espalhados por diversos cantos da América, inclusive no Brasil, que foram dominados e colonizados. O Brasil se tornou colônia de Portugal por alguns séculos. Alberto Passos relata que, antes da descoberta pelos portugueses, o país:

Era de paz e sossego a vida brasileira antes de começar a nossa história. Dela assim fala Jean de Lery, um dos primeiros cronistas a registrar as condições de existência aqui surpreendidas pelos conquistadores vindos de além-mar. (GUIMARÃES, 1964, p. 9).

Para esse autor, “a terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito longe se achavam os seus donos de suspeitar que pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada” (GUIMARÃES, 1964, p. 9).

A partir da chegada dos europeus ao Brasil, a vida corriqueira que existia aqui sofreu, ao longo dos anos seguintes, uma verdadeira modificação. A prática do escambo entre os índios e os portugueses se tornava usual e aos poucos se fortalecia uma relação entre ambos. Assim:

Por muitos anos adiante, tal método de resgate das riquezas da terra e de aliciamento da mão-de-obra nativa dera provas de completa eficácia. Assim fora preparada e embarcada a carga da nau Bretoa, à altura do ano 11 da Descoberta, e assim também se procedera com o carregamento de outros barcos que a procederam, sobre os quais se tem notícias menos precisas. Portugueses e franceses, que vararam a costa, do Cabo Frio ao Cabo de São Roque, nesses primeiros tempos, devastaram florestas na apanha de milhares de toros de pau de tinta, sem que precisassem empregar, nas suas relações com o gentio, outros elementos mais persuasivos que a oferta, em troca da riqueza extraída, de uma reduzida variedade de bugigangas. (GUIMARÃES, 1964, p. 9-10).

Anos mais tarde, essa prática se tornava decadente, mas já havia uma intenção: “a política então vigente na Metrópole orientava-se no sentido de tornar o gentio a principal força de trabalho na exploração extrativa” (GUIMARÃES, 1964, p. 13).

A colonização trouxe uma nova forma de olhar ao país, de modo que:

A partir do momento em que algo mais do que a riqueza extrativa passa a despertar a cobiça da metrópole portuguesa, começam a apagar-se os vínculos que nos atavam à pré-história. A transformação da terra conquistada em colônia de exploração exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade que somente poderiam viçar sobre as ruínas das instituições primitivas. (GUIMARÃES, 1964, p. 14).

Quando se deu essa necessidade de apropriação da força de trabalho sobre os indígenas, ocorreu uma ruptura nas relações entre estes e os conquistadores. Houve o predomínio de métodos que utilizavam a força de trabalho dos índios cativos para explorar progressivamente as terras que pertenciam a eles próprios. Dessa forma, o autor menciona:

Desde então, tomava formas cada vez mais cruéis a predação dos silvícolas, a caça por todos os meios desumanos com que se havia de nutrir de braços cativos as plantações e os engenhos que já se espalhavam pelas capitâneas mais prósperas.

Penetravam, sertão adentro, as hordas de preiadores à cata de braços indígenas, os quais se supunha seriam capazes de desempenhar, resignados e submissos, o papel que lhes reservava o novo sistema de produção implantado pela empresa colonial. O índio livre foi, assim, banido de suas terras e expulso para longe do litoral, onde só

permaneciam os que à força tinham caído no cativeiro. (GUIMARÃES, 1964, p. 16).

Com a invasão da América, os colonizadores implementaram formas de colonização que correspondessem às suas necessidades na metrópole. Acostumados a usar escravos de guerra ou outras formas de coerção, viram que na América teriam que adotar uma nova forma de opressão. Especificamente no caso brasileiro, perceberam que o escambo resolveria de imediato esse problema, tendo em vista que os indígenas aqui residentes em certo momento se “encantaram” com as invenções dos europeus. Porém, como já foi visto, isso teve um limite para os silvícolas; com seu extermínio, iniciou-se um segundo momento de dominação a partir da força sobre estes.

A sociedade indígena entrava em decadência em virtude do extermínio sofrido por parte da invasão colonial ocorrida na América. A coroa portuguesa, ao perceber que o escambo estava em decadência, impulsionou formas de garantir sua dominação sobre os nativos. Para o autor:

Tribos inteiras foram jogadas contra outras tribos, para o que se agravavam antigas discórdias e se fomentavam novas. Na arte de intrigar os nativos, de despertar e acirrar ódios entre os mesmos, os colonizadores portugueses aplicaram aqui sua grande perícia já comprovada em outras áreas e repetida com toda a perfeição, mais tarde, na caça aos negros da Guiné. Desse modo, o mercado de trabalho iria rapidamente aumentar, ao suprir-se também com os prisioneiros feitos pelas tribos vitoriosas nas guerras a que, para tal fim, os indígenas eram empurrados. Amiudavam-se as entradas e sucediam-se as guerras de extermínio dos brancos contra os índios, a que estes respondiam com investidas e ataques de consequências não menos terríveis para muitos dos colonizadores. Os maciços descimentos, a que eram arrastados os prisioneiros resultantes dessas empreitadas sangrentas, tornavam-se cada vez mais frequentes, à medida que crescia a enorme mortandade dos indígenas cativos, vitimados pelo rude regime de trabalho a que os submetiam, constrangidos a viver num ambiente inteiramente diverso daquele a que se haviam acostumado....nos engenhos e plantações fundadas pela nobreza lusitana, o indígena teimava em rejeitar o trabalho escravo, dava constante demonstrações de rebeldia e, quando não conseguia fugir, terminava abatido pelos castigos ou pelas doenças, morrendo às dezenas ou às centenas. (GUIMARÃES, 1964, p. 16-17).

Para os europeus, a chegada ao continente era de abrilhantar os olhos: grandes matas, uma riqueza de espécies de animais e plantas, exuberantes áreas marítimas, madeira para ser extraída e comercializada, uma terra inteira a ser apropriada. Os colonizadores não compreendiam a vida dos índios que viviam em regime comunal com a terra, retirando da natureza apenas o que era necessário para sobreviverem. Os indígenas não possuíam em seu

seio o germe da apropriação individual da natureza; isso viria com os colonizadores que viviam e interpretavam a sociedade diferentemente naquele período.

A propósito, ao se referir ao índio cativo do período colonial, é notável que esse foi o primeiro habitante nativo do Brasil com características pertinentes aos primeiros camponeses que aqui resistiram ao ataque da coroa portuguesa. Há relatos descritos por Guimarães que “passara de 500.000 o número de mortos e cativos [...] e cerca de 15.000 índios que foram vendidos, aos lotes, em praça pública” (GUIMARÃES, 1964, p. 18). Em vista disso, é possível analisar que a situação brasileira se tornava vulnerável, havia uma verdadeira tomada do território: apropriaram-se das terras pertencentes aos indígenas e, não o bastante, tomaram posse dos indígenas para que trabalhassem como escravos em suas próprias terras, a fim de atender a uma demanda da metrópole portuguesa, a qual, quando se via ameaçada por estes, dizimava cruelmente os indígenas. Com isso, inúmeros povos foram exterminados e os que sobreviviam eram levados para serem escravos pertencentes ao colonizador. Sobraram apenas alguns povos que se deslocaram para dentro do continente, fugindo do massacre e da escravidão portuguesa.

Ante o exposto, identificamos duas questões que nascem contraditoriamente com a colonização portuguesa: a primeira remete-se à expropriação e apropriação de terras por parte dos portugueses sobre os índios, e a segunda, à luta e à resistência para a manutenção de seu espaço de reprodução; questões ainda muito atuais no debate do campesinato.

Por sua vez o gentio não se comportava passivamente em relação aos seus perseguidores e redobrava seus assaltos com cada vez maior audácia. Rebelava-se igualmente contra o trabalho sedentário, tornava-se um escravo de ínfimo rendimento e manifestava pela indolência seu protesto contra o estilo de vida a que o queriam subjugar. (GUIMARÃES, 1964, p. 18).

Essa forma de resistência contribuiu para a manutenção de uma camada social que sentiu a necessidade de contrapor uma dominação que se instalava no território brasileiro, onde se desenvolvia o latifúndio. Para Guimarães:

Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. (GUIMARÃES, 1964, p. 20).

A colonização foi ainda mais violenta quando colocou à disposição as terras brasileiras para a exploração e domínio colonial. Guimarães argumenta que:

Dividiam-se as simpatias da Metrópole Portuguesa entre os homens de qualidade e os homens de posses, estes os mais desejados quando se

tratava de fixar na agricultura os interesses da exploração colonial. (GUIMARÃES, 1964, p. 39).

O autor acrescenta que “em todo o continente europeu, tendiam a agravar-se choques de interesses, entre o mundo decadente – o feudalismo – e o que nesse mundo se gerava como fruto de suas entranhas – o mundo da burguesia” (GUIMARÃES, 1964, p. 39). Dessa forma:

A legislação de sesmarias representava, em Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos que se acentuava à medida que se decompunha a economia feudal, na razão do crescimento das atividades dos centros urbanos. (GUIMARÃES, 1964, p. 41).

A colonização portuguesa estabelecia seu poder sobre as terras brasileiras a cada período: a expropriação dos índios, a retirada do pau-brasil para o comércio e, depois, a retirada da mata nativa para implementar a cultura do açúcar nas terras férteis brasileiras. Isso fez com que a legislação das sesmarias se consolidasse ainda com maior força. Alberto justifica que:

Caberia ao açúcar uma função excepcionalmente importante. O seu modo de produção permitiria a Portugal materializar, numa admirável síntese, a solução dos seus problemas fundamentais. Viria o açúcar possibilitar a ocupação da terra em moldes inteiramente ao gosto feudal da época. A certeza de grandes lucros bastaria para atrair a classe dos mercadores, cujos representantes seriam intermediários e banqueiros dos nobres na empresa do açúcar. (GUIMARÃES, 1964, p. 42).

Com a instalação das lavouras de açúcar, instaurava-se o monopólio da terra com mais eficiência, colocando em evidência a necessidade do trabalho escravo para produzir nessas áreas destinadas aos sesmeiros.

Nessa nova realidade imposta para a produção, inúmeros negros foram traficados para diversos países, incluindo o Brasil, com a justificativa de suprir a necessidade de mão de obra que seria usada nos engenhos de cana-de-açúcar. Para o autor:

Por ocasião, suavam sangue nos latifúndios cafeeiros fluminenses entre 300.000 e 400.000 escravos. Quando cessou o tráfico, e o número de “peças” contrabandeadas já se tornara insignificante, os barões do café tiveram de voltar-se para os estoques do Nordeste, importando das áreas açucareiras os braços mais musculosos e o que de melhor havia na escravatura negra. Com isso o preço de cada “peça” não cessou de elevar-se, chegando a cerca de 2:000\$000, em termo médio, na década de 70. (GUIMARÃES, 1964, p. 77).

Durante décadas os negros foram traficados e tratados como peças, assim poderiam ser vendidos e comprados por qualquer senhor, para serem escravizados nas

lavouras em expansão. Essa forma de apropriação dos negros impulsionou muita luta e resistência em fazendas e em alguns quilombos para conquistarem sua liberdade. Porém, o acesso à terra continuava um problema a ser superado.

A colonização trouxe a marca da segregação social. A terra foi apropriada sem medidas para os donatários, enquanto os habitantes nativos do país foram ignorados. Tal fato foi suficiente para retirar o direito e o acesso à terra de muitas gerações posteriores.

A história do Brasil que foi veiculada à sua nação é sucessora a 1500; pouco ou quase nada se comenta sobre o período precedente, como se a vida aqui tivesse iniciado apenas após a colonização. A apropriação do Brasil nasce paralelamente com sua gênese, que desde os primórdios foi imposta por uma classe burguesa.

O caráter concentrador, construído através de um arranjo das elites e do governo, legitimou a concentração da terra que se prolongou até os momentos atuais, desestruturando o país. A história está atrelada às necessidades de um determinado modelo de desenvolvimento econômico, que atua de acordo com suas necessidades, privilegiando o que é de seu interesse. Antônio Candido menciona que “[...] a História se ocupa do que ficou documentado, e a documentação se refere geralmente à vida das camadas dominantes” (CANDIDO, 1964, p. 4). Martins relata que: “A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes” (MARTINS, 1981, p. 26). A história tradicional nos revela isso, mas hoje há outras vertentes que não partem dessa abordagem.

Desse modo, muito do que se conhece está ligado ao pensamento de uma classe dominante, que deixou registrado o que lhe convinha e o que a sustentava enquanto classe, na garantia de permanecer dominando institucionalmente. Assim, tratou de se beneficiar e relegar os sujeitos que também faziam parte desse processo. Essa classe garantiu seus privilégios, dentre eles a terra, que continua sendo um elemento fortemente disputado entre camponeses e latifundiários.

Após 1500, o Brasil, com a colonização, os Portugueses aprimoram mecanismos de ocupação do seu território, de modo que a:

História agrária do Brasil sempre esteve ligada a concentração de terras. A primeira forma de acesso jurídico à terra no país foram as sesmarias. Regime que se configurou como a base do latifúndio e perdurou até 1922, data em que chegou ao fim. Somente em 1850 surgiu a Lei de Terras, após quase 30 anos sem nenhuma legislação de acesso à terra. Foi estabelecido com a Lei que a aquisição de terras no Brasil seria possível

somente por intermédio da compra. Importante frisar que essa lei foi elaborada pelos grandes latifundiários da época, com o objetivo de dificultar o acesso a terras pelos negros recém libertos e pelos imigrantes. Esse fato refletiu não somente no período em questão, mas em todo o contexto atual do Brasil. (ALMEIDA, 2012, p. 1).

A partir de então, iniciam-se várias “propostas”, por parte da elite da época, em povoar o país. Martins argumenta sobre a concessão de terras no período colonial e a dificuldade encontrada pelo camponês nesse período:

[...] A concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre direitos de posseiros. Não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados [...] a posse do fazendeiro conduzia a legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês- desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos. (MARTINS, 1981, p. 35).

No mais, a disparidade era abrangente para a maioria da classe pobre do período, a qual se distanciava do direito à propriedade.

No período colonial, quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança. A interdição da propriedade, desse modo, alcançava não só o índio reduzido à condição de peça e escravo, nas fazendas e nos aldeamentos organizados e administrados pelos padres e pelas câmaras, como alcançava também o filho de branco sem pureza de sangue. (MARTINS, 1981, p. 31-32).

A exclusão do camponês se acentuava, pois “o camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial” (MARTINS, 1981, p. 38). Essa situação dificultava a autonomia do camponês, que estava sujeito à manipulação dessa classe que se apropriou indevidamente da terra. Martins reforça que:

Por serem pobres, esses camponeses estavam excluídos de toda e qualquer participação na estrutura de poder de então. A Constituição de 1824, confirmando a exclusão política dos pobres, estabelecia, entre outras, uma restrição essencial de ordem econômica para que alguém pudesse ser eleitor ou elegível. Nas eleições paroquiais, a renda líquida de Rs. 100\$000 (cem mil réis) era uma das condições, o que equivalia a uns 759 kg de açúcar ou 1.500 kg de farinha de mandioca, ou uns 6 bois, uns 4 cavalos. (MARTINS, 1981, p. 40).

Em suma, essa apresentação de posse somente garantia a manutenção de uma divisão social que contribuía apenas para a desigualdade. Sobre isso, Ariovaldo Umbelino pontua:

Historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas, estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial. Com a independência e com o fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terra. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os escravos que foram sendo libertos. (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

Portanto, para Oliveira (2001), essa forma de distribuição de terra legitimou grandes latifúndios anteriormente à Lei de Terras de 1850. Para ele, quando essa Lei foi vigorada limitou ainda mais o acesso à terra para os mais pobres. Oliveira aponta que a estratégia de institucionalizar a Lei de Terra tal como ela foi implementada era uma estratégia do governo para garantir os privilégios para a elite, e sua sustentabilidade, os órgãos governamentais institucionalizavam leis no intuito de extinguir o acesso à terra pela população pobre e garantir o seu poder perante ela. Essa medida privou o acesso à terra, mas não foi suficiente para segurar uma grande massa mobilizadora que se formava. Assim, a partir da segunda metade do século XX, eclodiram lutas significativas por terra em todo o Brasil e também vários movimentos que se fortaleciam para lutar por terra. Para Martins,

[...] As classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituiu um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. [...] A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio de Estado e Estado controlado por uma forte classe e fazendeiros. (MARTINS, 1981, p. 41-42).

Portanto, a Lei de Terras permitiu que todas as propriedades, independentemente do tamanho, fossem particulares, e transformou em devolutas do império todas as terras que não eram das sesmarias e outras – tanto as faixas de fronteiras quanto as faixas da marinha, sendo agora de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), órgão

público criado para assegurar o direito à propriedade da terra.

A Lei de Terras trouxe questões muito relevantes para a atualidade. A efetivação da propriedade privada, através do mecanismo de compra como a principal forma de obtenção de terras públicas, permitiu, em certa medida, a inviabilização de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada, principalmente para os pobres.

Assim, distanciando o camponês da terra, o governo imperial conseguia arrecadar mais impostos e taxas com a criação da necessidade de registro e demarcação de terras em prol de financiar a imigração estrangeira, voltada para a geração de mão de obra, principalmente para as lavouras de café muito expressivas no período. O tráfico de escravos vinha declinando, necessitando de mão de obra “barata” desses camponeses.

Essa medida penalizou ainda mais os pobres do período, já que dificultou a compra ou a posse de terras por pessoas sem poder aquisitivo, fortalecendo a exclusão social – impulsionando até hoje o aumento do preço de terras no Brasil e sua concentração exacerbada e favorecendo principalmente os grandes proprietários rurais, que passaram a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola.

Muitos foram os que se beneficiaram com essa nova investida: tornaram-se comerciantes, de modo que a terra se tornou um bem comercial (fonte de lucro). Tirando dela o caráter de status social derivado da simples posse, arranca-se o caráter de terra para a reprodução da vida, e ela passa a ser fonte de riqueza, voltada principalmente para a classe dominante.

Diante do exposto processo de apropriação de terra no Brasil, é notório que a implementação da Lei de Terras trouxe algumas consequências: a manutenção da concentração de terras, que ainda é um problema latente; a regulamentação da propriedade privada, principalmente na área agrícola do Brasil, aumentando a concentração de terra; o aumento do poder oligárquico e suas ligações políticas com o governo imperial, nas quais ainda vemos resquícios, partidos políticos que se beneficiam com o uso da propriedade privada da terra; expropriou sujeitos de baixa renda da terra e outros que perderam suas terras e sua única fonte de subsistência e reprodução social. Muitos foram trabalhar como empregados nas grandes propriedades rurais que estavam em expansão, principalmente a economia cafeeira no Brasil, favorecendo a elite agrária brasileira. Outros, contraditoriamente, destinaram-se aos centros urbanos surgentes da época.

Para manifestar insatisfação a respeito das questões já mencionadas, muitos enfrentamentos ocorreram, muitos corpos tombaram na luta por dignidade: as lutas levantadas por Antônio Maciel, o Conselheiro que fundou a comunidade Belo Monte na

Bahia, o Contestado na divisa entre Santa Catarina e Paraná e o cangaço no Nordeste. Essas seriam as sementes dos movimentos atuais.

Na medida em que os anos se passaram e a sociedade evoluiu, a semente da resistência também continuou a ser plantada e foi tomando características coletivas. Lideradas por famílias que se organizaram e reivindicaram terra para a sua reprodução, surgiram as lutas por reforma agrária, que foram fundamentais para garantir uma forma de enfrentamento perante a instituição colocada.

Embora as lutas por reforma agrária não tenham sido suficientes para garantir uma ruptura das condições impostas sobre a realidade no campo, elas foram capazes de incomodar o setor latifundiário, gerando o questionamento sobre a realidade vivenciada no Brasil. Nesse sentido, inquietando o avanço do capitalismo no campo, os movimentos sociais propõem que a política agrária brasileira seja repensada de maneira a promover o acesso à terra para a manutenção do campesinato.

O relato da história do Brasil está fortemente atrelado às lutas e resistências ocorridas nesses séculos. Atualmente, as lutas no campo influenciam diversos degraus de luta. Dessa maneira, a busca por recursos para a manutenção dos territórios é essencial. Vemos que as lutas permanecem inclusive para a manutenção dos territórios de reforma agrária.

Contudo, em virtude das inúmeras formas de luta no campo que questionam o cenário brasileiro e pleiteiam o direito à terra de tantas famílias acampadas em barracos de lona à beira de estradas, ou a demarcação de terras indígenas, ou o reconhecimento de terras quilombolas, por conta da pressão exercida por essas famílias, vemos a partir de 2004, através do governo federal, a criação de políticas públicas ou medidas compensatórias para amenizar a precariedade no campo. Dessa forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é nosso objeto de estudo, torna-se uma das saídas para a continuidade da vida no campo e o fortalecimento das cooperativas ou associações.

Em aspectos gerais, a criação de políticas públicas tem contribuído para a manutenção de assentamentos de reforma agrária e o desenvolvimento, mesmo que limitado, de inúmeras famílias nas áreas de assentamentos. Todavia, como se trata de uma política pública que não é cumprida ao pé da letra pelo Estado, é possível verificar a sua diferente postura em face dos diversos tipos de governo. Assim, cabe mencionar que no último período, mesmo com o fortalecimento das lutas sociais e a conquista da reforma agrária, ainda estamos à mercê de uma política conservadora. Os orçamentos destinados à

desapropriação de novas áreas para a reforma agrária vêm sofrendo brusca diminuição. É injetado um valor simbólico apenas para cumprir o orçamento, incapaz de solucionar as diversas demandas exigidas para esse programa.

Em 2017, a dotação orçamentária foi reduzida em R\$ 230,50 milhões, quando comparada com maio de 2016 (redução de 27,44% em valores atualizados pelo IPCA). Houve uma redução abrupta dos orçamentos para a indenização na obtenção de novas áreas para a criação de assentamentos (-78,85%); fomento à agroindustrialização e à comercialização (-73,00%); assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária (-59,35%); educação do campo (-55,74%), e reconhecimento e indenização de territórios quilombolas (-38,52%). Houve incremento para os orçamentos de implantação e recuperação de infraestrutura básica (+147,82%), supervisão ocupacional de projetos de assentamento (+310,96%), titulação (+499,08%) e demarcação topográfica em projetos de assentamento (+612,31%) (anexo I). As três últimas ações citadas estão encadeadas na lógica de garantir condições estabelecidas na legislação para a titulação definitiva dos lotes nos projetos de assentamentos. (LEITE *et al.*, 2018, p. 254-255).

Percebe-se que há dois movimentos nessa circunstância: primeiro, a diminuição do orçamento para os setores sociais, como educação do campo, criação de assentamentos e fomento à agroindustrialização; e segundo, o incentivo a mecanismos que facilitam a retirada dos povos do campo, tal como a titulação e redução dos serviços de ATES, de modo que:

A redução abrupta dos serviços de ATES tem impacto no acesso e/ou recebimento de outras políticas, como o acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e aos mercados institucionais, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já que os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também foram reduzidos ao extremo. (LEITE *et al.*, 2018, p. 255).

Como foi dito, o Brasil teve um processo de territorialização de seu povo muito peculiar e íntimo da história deste país: trouxe muitos sujeitos imigrantes para territorializar um país que já era povoado por indígenas.

O Quadro 1 apresenta os dados da concentração fundiária em nosso país, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Pode-se verificar que a concentração fundiária persiste. Os imóveis entre 0 e 1 hectare totalizam 160.069 e concentram uma área total de 79.623,4012 hectares. Ou seja, grande parte da população reside em pequenas parcelas de terra, produzindo grande parte dos alimentos que se pode consumir. Adiante, pode-se notar que há um efeito inverso a partir dos imóveis de 10 a 25 hectares, sendo 1.596.285 imóveis que concentram uma área de 25.861.237,7162 hectares: cai a quantidade de imóveis, mas aumenta ou mantém-se a concentração de terra (em

hectares). Isso indica que grande parte das terras agricultáveis estão sob o domínio de poucas pessoas. Um exemplo disso são os imóveis de mais de 100.000 hectares, que concentram uma área de 142.810.726,6836 hectares com apenas 424 imóveis. Em vista disso, a produção nesses territórios está muito ligada à produção de culturas para grandes commodities do agronegócio, através de monoculturas de exportação que reforçam a propriedade latifundiária.

Quadro 1 – Estrutura fundiária do Brasil – 2018

NOME CATEGORIA (HECTARES)	QUANTIDADE IMOVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
Mais de 0 a menos de 1	160.069	79.623,4012
1 a menos de 2	201.808	276.768,1293
2 a menos de 5	937.468	3.151.196,5634
5 a menos de 10	992.227	7.168.884,9906
10 a menos de 25	1.596.285	25.861.237,7162
25 a menos de 50	987.842	34.770.285,0867
50 a menos de 100	703.947	48.849.862,6831
100 a menos de 250	494.612	75.173.601,9342
250 a menos de 500	183.213	64.589.863,3145
500 a menos de 1000	97.979	68.201.481,0183
1.000 a menos de 2.000	50.536	69.578.511,9966
2.000 a menos de 2.500	13.264	29.698.463,7622
2.500 a menos de 5.000	22.142	76.493.734,6452
5.000 a menos de 10.000	7.439	53.080.115,3759
10.000 a menos de 20.000	1.832	25.129.741,0722
20.000 a menos de 50.000	1.053	31.558.631,7486
50.000 a menos de 100.000	268	19.050.675,4777
100.000 e mais	424	142.810.726,6836
Imóveis inconsist. Excluídos	122.422	0,0000
TOTAL	6.574.830	775.523.405,5994

Fonte: INCRA (2018).

O Brasil, ao longo de sua história, teve seu território fortemente controlado por uma

elite, e é ainda hoje por grandes empresas. A concentração da terra, que condenou milhões de pessoas, teve início com a colonização e se mantém até os dias atuais. Desta forma, vemos que diversas formas de luta e resistência servem para confrontar esse processo, assim como a reforma agrária almejada pelos camponeses propõe uma nova forma de vida com dignidade no campo.

Ao discutir sobre a necessidade da reforma agrária almejada pelos camponeses, é necessário compreendê-la. Martins argumenta que, se não houver uma compreensão de “que a terra é um instrumento de trabalho, pois sem trabalho ela não oferecerá os seus frutos, não alimentará a sociedade” (MARTINS, 1981, p. 138), o seu debate pode parecer uma questão absurda. Dessarte, diferentemente da cidade:

O trabalhador só pode se converter em empregado, em assalariado, quando é expropriado, quando deixa de ter a propriedade dos instrumentos de trabalho. Não ser proprietário da terra, das ferramentas, das sementes, dos adubos, é condição básica para que o agricultor se converta em empregado. (MARTINS, 1981, p. 141).

Isso ocorre porque o capitalismo só consegue expandir-se no campo se houver uma massa de camponeses expulsa da terra. Assim nasce uma contradição que é parte integrante do processo de desenvolvimento combinado e contraditório do capitalismo, conforme discorre Martins:

O capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar para um patrão. Para que isso ocorra é necessário que os trabalhadores tenham como única propriedade a propriedade da sua força de trabalho, para que possam vendê-la à empresa. Se o trabalhador fosse proprietário dos instrumentos de trabalho, não precisaria assalariar-se, trabalhar para outra pessoa. No entanto, no campo está ocorrendo o crescimento inverso: cresce o número dos trabalhadores autônomos, que com suas famílias trabalham livremente para si mesmos. De fato, a obstinação desses trabalhadores em permanecer autônomos representa um questionamento a uma lei econômica do capital, que é a da expropriação como requisito da reprodução capitalista do capital. (MARTINS, 1981, p. 141).

É dessa forma que o capitalismo vem acelerando sua ação no campo:

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não tem outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. Tornem-se livres no sentido de que não estão subjugados por ninguém, por um proprietário de terra ou por um senhor de escravos. Além de livres são, pois, iguais aqueles que

são proprietários. (MARTINS, 1981, p. 152).

Essa falsa posição de liberdade permite ao camponês ser um trabalhador assalariado e em outras circunstâncias somar-se às massas que reivindicam a propriedade da terra para sua reprodução social.

Vale ressaltar que a luta por terra e por reforma agrária sempre existiu no Brasil, mas com características diferentes. Atualmente, a reforma agrária é representada por vários movimentos do campo, sendo o Movimento Sem Terra o mais expressivo. Instituído em 1984 enquanto movimento social, o MST é uma referência de organização dos camponeses que intensificou a luta por reforma agrária em diversas partes do Brasil, inicialmente no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esses estados passaram a liderar a ousadia na luta por terra, influenciando outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, a consolidar lutas, ocupações, marchas e congressos, a fim de conquistar terra no campo.

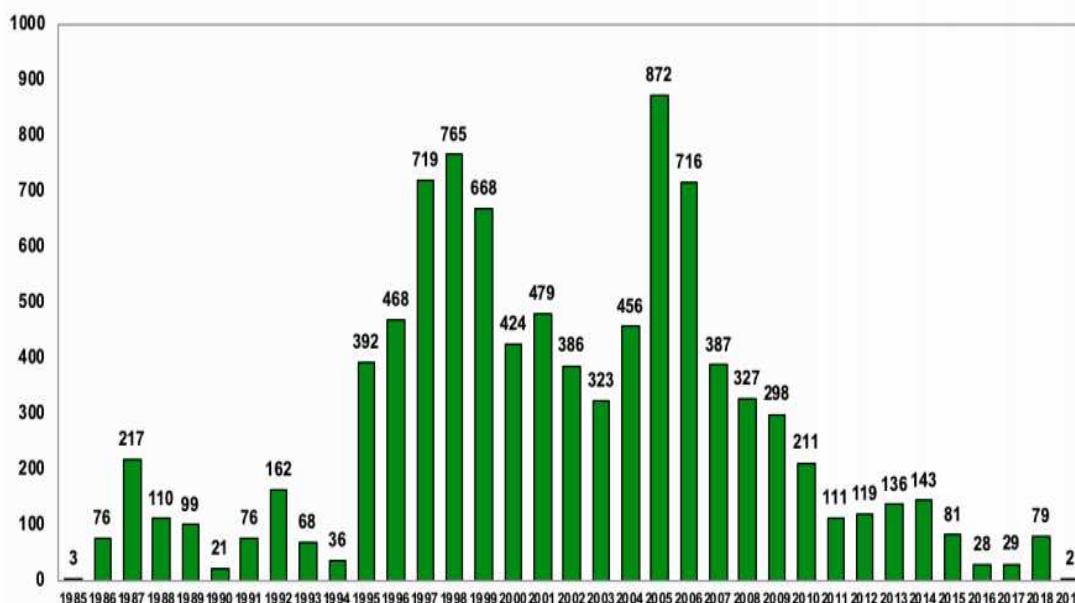
No Gráfico 1, podemos ver a quantidade de assentamentos instituídos durante o período de 1985 a 2019. É notório que o avanço na conquista do território foi fortemente marcado pela organização dessas famílias, ou seja, com o nascimento dos movimentos sociais, que nesse período se disseminaram com maior intensidade em diversos lugares do país. Observa-se que em 1985 foram criados apenas 3 assentamentos, enquanto nos anos seguintes esse número cresceu. Depois, voltou a diminuir entre 1988 e 1990, com apenas 21 assentamentos registrados. No entanto, após essa queda, o cenário de luta assumido pelos movimentos levou a um considerável aumento da criação de assentamentos, que permaneceu até a década seguinte. Apesar de algumas oscilações no número de assentamentos, houve uma explosão de lutas por terra com dois momentos de ápice: em 1998, com 765 registros de assentamento, e em 2005, com 872. A partir de 2005, a realidade começa a rarear a criação de assentamentos, atingindo seu extremo em 2019, com o menor número de assentamentos registrados no primeiro ano do governo Bolsonaro, evidenciando que:

No ano de 2019 a reforma agrária sofreu a maior retração da história, desde 1985, quando foram criados apenas 3 assentamentos. Em 2019 nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi desapropriada para fins de Reforma Agrária. O governo Bolsonaro reconheceu apenas dois territórios quilombolas, que já tinham suas áreas delimitadas em anos anteriores como áreas do Programa Nacional de Reforma Agrária: a comunidade quilombola Povoado Forte, nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Cumbe, estado de Sergipe (delimitado em 2017) e o Quilombo Invernada Paiol de Telha-Fundão, no município de Guarapuava, estado do Paraná (delimitado em 2014). Dois territórios conquistados depois de décadas de lutas das comunidades, sendo que o

Quilombo Invernada conquistou o território após determinação judicial. (FERNANDES *et al*, 2020, p. 6).

Diante disso, vimos que todo o território brasileiro sediou lutas, mas que estamos em um momento de retração da reforma agrária. A conquista de novos assentamentos está minguando por ser uma estratégia do governo frear sua criação. Situação que evidentemente coloca a região noroeste do estado de São Paulo também em alerta, uma vez que essa região foi palco da história na conquista de frações do território. A não execução da reforma agrária coloca um limite na diminuição da desigualdade social, embora as áreas já conquistadas contribuam para a construção de novas formas de resistência. Desse modo, a COAPAR, diante de nossa pesquisa, vem fornecendo mecanismos para o desenvolvimento e manutenção dessa comunidade assentada que visa à sua reprodução social.

Gráfico 1 – Brasil – Número de assentamentos rurais – assentamentos criados – 1985-2019



Fonte: FERNANDES *et al*, 2020, p. 7.

2.1 Campesinato Brasileiro, Suas Raízes, Lutas e Resistências: Território em disputa

O subsídio teórico sobre as formas de resistência vão muito além do que podemos relatar. Este vem desde a formação de nosso território, foram trincheiras travadas cotidianamente por nossos ascendentes. Hoje, podemos verificar diversas formas de

resistência que se somam a outras e criam novos desafios. Nesse contexto, a COAPAR veio fornecer elementos para a reprodução social das famílias, se fortalecendo enquanto elemento de luta do campesinato e escrevendo uma nova maneira de lutar e resistir.

Ao abordar as formas de resistência do campesinato durante a expropriação por parte de um sistema de produção que destrói as formas de organização social, vemos o quanto esse processo é violento. Para tanto, é indispensável argumentar que essa classe social nunca teve um processo de reconhecimento, tampouco de incentivos que fomentassem seu desenvolvimento social ou econômico. Desde os primeiros relatos de apropriação de terra no Brasil, notamos o avanço do capitalismo em detrimento da expropriação do campo. O que se tem visto são políticas compensatórias que não resolvem os problemas no campo.

Na verdade, esta representação é fruto de uma ‘amnésia social’ (MOTTA e ZARTH, 2008) que marcou, desde suas origens, a história do campesinato no Brasil, e que nega o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade. O presente texto se filia a uma outra concepção, segundo a qual [...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. (HISTÓRIA..., 2008/2009 *apud* WANDERLEY, 2014).

Em virtude dessa falta de reconhecimento, Andrade (1964) *apud* Wanderley (2014) destaca a precariedade do acesso à terra por esses agricultores:

O ‘sistema de posse’ não se extingue com a Lei de Terras de 1850, porque as grandes propriedades, localizadas, desde o início da colonização, em áreas próximas ao litoral, deixavam, nas regiões mais distantes, grandes espaços, não apropriados juridicamente, que também podiam ser ocupados por camponeses ‘posseiros’. Outro sistema de acesso precário à terra consistia na instalação de famílias de trabalhadores, em uma pequena área (‘sítio’), no interior das fazendas – de cana de açúcar, de café etc. – autorizada pelos próprios proprietários, onde podiam cultivar alguns produtos alimentares em volta da casa de moradia. O trabalhador, no entanto, era obrigado a trabalhar na cultura principal, recebendo ou não um pagamento monetário complementar, sob a forma de salário. Naturalmente, o uso da terra estava condicionado ao vínculo de trabalho com o patrão, não havendo nenhuma garantia quanto à sua continuidade. (ANDRADE, 1964 *apud* WANDERLEY, 2014).

Essa situação se estende a todo o território nacional, como uma maneira encontrada pelo camponês de continuar se reproduzindo na terra. Esse cenário tende a se alterar

conforme os anos passam e os modos de produção no campo ganham novos arranjos. Dessarte, com a chamada modernização da agricultura, ocorrida após a década de 1960, as alterações puderam ser facilmente observadas.

A partir dos anos 1960, assiste-se no Brasil à emergência de profundas transformações no setor agrícola e no meio rural. No bojo destas mudanças, está o processo de modernização da agricultura que, aqui, assume duas dimensões centrais e complementares. Em primeiro lugar, a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola (SILVA, 1981, 1982; KAGEYAMA, 1996; DELGADO, 1985). Em segundo lugar, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão. (WANDERLEY, 2014).

É nesse período que os movimentos sociais que conhecemos hoje emergem como forma de enfrentamento à expropriação desses camponeses no campo, e lutas começam a eclodir em todo o território nacional. Reafirmamos que lutas sempre existiram, o que surge é a sua efetivação enquanto movimento social organizado.

Essa conjuntura leva ao entendimento de que, mais uma vez, o governo brasileiro não teve nenhum interesse, muito menos um projeto social, que levasse em conta o desenvolvimento desses sujeitos no território.

As questões de âmbito social têm tido um retrocesso bastante significativo, pois o ex-presidente Michel Temer e o atual Jair Messias Bolsonaro têm direcionado o país ao colapso das desigualdades sociais, colocando em risco a soberania da nação. Em vista disso, ponderamos que:

Não realizar a reforma agrária é uma estratégia do governo Bolsonaro, que tem defendido o uso de armas contra as ocupações de terra. O ano de 2019 foi marcado por despejos, violência contra as comunidades tradicionais e indígenas, acampamentos e assentamentos, pelo aumento de assassinatos. Desde a campanha eleitoral, o discurso de Jair Bolsonaro é marcado pela ‘criminalização’ de movimentos e tem atingido as iniciativas de ocupação de terra defendendo que os ruralistas e latifundiários ‘devem reagir a bala aos ocupantes de terra’. (O Estado de S. Paulo, ed. 14/04/2019 *apud* FERNANDES *et al.*, 2020, p. 7).

Entretanto, em relação ao campo, que é nosso elemento de análise, há uma forte investida na criminalização dos movimentos sociais, cortes orçamentários, contingenciamento de recursos para a agricultura camponesa e pacto com o agronegócio. Dessa maneira, os camponeses precisam de um novo olhar para o campo, como argumenta Stédile:

O Brasil precisa de um novo modelo agrícola que não esteja fundado no lucro e na produção de commodities para o exterior. O agronegócio como modelo de economia nacional já está falido. É uma burrice utilizar um território tão amplo como o brasileiro (300 milhões de hectares agriculturáveis), com soja, cana, milho, pecuária. Nenhuma economia do mundo pode se sustentar em dois ou três produtos agrícolas para exportação [...]. (STÉDILE, 2019).

Para Stédile (2019), precisamos de um novo modelo agrícola que se contraponha a este modelo tradicional que vivenciamos e atualmente conta com o incentivo do governo. Nesse sentido, Stédile (2019) apresenta algumas questões imprescindíveis para a criação de um projeto para o campo:

O Brasil precisa de um novo modelo agrícola que não esteja fundado no lucro e na produção de commodities para o exterior. Precisamos de outros paradigmas:

1. Produzir alimentos saudáveis para a população, com políticas públicas do governo que estimulem o produtor familiar;
2. A agricultura tem que garantir trabalho, a fixação no meio rural. Como? Garantindo renda à agricultura que produz alimentos;
3. Proteger o ambiente;
4. Levar educação ao campo. (STEDILE, 2019).

Para tal, o que se propõe é um novo modelo de produção baseado nas premissas da agricultura com alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos ou defensivos agrícolas. Para o MST, a reforma agrária atual não garante a permanência da vida no campo. Por isso, pensar na reforma agrária popular é pensar em medidas que garantam não só a sua permanência, mas a sua reprodução social vinculada a todas as instâncias de vida social e ambiental. Dessa forma:

Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda a sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. [...] A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. (Cartilha Programa Agrário do MST, 2013, p. 35).

A proposta do programa de Reforma Agrária Popular orienta:

Nossa proposta de programa de Reforma Agrária Popular reúne medidas amplas, abrangentes, que representam e sintetizam as principais ideias sobre o modelo de agricultura que defendemos para o país e pelo qual lutamos. Esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. Para

isso precisaremos lutar e fortalecer nossa organização e a qualificação das nossas lutas para promovermos, junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista. Este programa deve também orientar o nosso Movimento, nas pautas de reivindicações, negociações, nas lutas, na qualificação interna da nossa organização e nas ações práticas nos próximos anos. (Cartilha Programa Agrário do MST, 2013, p. 39).

Outra proposta é a garantia da produção primeiramente de alimentos, diferentemente das grandes empresas que produzem para lucrar através da subordinação do trabalho assalariado. Essa proposta é descrita na Cartilha Programa Agrário do MST (2013):

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação.

a) assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos.

b) considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro.

c) utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

d) usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza.

e) promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais.

f) instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres. (Cartilha Programa Agrário do MST, 2013, p. 36).

A proposta condiciona o governo a fomentar com recurso a agricultura e a consolidar meios de comercializar os produtos. Para Stédile, essas mudanças podem contribuir para a produção de um alimento saudável que assegure a vida e a permanência do homem no campo, além de cuidar do ambiente. Essa seria a reforma agrária necessária, a qual promove um projeto de desenvolvimento para os camponeses.

2.2 O campesinato

O campesinato talvez seja um conceito para o qual todos buscam elaborar uma receita na qual se consiga, com os mínimos rigores, desvendá-lo nos mínimos detalhes. Porém, vimos que este é muito mais amplo do que se pode imaginar. Para isso, é

importante que estejamos conectados nas suas várias manifestações, pois o campesinato pode ser encontrado em diversos ambientes, incluindo nas áreas de reforma agrária.

Ao abordar a história do Brasil, vimos a expropriação dos indígenas, dos negros, dos colonos, dos posseiros, dos imigrantes, dentre outros sujeitos que tentavam consolidar sua reprodução em parte do território. Estes sujeitos, para nós, são entendidos como os camponeses e camponesas. Costa (2000) *apud* Costa e Carvalho (2012, p. 113) explana os conceitos de camponeses e campesinato:

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos-suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família-mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (COSTA, 2000, *apud* COSTA; CARVALHO, 2012, p. 113).

Ao pensar a reprodução social dos camponeses, é necessário compreender que estes são diversos, ou seja:

Dada a historicidade dos territórios- os países mudam seus modos de produção e, nesses, distintos regimes e padrões de regulação alteram regras fundamentais das relações entre os homens, entre o Estado, entre eles e as capacidades ancestrais acumuladas entre eles e os elementos da natureza –mudam também as *formas* de existência dos camponeses que neles habitam- seus *campesinatos*.

Dada a territorialidade da história- a cada momento há distintas formações sociais, países com diferentes modos de produção e diferentes regimes de acumulação, países com um mesmo regime em graus distintos de desenvolvimento, com diversidades ampliadas pelas distinções internas, de natureza e de cultura-, períodos historicamente relevantes são marcados também por terem como contemporâneas formas muito distintas de *campesinatos*. (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 113).

Para Tardin (2012), a miscigenação ocorrida no Brasil provocou o ser social típico de cada canto do território brasileiro:

No Brasil, povos originários, povos africanos negros e povos europeus foram condicionados historicamente a se encontrar neste vasto território, sob o domínio das nobrezas de alguns países europeus, notadamente Portugal e Espanha, e vão conformando o miscigenado campesinato brasileiro. [...] Essa miscigenação tem continuidade histórica no país não

só em decorrência da vinda de outros povos para o Brasil, mas também pelo intenso processo migratório existente no campo até os dias atuais. Essa constituição pluriétnica cada vez mais miscigenada vai gerar tipos humanos diferenciados e regionalizados territorialmente, os quais, em suas interações com os ambientes específicos de cada lugar, vão configurar as paisagens com suas peculiaridades culturais: os povos originários, majoritariamente na Amazônia e dispersos nas demais regiões; o sertanejo, no Agreste nordestino; os quilombolas, dispersos em várias regiões; o ribeirinho, às margens de rios; o caipira, em partes do Sudeste; o caboclo, em partes do nordeste e da Amazônia; o gaúcho, nos pampas sulinos; o colono imigrante europeu, no sul e em partes do Sudeste, entre outros. Na condição predominante de trabalhadores sem-terra, estão o peão de boiadeiro, o pantaneiro, o agregado, o meeiro, o parceiro e, nas vilas e cidades predominantemente, o boia-fria. (TARDIN, 2012, p. 179-180).

Diante dessa condição de trabalhadores do campo, vimos sua persistência em organizar-se nas áreas de reforma agrária para consolidar sua territorialização camponesa, ou seja, é luta diária para a manutenção do território camponês. À vista disso, se organizam para procurar saídas econômicas para se manterem nessa condição de assentados camponeses. É assim que a cooperativa vem organizando as famílias a fim de reafirmar a necessidade de uma política de desenvolvimento para o campo.

Por si só, a realidade dos camponeses se torna mais difícil, pois a unidade camponesa se difere do grande latifúndio. Desse modo, quando uma cooperativa passa a organizar as famílias, mesmo que precariamente, ela consegue minimamente garantir formas de permanência e resistência na terra. A unidade campesina é o seio de fixação do homem no campo. Por isso, quando nos referimos ao campesinato, nos remetemos à sua principal característica: a família. Para Chayanov:

Debemos reconocer que la mano de obra es el elemento tecnicamente organizativo de cualquier proceso de producción. Y puesto que la em la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

A unidade de produção do campesinato, que é a unidade campesina, a mão de obra, é um elemento organizativo em qualquer processo produtivo e que se deve aceitar que o caráter da existência da família seria um fator principal e característico da unidade camponesa, e que esta, através de seu tamanho, define o tamanho a ser explorado na produção. Assim, a existência da unidade campesina tece a sua particularidade diferentemente da unidade capitalista:

A teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes. Se um elemento deste sistema é retirado, todo o edifício desaba [...] numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. (CHAYANOV, 1981 *apud* PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 19-20).

Essa forma de compreensão em satisfazer primeiro a sua necessidade é crucial para entender que este camponês assegura prioritariamente a necessidade de sua família. Chayanov apresenta conceitos sobre família: “el concepto de la familia incluye a las personas que comen siempre en la misma mesa o que han comido de la misma olla” (CHAYANOV, 1974, p. 48).

Entende-se que “família” está muito ligada ao elo de proximidade. Por tais razões, o campesinato é entendido por Shanin como “um modo de vida”, pois as suas necessidades não partem da necessidade do mercado, mas, sim, do seu modo de vida, da sua existência social condicionada por um modelo de produção.

Segundo Shanin, a característica “principal do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é” (SHANIN, 2008, p. 34). O campesinato tem se modificado, e as formas para compreendê-lo se tornaram mais complexas e necessitam de um olhar mais apropriado.

Os camponeses também têm apresentado uma surpreendente flexibilidade e capacidade de adaptação. A explicação para essa tão grande resiliência, segundo Shanin, está na natureza da economia familiar, que não tem sido tão estudada quanto as economias estatal e de mercado, pois, em situações de crise, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata. (MARQUES, 2008, p. 52).

Para o autor, a realidade não é fixa, estática: “como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança” (SHANIN, 1979 *apud* MARQUES, 2008, p. 51).

A flexibilização de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Shanin argumenta que:

Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar aquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. [...] Podemos aprender com o campesinato e que ainda sabemos muito pouco a seu respeito. [...] Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. (SHANIN, 2008, p. 28-29).

As análises elaboradas pelos autores permitem compreender a recriação dos camponeses nas áreas de reforma agrária que são tão precárias. A sua manutenção se dá a partir de formas organizativas para sua reprodução. Daí a necessidade do fortalecimento de cooperativas e associações nessas áreas. Tal fato contribui para a necessidade de uma estrutura física e ideológica, como a COAPAR, para dar suporte às demandas dessas famílias e que consiga organizá-las para garantir a sua fixação no campo com garantia de renda.

3 LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA: BREVE RELATO DAS LUTAS SOCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Como antevimos, o Brasil foi marcado por intensas transformações de cunho político-social que impulsionaram de alguma maneira a geração de conflitos em todo o território nacional. Podemos destacar as Ligas Camponesas, que se iniciaram no Nordeste, tendo um importante papel no final do século XIX, até o recente momento que perpassa pelo século XX.

Em São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1960, o cenário era de um campo conflituoso, praticamente em todo o estado. Havia um conflito que ganhava força nas proximidades da cidade de São José do Rio Preto. Cabe elencar que a região noroeste do estado de São Paulo foi frente pioneira onde a propriedade privada vinha estabelecendo novas relação de uso do solo.

Essa nova relação de uso da terra que se instalava trazia consigo dois movimentos distintos: por um lado, o de territorialização de um novo modelo de uso do solo; por outro, expulsava violentamente os camponeses posseiros e/ou rendeiros que viviam no campo, a fim de dar espaço para a criação de gado, que era a transição de produção no período.

Os posseiros e/ou rendeiros eram trabalhadores das fazendas, que eram contratados para deixar o terreno limpo e plantar capim para formar o pasto para a criação do gado. Naquele período, a substituição das lavouras pela criação de gado se tornou muito forte, praticamente todas as fazendas passaram a investir na criação de gado. Assim, com o capim plantado e o pasto formado, era hora de o posseiro/meeiro se retirar da propriedade com sua família.

Foi instaurado um campo minado de conflitos sociais na região, as famílias não tinham para onde ir. Essa conjuntura resultou no movimento organizado conhecido na época como Arranca Capim, em Santa Fé do Sul. Diante dessa questão, eles se mobilizaram para arrancar o capim, na tentativa de prorrogar o contrato para permanecerem na área com suas famílias.

Em virtude desse quadro, vinculado a diversas questões do cenário mundial das disputas geopolíticas – a ascensão do governo de Fidel Castro com a tomada do poder em Cuba, o avanço do comunismo na América Latina e o surgimento dos movimentos sociais que eclodiram em diversos pontos –, todos esses fatos levaram à proposição de uma Lei de Revisão Agrária durante o governo de Carvalho Pinto.

Ao estudar sobre a Lei de Revisão Agrária, Bombardi discute:

[...] A proposição de uma Lei de Revisão Agrária em São Paulo pelo Governo Carvalho Pinto, compreendendo- a como o contraponto das questões que estavam postas naquele momento histórico. Ou seja, o processo através do qual o Brasil se inseriu no capitalismo mundializado provocou alterações no campo, notadamente no modo como o campesinato vinha se reproduzindo. A ação de classe do campesinato, através de sua organização política em oposição à burguesia e aos grandes proprietários de terra, fez com que essas classes sociais hegemônicas discutissem a forma como a terra vinha sendo apropriada no estado e no país. (BOMBARDI, 2007, p. 96).

Para ela, uma nova forma de utilização do campo permite visualizar que:

Esta mundialização do capital teve uma faceta específica no campo brasileiro. Particularmente em São Paulo, a inserção do país neste processo significou um aumento na expansão da pecuária de corte em detrimento das lavouras, sobretudo sobre as áreas anteriormente ocupadas por posseiros. Passou assim, a ocorrer um processo de disputa/ luta no e pelo território. Concretamente, as classes sociais- os grandes proprietários de terra e os camponeses- estavam em disputa. Tratava-se de conflitos de interesses de ordem diversas e opostas: de um lado havia o mecanismo de expansão do capitalismo através da produção do capital (por meio das relações camponesas não- capitalistas) e de outro, a resistência camponesa à expulsão e à exploração. Havia, portanto um conflito entre classes sociais antagônicas. (BOMBARDI, 2007, p. 96-97).

Diante disso, a estratégia do governo tinha duas funções:

A primeira de superar o subdesenvolvimento (o governo do Estado tinha uma posição extremamente nacionalista e desenvolvimentista) e a segunda, nitidamente, a de conter os conflitos e os movimentos sociais no campo. (BOMBARDI, 2007, p. 97).

Mesmo que a Lei de Revisão Agrária não obtivesse êxito para prosseguir, por haver sido fortemente atacada, ainda foram implantadas cinco áreas no estado de São Paulo. A partir das décadas subsequentes, de 1970, 1980 e 1990, houve um grande avanço das lutas no campo, inúmeros grupos de camponeses lutavam para voltar para a terra ou permanecer na terra. Naquela ocasião, surgiram as lutas organizadas pelos movimentos sociais, redefinindo o caráter de enfrentamento na luta pela terra, ao contrário do que propunha a Lei de Revisão Agrária, uma vez que houve enfrentamento direto entre os trabalhadores e os latifundiários, como é o caso da região em análise, que veremos mais adiante.

3.1 Breve relato da luta pela terra na região noroeste do estado de São Paulo

Neste capítulo, iremos contextualizar a luta pela terra que ocorreu nessa região para que possamos compreender o nascimento da Cooperativa de Produção, Industrialização e

Comercialização Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR) e seu processo de luta e conquista do território do assentamento Timboré, que foi o berço de fecundação da cooperativa.

A territorialização do assentamento é parte integrante da vivência da autora, que reside lá desde a sua ocupação, em 1989, e participa ativamente das experiências realizadas pelas famílias, tais como as ocupações, passeatas, marchas, paralisações e reuniões. Por isso, nesta dissertação, os trechos sem referências que expõem determinado ponto de vista se referem à percepção da autora perante o exposto.

Diferentemente da realidade de outros assentamentos estudados, o assentamento Timboré vem de um momento de luta dos movimentos sociais que se espalhavam pela região. Ele se diferenciava da luta dos posseiros ou colonos e da Lei de Revisão Agrária, anteriormente mencionada. O assentamento era, portanto, um germe dos movimentos sociais que se espacializavam no estado de São Paulo.

O assentamento em questão está localizado na região noroeste de São Paulo, no município de Andradina, uma das últimas regiões a serem conhecidas, pois adentrava o continente – fator que contribuiu para a fixação e refúgio dos indígenas que lá se entranharam, fugindo do “homem branco” quando adentrou o litoral paulista.

Essas áreas foram, durante muitos anos, o lar de povos indígenas que fugiam do litoral da escravização e do extermínio colonial. Mas, como não existem limites para a exploração do território brasileiro, não tardou muito e foram dizimados devido principalmente a dois fatores ímpares para o desenvolvimento dessa região: a construção da estrada de ferro que corta o noroeste paulista e a construção das usinas hidrelétricas do complexo Urubupungá, que são formadas pelas usinas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos, responsáveis pela geração de energia elétrica de grandes centros urbanos. Esses dois fatores foram a pólvora para a povoação na região. Cidades e bairros surgiram, e o espaço se dinamizou; terras foram vendidas, compradas, griladas, e os índios dizimados por completo.

As terras eram propagandeadas em outros lugares para atrair a vinda de famílias para a região, razão pela qual havia um grande número de migrantes e imigrantes que construíram sua vida por lá. A pedido dos donos das terras, limpavam as áreas, retiravam as matas nativas para a criação de animais e plantação para a agricultura. Ao final desse ciclo, grande parte desses colonos eram convidados a se retirar da propriedade e, em muitos casos, as famílias se negavam a sair da área, pois não tinham para onde ir, e entravam em confronto, como mencionamos anteriormente.

Após o golpe de 1964, inúmeras lutas surgiram no campo, representando um novo momento na história do país. Em 1989, aconteceu a primeira luta por terra, de trabalhadores organizados em um movimento social na região, resultando no assentamento Timboré.

O grupo de Sem-Terra foi criado com características particulares; primeiro, por ser de “fora”, eram famílias da região de Campinas/Sumaré – SP; segundo, por serem trabalhadores desempregados dos centros urbanos; e terceiro por estarem inseridos em uma organização social que, além de pensar na possibilidade de acesso à terra, também pensava politicamente como seria o processo de luta para além da terra.

A alguns quilômetros de Andradina formava-se o grupo. Nesse período, em Sumaré, outros grupos já tinham se estruturado com estratégias bem definidas. Do primeiro ao quarto grupo, cada qual foi para uma área diferente, e o quinto grupo, ao ser criado, foi para a região de Andradina – SP.

Esse quinto grupo, organizado em Campinas/Sumaré, aglutinava famílias de origem urbana e proletariados que, em sua maioria, no período da urbanização, foram expulsas do campo e atraídas (sem saída) para as cidades, na perspectiva de melhores condições de vida. Com a intensa urbanização das cidades, uma grande parte da população estava desempregada e vivia nas periferias e em cidades vizinhas.

Essas famílias foram conquistadas pelas reuniões coletivas nos bairros, coordenadas por companheiros, e se interessaram pela possibilidade de conquistarem um pedaço de terra. Por tais razões, organizaram-se nesse grupo de Sem-Terra à procura de municípios que tivessem latifúndios improdutivos. O ato organizativo das famílias foi bem concebido, o que possibilitou um amplo espaço de diálogo entre os trabalhadores. Esse mecanismo garantiu o sucesso na conquista do território, pois eram “bem preparados” politicamente.

Esses trabalhadores procuraram fugir da dominação e da exploração às quais eram submetidos. Dessa maneira, se organizaram politicamente e vieram para a região de Andradina para conquistarem um pedaço de terra, dando origem ao grupo V de Sumaré, que recebeu esse nome por se tratar do 5º grupo organizado para ocupação de latifúndio improdutivo. Após chegar à região, o grupo foi se ampliando à medida que os demais trabalhadores da região de Andradina se integravam, o que consolidou um grupo grande.

A sua capacidade de interpretação da realidade era muito forte. As reuniões organizadas no grupo criavam um tipo de conceito sobre a terra muito peculiar entre as famílias, que procuravam uma terra de trabalho, uma terra de reprodução social. Assim, os trabalhadores se engajaram na luta pela terra e, ao mesmo tempo, construíram uma consciência de classe, facilitando a unidade e a cooperação entre os membros do grupo.

A especificidade desse grupo contribui para o debate conceitual entre a permanência e a extinção do camponês, defendida por alguns autores. O fato é que tais camponeses não desapareceram, quebrando o conceito de que estes só teriam dois caminhos: a proletarianização e o aburguesamento. A origem desse grupo indica exatamente a existência de uma outra classe que se formou na gênese do capitalismo, num movimento espiral, devido ao desenvolvimento desigual e combinado desse sistema.

O ano de 1989 acabava de iniciar, no dia 27 de janeiro, o grupo de Sumaré e as famílias dos municípios de Castilho, Andradina, Campinas, Valinhos, Limeira, entre outros ocuparam a Fazenda Pendengo no município de Castilho – SP (cidade vizinha de Andradina). Aproximadamente 130 famílias ousaram a primeira ocupação de Sem-Terra organizados.

Essa ocupação marcou o início da atuação dos movimentos sociais na região e se difere de outras lutas, por se tratar de um segundo momento histórico: uma luta de Sem-Terra, e não de posseiros que já estavam na terra, como vigorava nessa região com a luta muito conhecida dos posseiros do assentamento Primavera.

Nesse caso, a luta por terra do grupo V, ainda sem denominação, era de trabalhadores expropriados do campo que retomavam a sua identidade e retornavam para o campo através de um movimento organizado.

A ocupação da Fazenda Pendengo de 4160 hectares trazia de volta os conflitos que marcaram a história de sua origem. Na década de 50 do século passado a Fazenda Pendengo havia sido disputada por posseiros e grileiros. A Fazenda estava, nesse período, sobre o domínio de um conhecido grileiro da região: Serafim Rodrigues de Moraes que além da fazenda Pendengo possuía mais três fazendas no Alto Noroeste e mais vinte e uma na região centro-oeste e norte. (A Pastoral *apud* FERNANDES, 1999, p. 145).

As famílias permaneceram 19 dias em ocupação na área, enfrentando medo e angústia, pois não havia nada consolidado por eles, até o momento. Havia somente barracos de lona preta e muitas incertezas. Após os 19 dias de ocupação, essas famílias foram brutalmente despejadas pelas polícias militar e civil.

Em protesto contra o ato violento do despejo, as famílias recusaram os transportes que lhes haviam sido disponibilizados e marcharam a pé até a Praça Matriz, na cidade de Nova Independência – SP, onde foram acolhidos pela Igreja católica.

Em um acampamento improvisado, as famílias receberam o apoio da Igreja católica e da população. Nesse período, várias reuniões foram realizadas com as famílias e lideranças, no sentido de pensar estratégias de garantir acesso à terra para essas famílias

despejadas. Permaneceram por um mês acampadas na Praça Matriz e tomaram a iniciativa de ocupar outra fazenda do mesmo proprietário, a fazenda Timboré.

[...] No dia 15 de março de 1989 resolveram ocupar a Fazenda Timboré de 3393 hectares, localizada no município de Andradina e Castilho. Esta Fazenda que também estava sob domínio do mesmo grileiro da Fazenda Pendengo., havia sido classificada pelo INCRA como latifúndio por exploração em 27 de julho de 1986, e foi declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária (Decreto nº 93021). Em 12/08/86, os grileiros entraram com uma medida cautelar pretendendo suspender a ação desapropriatória. No dia 31 de março de 1989 a ação proposta pelo grileiro foi julgada improcedente facultando ao INCRA a execução da desapropriação. (FERNANDES, 1999, p. 145-146).

A disputa dos camponeses pelo território no Timboré foi marcada pela conflitualidade e pela resistência das famílias. A violência contra as famílias Sem-Terra que foram despejadas da fazenda Pendengo iniciou-se antes mesmo da sua chegada à área da fazenda Timboré.

O intuito do grupo era acampar na primeira entrada de acesso à Fazenda (no Km 14), mas, quando chegaram ao local, a Vicinal José Rodrigues Celestino estava ocupada por jagunços e policiais militares armados. Na tentativa de inibir as famílias para que desistissem do ato da ocupação, os jagunços atiraram nos pneus dos caminhões que carregavam seus pertences. Dessa forma as famílias não puderam acampar naquele espaço e decidiram caminhar até o Km 21 para montar o acampamento. Todos juntos, a pé, com seus pertences, penosamente.

As famílias improvisaram um acampamento na Vicinal de frente à fazenda Timboré (no Km 21), apelidado pelas famílias de “buracão”. O “buracão” era um local onde retiraram terra para soerguer o asfalto, formando um buraco fundo entre o asfalto e a cerca da Fazenda Timborezinho, atualmente assentamento Josué de Castro, que ficava em frente à fazenda Timboré.

Para inibir as famílias acampadas, os jagunços acamparam dentro da fazenda Timboré, em frente ao acampamento montado pelas famílias Sem-Terra, e a todo instante faziam vigília exibindo suas armas e amedrontando as famílias. Segundo Fernandes, eram “vinte e sete metralhadoras, três escopetas, duas cartucheiras calibre doze e nove revólveres calibre trinta e oito” (FERNANDES, 1999, p. 146). Além disso, várias pessoas, inclusive as crianças, foram vítimas de violência física e moral durante o período de ocupação.

Foram momentos difíceis, não se tinha trabalho, as famílias passavam por dificuldades, e o grupo aproveitava esse período para realizar as reuniões e os trabalhos coletivos, como a segurança – guardas que cuidavam do acampamento proteger as famílias

– e a cozinha comunitária – como a situação era ruim, as refeições eram feitas coletivamente para que ninguém ficasse sem alimento). Era nesse espaço que sonhavam com a terra para produzirem e montarem uma estrutura que pertencesse aos assentados. Essas reuniões deram origem às primeiras discussões sobre a criação de uma cooperativa.

Muito agoniados e cansados da demora no processo de desapropriação da fazenda, os acampados resolveram ocupar a área da fazenda Timboré, embora fosse muito difícil devido à incansável ronda dos jagunços. Assim, as famílias:

Para ocupar a fazenda os trabalhadores tiveram de burlar a vigilância intensiva dos jagunços. Por quatro dias as famílias promoveram forrós no acampamento. Os forrós sempre duravam até madrugada e a festa estava sendo observada pelos jagunços. Após o terceiro forró, os jagunços relaxam a vigilância. Na madrugada do dia 19 de agosto, no quarto forró as famílias ocuparam a Timboré. Nas três primeiras noites, durante a realização dos forrós, as famílias iam se revezando e preparando os cento e trinta barracos para serem desmontados. Na última noite, em silêncio, homens, mulheres e crianças começaram a ocupação enquanto outras pessoas dançavam e os jagunços dormiam.

Por volta das 6 horas da manhã, a maior parte das famílias já havia conseguido entrar na fazenda quando o chefe dos jagunços percebeu a estratégia dos trabalhadores. Os jagunços tomaram a estrada onde ainda havia alguns barracos e começaram a disparar a esmo. As pessoas que ainda estavam desmontando seus barracos jogaram-se no chão. No tumulto, um trabalhador – Santílio Porcino de Oliveira – foi atingido no rosto e acabou por perder a visão do olho direito.

Após o ataque ao acampamento na beira da estrada, os jagunços foram para a área da fazenda onde as famílias estavam armando os barracos. Atacaram em duas frentes atirando, contra os barracos, de cima de um caminhão e de um pick-up e passando em cima dos pertences das famílias que estavam espalhadas pelo local do acampamento. No ataque diversos barracos foram atingidos, vários trabalhadores foram feridos e dois veículos utilizados na ocupação tiveram as carrocerias e cabines perfuradas pelos tiros disparados pelos jagunços. (FERNANDES, 1999, p. 148-149).

Esse episódio de tensão social com os Sem-Terra permitiu um aceleração no processo de desapropriação da terra. Diante daquela situação, a área da Fazenda Timboré foi sequestrada na segunda quinzena de agosto de 1989, por tempo indeterminado até a decisão do processo judicial na Vigésima Primeira Vara Federal.

Com o sequestro da fazenda, as famílias permaneceram acampadas dentro da área. Foi a partir daí que as famílias fizeram as primeiras experiências de produção coletiva dentro da Timboré. Começaram a plantar as lavouras coletivas no sentido de adquirir renda para o grupo. Nesse mesmo período, foi criado um grupo de jovens que deveria cumprir duas tarefas prioritárias: garantir a produção agrícola do grupo – desde a escolha da terra a ser preparada para o plantio, o cuidado (limpar, por exemplo) e a colheita – e organizar os

trabalhadores da região para outras ocupações de áreas caracterizadas como improdutivas.

Era um período muito difícil sob o ponto de vista organizacional, pois as famílias oriundas do Grupo V de Sumaré/Campinas já tinham um preparo para ocupação, porém as famílias da região que se somaram não tinham a mesma formação. Assim, havia ressalvas como essa para o trabalho em grupo.

Outra dificuldade estava ligada à baixa condição tecnológica para plantar e colher com o auxílio de máquinas. Os trabalhadores não dispunham de tratores, caminhões ou maquinário apropriado. Era preciso sempre contratar de outras pessoas. No entanto, tinham poucos recursos financeiros.

Além disso, esses trabalhadores sofriam discriminação no comércio, nas escolas e em outros espaços. O preconceito era um dos elementos mais sentidos: eram vigiados quando entravam nas lojas ou supermercados, tinham dificuldade de ser atendidos nos postos de saúde, os pais não conseguiam realizar a matrícula das crianças nas escolas, pois para o município não tinham “residência”, o que se refletia na falta de transporte público para as crianças – fato que só foi resolvido depois de alguns meses, graças às mobilizações das famílias, mas ainda sofriam com a indiferença dos colegas e de alguns gestores que declaravam frases preconceituosas, como “os Sem-Terra chegou”.

Eram crianças que entravam “atrasadas” no aprendizado, por isso eram consideradas “burrinhas” pelos gestores. Eram matriculadas direto no primeiro ano, nunca tinham visto uma letra ou sequer feito algum traçado para desenvolver a coordenação motora. Não que seus pais fossem negligentes, mas o campo era um espaço muito diverso da realidade urbana. Em razão disso, era impossível colocar uma criança de cinco anos de idade (atualmente seria de quatro anos), sozinha, para viajar em um ônibus, e esperar que ela conseguisse, por conta própria, descer na escola, esperá-la abrir, tomar seu lanche, estudar, sair uma hora antes dos alunos do ciclo normal (do primeiro ao quinto ano), ficar fora da escola durante uma hora esperando o transporte recolher todas as crianças das outras escolas até chegar sua vez. Isso era torturante e altamente perigoso.

Os anos foram se passando, e a área não havia sido dividida, as famílias não haviam sido homologadas, as políticas de desenvolvimento também estavam longe de ser efetivadas. Enfim, as dificuldades eram constantes. O grupo de jovens cada vez mais se especializava em organizar famílias para a ocupação de terra, o que requeria muito esforço e acompanhamento por parte destes. Por outro lado, o grupo também estava fragilizado com as plantações coletivas. As experiências tinham muitas falhas e análises negativas: não havia um empenho coletivo, e as famílias que participavam com os jovens começaram a

desistir do grupo. Assim, só restaram realmente os jovens no grupo.

Tais motivos impulsionavam a necessidade de se ter uma entidade que organizasse essas famílias de forma mais centralizada, pois o grupo de jovens sozinho não supriria a necessidade das famílias. No mais, outro elemento importante que fragilizou o grupo de jovens foi o parcelamento definitivo da área, realizado após a regularização das famílias com a imissão de posse em 22/03/95, quando o INCRA realizou o Projeto de Assentamento.

Após a efetivação dos lotes, os trabalhadores desenvolveram formas individuais de se reproduzirem no assentamento, forjando uma nova geografia do espaço por um esforço de dupla negação da exploração e da expropriação.

Os assentados fugiram das amarras da cidade e assim construíram com ousadia um novo movimento social político que produz, organiza e articula seu próprio espaço, controlando frações do território para a recriação do campesinato. Nesse sentido, com a concretização do assentamento Timboré, nasce um novo olhar das famílias da região em relação à luta pela terra, que passam a acreditar que a reforma agrária poderia dar certo.

Dessa maneira, a luta pelo assentamento Timboré desencadeou um ciclo de luta e conquista de territórios em toda a região, garantindo a espacialização da luta pela terra a partir da década de 1990.

Desde a conquista do Timboré não houve limites para as lutas e ocupações em muitos municípios. Ou seja, o assentamento Timboré foi o marco inicial para a espacialização e territorialização dos 46 assentamentos existentes nessa região do estado de São Paulo, sendo referência para a luta por terra e reforma agrária.

Para tanto, sua fundação introduz a necessidade de conquistar um novo espaço, um novo território. Nesse aspecto, a partir de sua concretização física, foi traçado um novo perfil para essa região após a luta dos Sem-Terra. O Timboré com a consolidação do território se transforma em “um novo paradigma da reforma agrária” (MICHELETTO, 2003).

A concretização de assentamentos ao longo dos anos não é apenas um espaço, mas a concretização de um território. Segundo Fernandes, “o espaço é uma totalidade” (FERNANDES, 2013, p. 193). Dessa forma, no espaço ocorrem diversas manifestações da reprodução da vida, sendo o território a concretização dessas manifestações de cunho político e social.

Assim, ao pesquisar a fixação de um assentamento, trazemos a discussão da apropriação de um território, que é um dos cinco conceitos-chave da Geografia: “paisagem,

região, espaço, lugar e território” (CORREIA, 2000, p. 16). Ao estudar o conceito de espaço e território, percorremos a análise de diversos autores, tratando de abordagens que refletem o pensamento ao longo de diversos períodos. Esses processos contribuem para uma análise de um conjunto de interpretações do espaço para a formação do território.

Dessa forma, entendemos que a proposição de Santos (1996) era dar embasamento às diversas modificações que ocorriam com o avanço do capitalismo e da globalização. Trata-se de entender o espaço enquanto condição fundamental para a categoria de análise, conforme explica Santos:

[...] O espaço constitui categoria fundamental de análise. O espaço geográfico, criado a partir das relações da sociedade com a natureza, contém o espaço social, conseqüente das relações das pessoas entre si. O espaço, portanto, é parte da realidade, sendo essa a portadora da totalidade. (SANTOS, 1996, p. 49).

Fernandes, ao elaborar suas reflexões sobre o espaço, argumenta o quanto tais conceitos contribuem:

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. (FERNANDES, 2005, p. 26).

Partindo dessa premissa, as concepções de espaço adotadas anteriormente condicionam a um entendimento de que esse conceito tem se tornado muito atual na medida em que ocorrem as correlações de forças e as disputas no território.

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades. Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão

em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. Partimos do princípio de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. (FERNANDES, 2013, p. 193-194).

O conceito de espaço é amplo e distinto. Assim, para que consigamos fazer uma verdadeira abordagem, é necessário entender que este está intimamente ligado às várias dimensões da realidade:

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completitude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade. O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos. (FERNANDES, 2005, p. 26).

A definição do espaço feita por Fernandes contribui para uma análise com as várias formas de organização no campo, nos assentamentos, pois permite esse olhar através da composicionalidade, o qual só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Desse modo, a produção do espaço é fruto das relações sociais:

Os sujeitos são responsáveis pela produção de espaços ao mesmo tempo em que são produtos desse espaço. O espaço é produzido a partir das relações sociais, da natureza e da artificialidade, sendo o espaço social uma das inúmeras dimensões que o espaço geográfico contém (FERNANDES, 2005). O espaço é constituído pelos sistemas de ações e de objetos (SANTOS, 1996) que, predominantemente, geram espaços fragmentados, singulares e conflitivos. Esses espaços são frutos de

intencionalidades que estão contidas nas relações sociais, em ações promovidas por sujeitos que selecionam suas próprias leituras sobre o mundo e lugares onde praticam ações. (VINHA, 2013, p. 30).

Diante das relações estabelecidas nesse espaço, instaura-se uma nova forma de produção deste:

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (FERNANDES, 2005, p. 27).

O espaço passa a ser território, na medida em que este se constitui enquanto forma de poder. O território ainda pode ser definido a partir das interpretações de autores, tais como:

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004) denominou de multiterritorialidades. (FERNANDES, 2013, p. 284-285).

Nesse sentido, a cooperativa passa a ser um território que garante a manutenção do território camponês, ao passo em que ela expande e se apropria desse espaço através da organização da produção. Assim, o território é entendido como um espaço apropriado onde se estabelecem as relações sociais:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. (FERNANDES, 2005, p. 27). O espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993). (VINHA, 2013, p. 30).

Para tanto, a forma de utilização do espaço vai determinar o território e as relações que este irá estabelecer para manter sua forma de poder. Assim, cada espaço possui frações e um tipo de território dessa forma:

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, muitas vezes pode ser construída de mais de uma família. (FERNANDES, 2012, p. 746, grifos do autor).

Partindo dessa premissa sobre o território, enquanto lugar onde ocorrem as relações sociais em que os seres precisam construir esses espaços e territórios para garantir sua existência. Nos próximos capítulos, permearemos a consolidação da cooperativa, bem como a construção do território.

3.2 Localização geográfica da cooperativa COAPAR

O município de Andradina está localizado na microrregião de Andradina, que é composta pelas seguintes cidades: Castilho, Nova Independência, Pereira Barreto, Murutinga do Sul, Mirandópolis, Lavínia, Suzanápolis, Valparaíso, Itapura, Ilha Solteira, Guaraçai e Andradina. Esta última é a mais expressiva em termos econômicos e sociais de toda a região, pois concentra postos importantes, como Delegacia de Ensino, Corpo de Bombeiro, hospital (mais detalhado para o atendimento), Ambulatório Médico De Especialidade (AME), shopping, empresas como o Grupo JBS – Friboi, Citroplast, Fórum, Acqualinda (parque aquático em construção que promete ser um dos maiores da América Latina), dentre outros.

Mapa 1 – Localização do município de Andradina no estado de SP



Mapa elaborado por Leandro Nieves Ribeiro, em 10 de dezembro de 2020, Presidente Prudente (SP).
Fonte: IBGE

Fonte: IBGE (2019).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que será a fonte dos dados apresentados a seguir, a extensão territorial do município de Andradina é de 964,226 km². A população estimada é de 57.202 habitantes, número que está na 538ª posição em relação às cidades do Brasil, ocupando a 114ª posição no estado de São Paulo e a 1ª posição na microrregião. Dessa população, 31.764 são católicos, 14.447 são evangélicos e 2.104 são espíritas. A densidade demográfica é de 57,39 hab/km². O salário médio é de 2,3 salários, ocupando a posição 280ª no estado de São Paulo e 1.019ª a nível de Brasil.

A respeito da educação, o município possui uma porcentagem de 98,2 % de escolarização entre as idades de 6 e 14 anos. Em relação à saúde, o índice de mortalidade infantil é de 13,35 óbitos por mil nascidos vivos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) obteve uma progressão acentuada nos últimos anos, com 0,779.

O número de estabelecimentos agropecuários no município é de 838 estabelecimentos (2017). A área total desses estabelecimentos é de 65.400 hectares. A utilização da terra se dá tanto para a produção de lavouras permanentes que se manifesta em menor proporção e na produção de lavouras temporárias. Como milho, mandioca e criação de animais como suínos e galináceos. E demais tipos produção heterogêneos, graças a existência de unidades familiares. Porém, em quantidade muito singular. No entanto,

predominam duas culturas que merece atenção: a produção da cana-de-açúcar e a atividade leiteira.

O estado de São Paulo tem uma produção de cana-de-açúcar bem expressiva, cuja quantidade produzida no ano de 2019 foi de 425.617.093 toneladas, foi o estado que mais produziu nesse ano, seguido de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, segundo os dados do IBGE.

No município de Andradina, também em 2019, foram produzidas 2.821.630 toneladas de cana-de-açúcar, sendo o 25º município que mais plantou cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

Além da cana-de-açúcar, a produção leiteira também ganha destaque. O rebanho de gado do município em 2019 foi de 48.308 cabeças. Em relação ao estado de São Paulo, ocupou a posição de 36º município em quantidade de cabeças de gado, das quais obteve uma quantidade produzida de 11.437 (1x1000) de produção leiteira, alcançando a 23ª posição na produção do estado.

Geograficamente, a sua localização está a 20º 31 m de latitude Sul e de 51º 13 m de longitude Oeste, a uma distância de aproximadamente de 641 km da capital do estado que São Paulo.

A cidade de Andradina foi fundada através de um interesse que havia de desenvolvimento para o noroeste paulista. Como discutido previamente, a história do Brasil é parte das contradições. As iniciativas de povoamento, por exemplo, estavam fortemente ligadas a interesses econômicos que se consolidavam no país e no estado de São Paulo. Pierre Monbeig acentua:

Assim, em 1870, os planaltos e florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província. (MONBEIG, 1984, p. 27).

O autor ainda menciona que nos séculos passados já houve um interesse em mapear e povoar zonas do interior paulista, estrategicamente. Porém, perceberam que não seria compensador – fato este que se tornou possível no final do século XIX.

Assim, os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte o Paraná esperaram até o último quartel do século XIX, para se tornarem zonas pioneiras. Entretanto como já foi visto, tinham sido atravessados pelos portugueses, no curso do período colonial. Provindos do Paraguai, pelo vale do Paraná, os jesuítas haviam subido os rios Ivaí e Paranapanema,

estabelecendo pontos de povoamento. Mas, caçando índios, os paulistas tinham destruído as missões, não deixando mais que ruínas. Desde que a experiência revelou ser o índio um escravo de pouco valor, desde que se esgotaram as minas do Mato Grosso, foram abandonadas as navegações penosas. Caíram no olvido os caminhos antigos, salvo a estrada de Goiás, facilmente acessível. Certo se conservava a recordação legendária dos antigos itinerários de penetração: os paulistas não cessaram de celebrar o Tiete, rio paulista em todo o seu curso e cuja navegação nunca parou completamente. Já não eram, porém, suficientes os motivos capazes de animar as energias; já não havia riquezas a conquistar, nem homens em número bastante para lançar-se a empresas tão perigosas. Foi o que se viu claramente, em 1857, quando o Imperador Pedro II tentou uma experiência de colonização militar, na margem direita do baixo Tiete, em Itapura: a penetração não partia mais de São Paulo, porém do Mato Grosso e do Triângulo Mineiro. As distâncias eram por demais longas, o isolamento por demais acentuado, e a própria colônia rapidamente caiu em ruínas. A conjuntura só tornou a ser favorável por volta de 1870 e é nessa época discernimos as verdadeiras causas do movimento de conquista dos planaltos ocidentais. Essas causas não são apenas paulistas, nem somente brasileiras. A marcha ininterrupta da frente de povoamento, não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos. Tanto em suas origens, como em sua continuidade, ela se prende, por sobre os oceanos, às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo. Complexo jogo de circunstâncias locais, de ordem natural e social, e de oportunidades muito mais gerais, que é preciso deslindar, se se quiser compreender por que os paulistas invadiram os planaltos ocidentais, ao findar o século XIX, e por que, desde então, não se deteve essa arrancada. (MONBEIG, 1984, p. 93-94).

A formação da cidade de Andradina é parte da história da ocupação da região que iniciou-se através dos índios Kaingang (Caigangues) que adentraram o continente refugiando-se do litoral – onde o homem já havia se apropriado das suas terras – e fixaram-se às margens de confluência dos rios Tietê e Paraná, atraídos pelos recursos naturais, em especial, a piracema. Da população indígena do interior paulista, sabe-se que durante pouco tempo foram dizimados e expulsos da região durante os vários confrontos que tiveram com os construtores das estradas de ferro.

As relações de uso e apropriação do solo, moldadas anteriormente pelos indígenas, findaram-se para dar espaço ao novo arranjo territorial. Desse modo:

O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

O genocídio das populações indígenas é parte de um movimento de territorialização e desterritorialização de um território. Esse processo, no decorrer da história, provocou a morte de inúmeros indígenas, conforme pontua Oliveira: “esta história, de destruição e

dominação, fez com que dos 5 milhões de índios restassem hoje pouco mais de 220 mil” (OLIVEIRA, 1996, p. 56).

A conjuntura ao final do século XIX se tornou mais favorável para impulsionar a ocupação no noroeste paulista. Para Micheletto:

A ocupação branca do noroeste paulista até 1908 atendia a dois objetivos básicos: um estratégico-militar, relacionado à busca de um caminho alternativo pela região pantanal para se atingir a bacia do Paraná em função da guerra do Paraguai e, outro, econômico, relacionado ao processo de ocupação de novas terras para o plantio do café. (MICHELETTO, 2003, p. 78).

Segundo Pierre:

[...] O governo Federal por motivos políticos e estratégicos, havia deliberadamente ativado a construção da estrada de ferro que, partindo de Bauru, dirigia-se à Mato Grosso e iria atingir as margens do rio Paraguai. No território paulista, essa linha, a “Noroeste”, iria atingir vastas reservas florestais, situadas entre os vales do Tietê e do Feio-Aguapeí, com suas terras virgens frequentemente propícias ao cafeeiro. (MONBEIG, 1984, p. 182).

Para a consolidação da cidade de Andradina, houve três características marcantes: a primeira, a construção da ferrovia que ligava a capital do estado ao noroeste paulista, onde atualmente compreende a cidade de Andradina; a segunda, deve-se à construção das três usinas hidrelétricas, localizadas em Ilha Solteira, Pereira Barreto e Castilho (divisa do estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul) e a terceira, dá-se pela fusão desses dois fatores citados. A burguesia viu a oportunidade de comprar, do estado de São Paulo, os títulos de posse da terra. Antônio Joaquim de Moura Andrade, detentor de 20 mil alqueires de terra, cujo sobrenome deu origem ao nome de Andradina, foi o principal investidor. Segundo Alcantara:

Por volta de 1927 o Estado de São Paulo vendia terras devolutas, com títulos de origem do próprio governo para estimular a colonização e desenvolver a agricultura em terras despovoadas. Moura Andrade comprou 20.000 alqueires na margem do rio Tietê com a reta da ilha Seca. (ALCANTARA, 2001, p. 18).

A estruturação desse processo também garantiu o abastamento de famílias, pois o comerciante de terras era também o dono do armazém da cidade, do açougue, da farmácia, das olarias, serrarias, casa bancária, e outros. Assim, algumas famílias do interior paulista conseguiram aumentar sua intervenção, segundo relata Pierre:

[...] Assim, estava a família Prado bem situada nas posições-chaves do movimento pioneiro- a terra, o comércio, o banco, os meios de transporte, a organização da mão-de-obra, o poder político- graças aos postos ocupados por seus membros e por suas alianças com famílias similares. (MONBEIG, 1984, p. 141).

O pioneirismo também trouxe poder, tanto político quanto econômico, para algumas famílias. José de Souza Martins ressalta:

Estamos de fato diante de dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial, que ocupam de forma distinta e conflituosa entre si territórios geralmente já ocupados por sociedades tribais. Através de deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre os territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território- é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São, na verdade, os pioneiros das formas sociais e econômicas de expansão e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa frente pioneira é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho. (MARTINS, 1991 *apud* MICHELETTO, 2003, p. 79).

A cidade de Andradina foi fundada em 1937 e povoada principalmente por imigrantes e migrantes, em sua maioria, nordestinos, que fugiam em maior parte da expropriação e exploração dos senhores de engenho: devido à concentração fundiária que continuou sendo um traço marcante da área nordestina (RAMOS, 2007). Tornou-se uma cidade atrativa para os trabalhadores das lavouras de café, das obras das ferrovias e das obras das três usinas hidrelétricas. Realidade que passa a se modificar com o término das construções e a chegada da pecuária na década de 1960, conforme se explica a seguir:

Assim sendo, o agravamento do problema fundiário na região se deve então à seguinte combinação de fatores: 1) elevada concentração fundiária; 2) expansão da pecuária extensiva em detrimento da lavoura; 3) demissão de operários pelas empreiteiras contratadas pela CESP para a execução de obras civis das usinas hidrelétricas; 4) inundação de ilhas e margens dos rios Paraná, Tietê e São José dos Dourados e de outros cursos d'água devido à formação dos lagos das usinas hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos e o consequente desalojamento de pequenos produtores rurais ribeirinhos e ilhéus; e 5) dificuldades de acesso à terra por meio de arrendamento e parceria pelos produtores rurais sem terra ou com pouca terra. (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 110).

Essas questões serão agravadas e condicionantes das lutas na região.

As condições climáticas podem ser descritas por Monbeig:

Os climas do planalto ocidental paulista e do norte do Paraná enquadram-se no grande grupo dos climas tropicais. A média anual é de ordem de 21°C, ultrapassando um pouco 23° C na área de confluência do Tietê-Paraná e oscilando de 5 a 8 graus entre o mês mais frio (geralmente julho) e o mais quente (geralmente janeiro). A pluviosidade média anual situa-se entre 1000 e 1800mm, concentrando-se em alguns meses e sempre com oposições bem definidas entre uma estação seca e uma estação das chuvas. (MONBEIG, 1984, p. 43).

Pierre menciona ainda que esta região do estado está submetida à ação de três mecanismos:

A característica de zona climática marginal, que reconhecemos nos planaltos ocidentais, deve ser atribuída ao mecanismo dos grandes centros de ação da atmosfera. [...] Três massas de ar desempenham aqui um papel essencial: a tropical atlântica (*Ta*), a equatorial-continental (*Ec*) e a massa polar-atlântica (*Pa*). As três são relativamente estáveis, mas seus avanços e recuos sazonais asseguram características diferentes aos períodos do ano. E é precisamente nas latitudes vizinhas ao trópico que se realiza o encontro das correntes provenientes desses três centros de ação. (MONBEIG, 1984, p. 44).

No entanto, ressalta:

[...] quanto mais se caminha para oeste, reduz-se a atuação da massa *Ta* e o domínio da massa *Ec* está mais próximo. É na atmosfera dos planaltos ocidentais que a passagem de um para outro regime pode melhor ser percebida. (MONBEIG, 1984, p. 45).

Compreende-se, então, que “[...] novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março são em toda parte, os meses mais úmidos e mesmo muito úmidos” (MONBEIG, 1984, p. 50).

De modo geral, estas condições permitem entender que esta região se adaptou com determinados tipos de produção por ter as estações do ano bem definidas.

Ela está inserida a uma altitude de 400 metros acima do nível do mar (segundo Köppen), “e apresenta uma vegetação latifoliada tropical e vegetação latifoliada semidecídua (Silvia, 199)”, mas que, neste momento, a paisagem natural da região está sendo completamente reconfigurada pelo avanço do agronegócio da cana-de-açúcar, perdendo grandes espaços naturais que agora dão origem a um outro ciclo de produção capitalista do agronegócio. O solo é caracterizado pelo latossolo vermelho e em suas declividades apresentam pequenas partes de neossolo, possui temperaturas que oscilam entre 32° C no verão e 12,7 ° C no inverno. As precipitações atingem 1.181,6 mm por ano, porém, elas se concentram de outubro a março quando chove, em média, 152 mm ao mês, no período de abril a setembro chovem apenas 44 mm ao mês. Este período de estiagem traz grande dificuldade para a produção, este é um fator que leva a pecuária a ser umas das

alternativas predominantes.

O assentamento possui uma área de 3.393 hectares, onde se localizam 176 famílias assentadas e aproximadamente 50 famílias agregadas ou ocupantes das áreas de reserva legal. Fato que vem acelerando a cada dia e ganhando força, de maneira que os limites destes ocupantes se confundem com os limites da natureza.

Os solos são férteis e a agricultura apresenta bons resultados; a temperatura é elevada quase o ano todo. A topografia apresenta pouco auge e declive, o que facilita o manejo do rebanho e das lavouras.

De modo geral, as dificuldades se elevam com a estiagem. Onde as plantações e a criação de gado se tornam vulneráveis às condições climáticas. O Assentamento possui uma rica bacia hidrográfica. É banhado pelo rio Tietê, numa extensão de quatro quilômetros no sentido Leste/Oeste, na margem esquerda, desaguando no Rio Paraná. É ainda cortado pelo córrego Anhumas. Sua nascente se localiza entre a reserva do Assentamento Timboré e o Assentamento Anhumas, no município de Castilho. O córrego Anhumas percorre por alguns lotes, é este que faz a delimitação dos municípios de Andradina e Castilho, desaguando no rio Tietê. Na margem esquerda, o córrego Timboré nasce na cabeceira do assentamento e corta a Vicinal Jose Rodrigues Celestino, na altura do Km 21, do município de Andradina.

4 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE COOPERATIVISMO E FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Nesse capítulo, a abordagem conceitual sobre as concepções históricas do cooperativismo se torna imprescindível, tendo em vista a análise da cooperativa COAPAR que, em seu processo de consolidação, colocou a luta camponesa em evidência, pois esta existe graças ao processo de luta e resistência das famílias assentadas se tornando um elemento de luta do campesinato, contribuindo para a manutenção do território camponês.

As diversas formas de atividades cooperadas se fazem presentes e contribuem para nosso entendimento de como a COAPAR se expandiu e se fez presente. As experiências das atividades cooperadas não são recentes. Essas atividades cooperadas foram meios que a humanidade se apropriou para garantir sua reprodução em determinado tempo e espaço, principalmente, para a manutenção da vida em grupos em tempos remotos. Há indícios de que havia estas formas coletivas de produção há algum tempo. A mudança percebida foram as novas relações estabelecidas dentro do modo de produção capitalista que tem por necessidade romper as formas de cooperação, incentivando o trabalho individual, ou fortalecendo a cooperação, mas com estratégias muito diferentes do que se propõe a cooperação dos movimentos sociais ou antigas formas de cooperação nos núcleos comunais.

As formas de cooperação estão vinculadas a várias gerações que se reproduziam dessa forma comunal de sobrevivência em suas comunidades. Desde o século XIX, temos visto a formação das primeiras experiências de cooperativas. Embora seja diferente do que conhecemos atualmente nas cooperativas do Movimento Sem Terra. A sua origem estava mais ligada a uma demanda dos grupos que se destacavam não capitalistas e outras experiências como obrigatoriedade governamental. Enquanto hoje, “a existência de cooperativas nos assentamentos se dá pelo fato de que “o assentamento é um território de produção e reprodução do campesinato”. (FABRINI, 2002, p. 3).

Entender o assentamento, nessa perspectiva de território, e a luta pela construção de cooperativas do Movimento nos permite identificar que a consolidação da COAPAR vem contribuindo com o desenvolvimento das famílias assentadas. Ao nos atentarmos também que as primeiras formas de cooperação eram em função de um território, seja ele de reprodução da vida social ou um território governamental, onde havia uma imposição do governo.

Christoffoli apresenta várias experiências já realizadas, não capitalistas, em diversos países, com características e tempos diferenciados, a saber:

As mais antigas experiências comunitárias e as mais duradouras teriam sido realizadas na agricultura. As antigas comunidades agrícolas baseavam-se tradicionalmente em comunidades familiares, em que a propriedade era una, coletiva e indivisível. (CHACON *apud* CHRISTOFFOLI, 2000, p. 11).

Para o autor:

Os Astecas, povo originário das Américas, já contavam com sistemas comunitários como o dos Capulli e Altpetlalli, que eram comunidades rurais organizadas à base de laços familiares. Tratava-se de grupos de vizinhança e parentesco e os possuidores das terras não podiam vendê-la, sendo as mesmas transmitidas via herança. A organização interna dessa instituição tinha fisionomia acentuadamente religiosa. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 11).

Outros exemplos eram vistos:

Zadruga iugoslava, outro exemplo de comunidade familiar amparada legalmente, existiu no período de 1844-1941 e compunha-se basicamente de parentes ligados por sangue ou adoção[...] No México... comunidades agrícolas chamadas de Ejidos. [...] Em Israel, a partir do início deste século, desenvolvem-se experiências integrais de organizações coletivas, com base no Kibbutz e no Moshav [...] Na Suécia [...] Na União Soviética e nos Países socialistas surgidos na segunda metade do século XX no leste europeu, na Ásia e na América Latina, estimulou-se de forma marcante o desenvolvimento de diversas formas de cooperação na agricultura. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 12-14).

Por fim, ele menciona as experiências comunitárias de produção no Brasil:

Há poucos registros históricos com relatos e análises de experiências coletivas/comunitárias de produção. Os povos indígenas brasileiros tradicionalmente desenvolveram uma economia organizada com base no modo de produção comunal primitivo, baseado principalmente na caça, coleta de frutos e agricultura rudimentar de subsistência. Posteriormente, além das experiências desenvolvidas pelos índios Guaranis (nas reduções jesuíticas) e possivelmente de experiências comunitárias nos Quilombos (Palmares e outros, sendo muitos remanescentes até os dias atuais), há poucos registros desse tipo de experiências produtivas (LIMA, 1996). Nos séculos XVIII e XIX surgiram algumas experiências localizadas de colônias coletivistas influenciadas pelo socialismo utópico europeu. Pode-se destacar, no Paraná, a Colônia Tereza Cristina, de base cooperativa (1847) e, no município de Palmeira, onde organizou-se no ano de 1889 colônia semelhante (Colônia Cecília), que subsistiu até 1894 (CHACON, 1959). Também é digna de nota a existência de terras comunitárias denominadas de faxinais, especialmente na região sul do Brasil. Os faxinais compõem-se em geral de áreas de mata e pastagens, sendo utilizados de forma comunitária, fornecendo pastagem e madeira para uso dos moradores. As explorações são realizadas de forma individual pelas famílias ali residentes. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 15).

No entanto, percebemos que no Brasil as formas de cooperação conhecidas são caracterizadas ainda pelo modo colonial:

Ainda no meio rural, é tradicional o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação remontam aos tempos da colonização e se perpetuam até os dias atuais. Elas têm origem nas práticas tradicionais dos primeiros colonos portugueses e também dos povos africanos, que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro. A partir dos anos 50-60, essas formas associativas primárias, como as trocas de serviço, mutirões e roças comunitárias são estimuladas tanto pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, como pelos setores progressistas da Igreja Católica. (MARTINS 1964, *apud* CHRISTOFFOLI, 2000, p. 16).

Dessa forma “os assentamentos são um território de ações coletivas. As ações coletivas são atividades desenvolvidas pelos camponeses assentados em que expressam politicamente, passando pela representação do interesse de classe” (FABRINI, 2002, p. 5).

Fabrini apresenta referências russas de comunas, o Mir, para expressar o surgimento das primeiras experiências de resistência camponesa.

O Mir era uma forma de resistência dos camponeses russos organizados em base comunitárias e solidariedade que caracteriza o modo de vida camponês. Mas, esta forma de resistência não era suficiente para impedir a expansão das relações capitalistas e consequentemente a diferenciação social existente no interior do Mir. (FABRINI, 2002, p. 64).

Menciona que “o Mir surgiu na Rússia com a possibilidade de comprar a liberdade dos camponeses através de empréstimos junto ao Estado em que os camponeses passaram a ficar sujeitos às exigências da Comuna” (FABRINI, 2002, p. 66).

O Mir é uma forma de resistência ao domínio capitalista mediada pelas relações comunitárias, inclusive resistências às transformações exigidas nos decretos do poder Soviético. Os elementos da vida comunitária dos camponeses do Mir eram a distribuição de terras, embora não igualitária; ajuda mútua entre vizinhos; as assembleias gerais dos camponeses e associação rural. O sistema de autogoverno da comuna, vinculado a uma assembleia comunal composta pelos chefes das unidades domésticas, tendo como autoridade executiva, a figura do ancião, deliberava sobre os assuntos da comunidade. (WOLF 1984, *apud* FABRINI, 2002, p. 66).

Assim, a existência do Mir se tornou uma obrigação para estes camponeses, não podendo decidir sobre sua vontade ou não. Porém, na realidade do Brasil, nunca se houve um processo de coletivização forçada como houve na Rússia. As experiências que se instalaram por aqui tiveram mais o papel de se organizarem em prol de um bem comum, e isto teve avanços e retrocessos de acordo com os períodos históricos.

Cabe destacar que:

O cooperativismo é uma modalidade organizacional de longa trajetória. As primeiras cooperativas surgiram pouco depois do advento da revolução industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Naquela época, a exploração do trabalho não tinha limites legais. Era comum encontrar crianças e mulheres grávidas no ambiente fabril, onde os trabalhadores em geral eram intensamente explorados, com cargas horárias desumanas e condições de trabalho insalubres. (SINGER, 2002 *apud* MARCONI; SANTOS, p. 175).

Arroyo e Schuch (2006) relatam as primeiras experiências com as cooperativas no Brasil:

Há indícios de que a primeira sociedade cooperativista foi a Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, fundada em 15 de março de 1885, contando com 1.003 sócios em 1894, os quais se denominavam ‘consórcios’. Essa sociedade, que adotava os princípios do cooperativismo, tinha a finalidade de cuidar da educação, da saúde e da seguridade de seus membros. A primeira cooperativa de crédito brasileira foi criada no dia 28 de dezembro de 1902, em Nova Petrópolis, RS, e se denominava Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, que atua até hoje, mas com o nome de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis (ARROYO; SCHUCH, 2006, *apud* MARCONI; SANTOS, p. 176).

Diante do exposto, cabe estabelecer as diferenças existentes entre as ações comunitárias e as coletivas.

Conforme o entendimento de Fabrini:

As ações coletivas são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social. São ações motivadas por uma identidade política construída no processo de luta pela terra e possui perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade... já as ações comunitárias entre os camponeses não apresentam necessariamente conteúdo político de questionamento do ordenamento social regido pelo capital. São mediadas pelas relações de solidariedade entre as pessoas. (FABRINI, 2002, p. 71-72).

As ações coletivas ou comunitárias podem ser desenvolvidas dentro dos assentamentos. Isso não se sobrepõe um sobre o outro. Tanto as ações coletivas ou comunitárias podem contribuir para o desenvolvimento dos assentados e ajudar na relação social entre eles. Podem ainda as cooperativas se tornarem um trunfo importante para a consolidação das disputas pelo território. Fabrini continua sua explanação:

A formação de cooperativas pelos assentados pode contribuir para a realização de atividades coletivas quando elas trazem no seu interior conotação política e ideológica de questionamento da ordem social e de superação das relações capitalistas. As ações coletivas não ocorrem somente por meio das cooperativas, podendo surgir uma variedade enorme de formas mediadas por relações econômicas, políticas, culturais,

religiosas, familiares etc. Os camponeses assentados desenvolvem também ações comunitárias. (FABRINI, 2002, p. 75).

A vida dentro dos assentamentos é muito dinâmica, com várias formas de pensar e decidir sobre algo. Desse modo, devido à amplitude das lutas no campo e a ausência, muitas vezes por parte dos assentados, acabam por distanciar estes assentados das lutas do movimento. Fabrini pondera:

As cooperativas se constituem, apesar das várias dificuldades encontradas de manutenção e reprodução, a principal forma de presença do MST nos assentamentos. Portanto, as cooperativas são uma estratégia de garantia de reprodução dos camponeses nos assentamentos. Evidentemente, as manifestações coletivas nos assentamentos não estão restritas às cooperativas, até porque existe certa resistência de participação dos camponeses assentados. (FABRINI, 2002, p. 81).

O surgimento das cooperativas para Movimento Sem Terra é parte da necessidade de uma ferramenta de luta contra a exploração da produção. Tendo em vista que os assentamentos produzem em pouca escala e esse fato o torna mais vulnerável aos mercados.

Entretanto não se trata de formas organizativas constituídas atualmente, explica o autor:

Existem exemplos de organização semelhantes às cooperativas desde a antiguidade, como os Grêmios (formados por agricultores escravos) no antigo Egito, os Colégios que agregava carpinteiros na Grécia e os Calpulli destinados às atividades agrícolas em comum entre os Astecas. (RECH, *apud* FABRINI, 2002, p. 86).

Fabrini pontua ainda suas considerações:

As primeiras cooperativas surgiram no século XIX na Europa. Em 1844 um grupo de trabalhadores de Rochdale, na Inglaterra, formou a primeira cooperativa de consumo, cujos princípios se tornaram referência para o cooperativismo internacional. (RECH, *apud* FABRINI, 2002, p. 86).

Na ocasião com o advento destas cooperativas havia duas formas de interpretação destas:

Na compreensão dos socialistas utópicos, as cooperativas eram consideradas um meio para a superação do modelo capitalista de produção que permitiria a implementação de uma sociedade livre da dominação do capital. Enfim, as cooperativas eram o embrião de uma sociedade nova e igualitária [...] para os liberais as cooperativas eram um instrumento de correção dos defeitos do sistema, apenas. Aliás, esta concepção de cooperativa acabou norteando a maioria das propostas implantadas nos países capitalista.

Já nos países socialistas, a cooperação não foi considerada como uma iniciativa direta e autônoma dos trabalhadores do campo, mas fazendo parte de um plano de ação governamental para sustentar a

implementação do socialismo por meio de uma forte intervenção estatal. (FABRINI, 2002, p. 86-87).

As formas de cooperação por mais bem-sucedidas que tenham sido, têm se desgastado em grande proporção. Tal fato está relacionado ao modo de produção capitalista que valoriza mais o trabalho individual. A tal ponto que, segundo Fabrini:

As variadas iniciativas de cooperativas têm sofrido forte desgaste, pois a ordem capitalista tem valorizado cada vez mais as práticas individuais, aumentando o descrédito nas práticas coletivas, principalmente aquelas voltadas para organização econômica e produtiva. A sociedade capitalista, assentada na concorrência e na livre iniciativa faz com que os princípios da solidariedade e da cooperação se tornem um meio pouco eficiente de organização social. Portanto, numa sociedade onde os valores individuais assumem cada vez mais importância, os ideais de trabalho comunitário e coletivo, participação e cooperação torna-se cada vez mais difícil de serem colocados em prática. (FABRINI, 2002, p. 87).

Fabrini descreve:

A definição de cooperativa para a OIT (Organização Internacional do Trabalho) diz: a cooperativa é uma associação de pessoas que se une voluntariamente para alcançar objetivo comum através da formação de uma organização administrativa e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente. (RECH, *apud* FABRINI, 2002, p. 89).

O autor também transcreve alguns princípios cooperativistas que foram definidos a partir daquela estrutura das cooperativas de trabalhadores de Rochdale, na Inglaterra. Dessa forma, no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional realizado em 1995, em Manchester, foram definidos os seguintes princípios:

- 1- Livre Acesso e Adesão Voluntária- são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades, sem discriminações sociais, de sexo, raciais, políticas e religiosas;
- 2- Controle, Organização e Gestão Democrática- São organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes;
- 3- Participação Econômica dos Seus Associados- Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: a) Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; b) Benefícios aos membros na proporção das suas

- transações com a cooperativa; c) Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros em assembleia;
- 4- Autonomia e Independência- São organizações autônomas, de ajuda mútua controladas pelos seus associados. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrem a capitais externos, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa;
 - 5- Educação, Capacitação e Informação- As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas;
 - 6- Cooperação entre a Cooperativas – As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
 - 7- Compromisso com a Comunidade – As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos associados. (RECH *apud* FABRINI, 2002, p. 89-90, grifos do autor).

Mediante essas linhas orientadoras, cabe ressaltar que elas contribuem para um direcionamento das cooperativas. Embora no Brasil, desde o primeiro decreto em 1932 regulamentado as cooperativas, este veio a somar forças com o interesse de estimular a diversificação da produção agrícola que estava restrita à monocultura. Mesmo no decênio seguinte e, a partir do golpe militar de 1964, havia fortes “restrições e obstáculos ao desenvolvimento das cooperativas. As cooperativas sofreram refluxo com a lei 5.764/71 elaborada no período militar, que, em nome da ordem nacional, estimulou a concentração das cooperativas nas mãos dos grandes produtores rurais e industriais” (FABRINI, 2002, p. 91).

Isso se modifica a partir de 1971, quando as cooperativas que se instalaram, então, carregavam “características empresariais, que teve como objetivo principal de obtenção de lucro” (FABRINI, 2002, p. 91).

Assim as cooperativas adquiriram uma característica onde as “cooperativas se assemelham mais a uma empresa capitalista do que um instrumento de resistência dos trabalhadores do campo”. Dessa forma, por conta da imposição do governo militar para com as cooperativas, houve um refluxo dentre elas, pois este mecanismo “estimulou a concentração das cooperativas nas mãos dos grandes produtores rurais e industriais” (FABRINI, 2002, p. 93).

Neste contexto do trabalho, a nossa intenção é apresentar uma cooperativa de assentados, enquanto espaço de luta e resistência dos trabalhadores do campo. Entretanto, no Movimento Sem Terra, vale ressaltar:

O MST apresenta diversos tipos de cooperativismo, como mutirões e trocas de serviço, núcleos de produção, associações, grupos semicoletivos e coletivos e cooperativas de prestação de serviços, de crédito e de produção agropecuária (Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs). (MARCONI, SANTOS, p. 176).

Com a formação do assentamento, ficou mais necessária a consolidação da cooperativa COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo) – assim ela nasce a partir de uma necessidade tanto das famílias quanto do Movimento Sem Terra. Dessa forma, trataremos adiante sobre sua trajetória desde a sua fundação.

4.1 Trajetória da fundação da cooperativa de produção COAPAR

Já que o presente trabalho aborda o processo de construção e desenvolvimento da cooperativa COAPAR como parte do fortalecimento dos territórios camponeses, nosso intuito é mostrar que a cooperativa compreende diversas esferas de crescimento econômico e social. Ao entender o nascimento e a criação da cooperativa, colocamos em evidência a idealização para além da esfera material de uma estrutura física no espaço geográfico. Ou seja, torna-se um território que perpassa a estrutura física.

Ao realizar a pesquisa nos deparamos com uma estrutura material e imaterial do ponto de vista acadêmico. Ou seja, encontramos a estrutura física da COAPAR, sua sede, seus tanques de resfriadores, a fabricação do laticínio, mas ao mesmo tempo vimos um outro território, observamos a resistência do camponês, a luta pela sobrevivência, as disputas com outras empresas, a luta da cooperativa pela existência desses assentamentos contribuindo com a sua fixação através das unidades em núcleos de produtores e a busca da manutenção desses assentamentos garantindo a compra do leite.

Dessa forma, compreendendo o processo de desenvolvimento da cooperativa é importante destacar que as lutas do Movimento Sem-Terra e as formas de cooperação no campo nascem imbricadas uma na outra. É possível o entendimento destas se forem analisadas no mesmo contexto histórico, pois:

A proposta de cooperação nos assentamentos é forjada no processo de luta e resistência pela terra. Portanto, o surgimento da cooperação nos assentamentos, inclusive as cooperativas, não está dissociado da luta dos

trabalhadores sem-terra. É no interior do conflito entre as classes que se deve buscar o fundamento da luta dos camponeses pela organização das cooperativas nos assentamentos rurais. (FABRINI, 2002, p. 104-105)

Para o autor, as formas de cooperação são fundidas a partir da luta pela terra para se contrapor a uma forma de concentração que perpassa as gerações. Como cita Carvalho:

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma pequena minoria. Isso determina e condena milhões de seres humanos a uma vida sem perspectivas e, constituem ainda, o maior e principal obstáculo, ao desenvolvimento econômico, cultural e social do país. (CARVALHO, 2008, p. 48).

Para a autora, desde o período do Brasil Colônia temos a permanência de modo de utilização da terra que persiste:

Da colônia para o Brasil de hoje ocorreu sem dúvida um longo período histórico que trouxe modificações na organização colonial, no entanto, a utilização de terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população. (CARVALHO, 2008, p.50).

Portanto, a questão agrária traz diversos elementos, inclusive o conflito, que é inerente à sua lógica:

A questão agrária possui, portanto, como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo inevitavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo e faz parte de sua lógica e de sua história. (CARVALHO, 2008, p. 50).

Assim sendo, os movimentos têm a função de questionar esse processo e construir formas de resistência na sociedade. É através do conflito que constroem esses novos enfrentamentos. No Brasil, a organização massificada de trabalhadores começou a ocorrer com mais êxito nos finais da década de 1970. Diversas manifestações vinham ganhando força no campo. Logo as lutas ocorridas em pontos isolados dos estados alcançaram maiores proporções. O campo, embora sempre estivesse conflitado, passou a ter características mais expressivas do ponto de vista do conflito. Os modos de disputas se deram com mais intensidade. Isto posto:

A expansão recente das relações capitalistas no campo foi acompanhada pelo processo de expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais. Diante desse quadro de expulsão/expropriação, os trabalhadores rurais passaram, a partir do final da década de 1970, a se organizar e a promover lutas pela conquista e reconquista da terra. (FABRINI, 2002. p. 107).

As lutas que se originaram isoladas no campo eclodiram em diversos pontos do país. Esse fenômeno foi se tornando intenso e tão expressivo que marcou o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conforme menciona Fabrini:

As primeiras lutas surgiram de forma isolada com as ocupações realizadas nos Estados do Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, criada em 1975, para apoiar as lutas dos trabalhadores do campo. No Rio Grande do Sul, ocorreu a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. No Paraná, ocorreu a luta dos agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu, através do “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das terras. Em Santa Catarina, aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê. Nesta mesma época, (início da década de 1980) foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina. Em Mato Grosso do Sul ocorre a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. É importante destacar a ação dos brasiguaios, que retornam para o Sul de Mato Grosso do Sul, montando acampamentos em vários municípios. Em 1984, foi realizado na cidade de Cascavel-PR, o primeiro Encontro de trabalhadores rurais sem-terra, marcando o início das articulações das lutas no campo. Neste Encontro foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do Movimento. (FABRINI, 2002, p. 107-108).

Após a fundação do Movimento Sem Terra, ampliaram-se as reivindicações por terra e, ao mesmo tempo, as necessidades que a luta pleiteia: educação, moradia, produção. Enfim, o movimento passa a carregar uma bandeira que abrange várias demandas que não se resumiria na conquista da terra.

O que condiciona o pensar sobre as cooperativas no Movimento é a conquista da terra, pois era necessário pensar uma nova forma de permanência nas áreas conquistadas que trouxesse renda e dignidade para as famílias. Nessa conjuntura, surgem as primeiras discussões do cooperativismo através das cooperativas. A proposta de cooperação se define de modo que “A cooperativa se constitui como um instrumento de organização dos assentados, sendo a organização da produção seu principal objetivo e forma de expressão”. (FABRINI, 2002, p. 106).

Com a construção das cooperativas, os assentamentos exercem a partir daí um papel além do campo de produção agrícola. Passam a manifestar e fortalecer sua identidade de classe e expressar um território.

As cooperativas apresentam conteúdo político/ideológico que orienta a sua ação, podendo se constituir numa iniciativa de superação da subordinação dos camponeses. Este é o objetivo da proposta de cooperativa elaborada pelos trabalhadores sem-terra nos assentamentos, onde se coloca em prática um conjunto de atividades para fazer da cooperativa um instrumento de luta. As cooperativas agrícolas não significam apenas uma forma de intensificação das relações econômicas na agricultura. Elas representam também uma forma de participação política e de tomadas das decisões. Os laços de solidariedade desenvolvidos pela atuação da cooperativa poderão se ampliar para organizações maiores, potencializando politicamente a luta dos trabalhadores envolvidos. Uma organização cooperativa, que parte da base, permite que as decisões sejam tomadas diretamente, sem a artificialidade de democracia indireta que caracterizam os grandes empreendimentos cooperativos. (FABRINI, 2002, p. 100).

A consolidação de cooperativas organizadas pelo Movimento tem contribuído para o desenvolvimento deste. Embora as experiências de cooperativas sejam imaturas ainda, por serem um processo de contínuo aprendizado, com todas as dificuldades que possamos elencar, a nosso ver, têm contribuído, sobremaneira, para a manutenção da vida no campo. No caso da COAPAR, por mais que minimamente consiga estar nas áreas de reforma agrária, ela contribui para a manutenção na vida dos agricultores no campo.

Em Sumaré/Campinas, quando as famílias iniciam a preparação do grupo de Sem-Terra para ocupar uma terra em processo de desapropriação, de áreas consideradas improdutivas, inicia-se também o debate além da conquista da terra, de como estas famílias iriam viver nesse ambiente. Por isso, além de pensar na conquista da terra em si, havia a preocupação de como nela sobreviver. Assim, a discussão se ampliava para garantir a organização das famílias e o seu fortalecimento na área conquistada.

Havia um sonho dessas famílias que era expresso no nome dado ao Grupo V, ainda em Sumaré/Campinas: Projeto Liberdade. O objetivo do Projeto Liberdade não era transformar a terra improdutiva em terra produtiva, para o capital e o agronegócio. O Projeto Liberdade tinha o objetivo de distribuir a terra para as pessoas que estavam à margem da sociedade para que tivessem melhores condições de vida.

Foi nesse período que se organizavam vários grupos coletivos como o de mulheres, de jovens, de equipe de liturgia para as igrejas, ou seja, as formas de cooperação nasceram no seio da formação do grupo V de Sumaré. Dessa maneira, vimos mais uma

particularidade desse grupo que se destacava. Todavia, a exclusividade desse grupo nos impressiona, como bem pode ser observado na fala de um dos fundadores da cooperativa:

A COAPAR é resultado de uma experiência de organização das famílias desde Sumaré. Então, lá no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, o grupo Liberdade, que hoje é o assentamento Timboré, começou a reunir as famílias e organizar e discutir a luta pela terra e lá começou a se discutir como trabalharia a terra, como seria o trabalho no assentamento após a conquista da terra ou durante a luta pela terra e aí se discutiam, que inclusive já era discutido no Sul, no MST. Mas lá em Sumaré, antes das famílias virem ocupar a fazenda Pendengo primeiro, depois a fazenda Timboré, já se discutia o trabalho coletivo. Então assim, lá já se discutia o trabalho coletivo e a cozinha comunitária, várias formas de cooperação, grupos de jovens, grupos de mulheres, equipe de liturgia pra montar equipe da igreja, grupos religiosos. Então, assim, as formas de cooperação nasceram lá, e aí no assentamento, na ocupação de 1989, na fazenda Pendengo, montou-se o primeiro grupo coletivo porque ficou 27 dias só, mas o pessoal ainda plantou uma roça coletivamente e a gente que era jovem ou adolescente, a gente plantou uma horta coordenada. O nosso grupo era coordenado pelo José Aguiar que era um adulto, mas era um grupo de jovens, crianças e adolescentes, nós conseguimos fazer uma horta em vinte e sete dias lá ainda. (ENTREVISTADO 1, 2019).

Assim, as famílias, além de se organizarem politicamente para atingir uma estratégia no Grupo V de Sumaré, também era excepcional por reunir meios para garantir com êxito a permanência das famílias na terra que seria conquistada. Fato que seria fundamental para assegurar a permanência das famílias no campo, além da garantia de trabalho e renda para tais famílias. Para tanto, consolidava-se na prática todo o debate feito em Sumaré/Campinas antes da ocupação. Como se observa nessa fala de um entrevistado: “O curioso é que na fazenda Pendengo a gente conseguiu fazer também campo de futebol, cozinha comunitária; tudo o que foi discutido e planejado em Sumaré durante as reuniões de preparação para a ocupação, as famílias conseguiram fazer de forma cooperada [...]” (ENTREVISTADO 1, 2019).

Após a ocupação da fazenda Pendengo e, posteriormente, do despejo das famílias e todo processo de solidariedade por parte da igreja e das famílias da cidade de Nova Independência, que mencionamos nos capítulos anteriores, surge a necessidade de refazer a história. Desse modo, as famílias se arriscam em uma nova caminhada frente à jornada de luta por terra. Buscam por território, por reprodução da vida, por trabalho, por renda!

Assim sendo, influenciados pelas lutas emergentes no momento, não desanimaram, colocaram seus pés na estrada mais uma vez. Saíram da praça da igreja da cidade de Nova Independência e vieram com seus sonhos, ocupar mais um latifúndio no município de Andradina. Era a fazenda Timboré, a escolha feita pelas famílias. Nela se propunha pôr em

prática o que haviam discutido nas reuniões do Grupo, em Sumaré. Após a ocupação em 19 de agosto, as famílias ingressaram nas iniciativas do trabalho coletivo.

Tinha dez grupos coletivos ou doze – se não me engano – cada grupo no entorno de dez famílias. Dez a quinze famílias. O pessoal conseguia trator, também os tratores trabalhavam de forma cooperada, de forma coletiva, trator emprestado de outros assentamentos aqui da região na época e depois montou uma associação. Mas assim o forte mesmo da discussão era o trabalho coletivo. Muitas famílias que não tinham feito a preparação em Sumaré acabaram desistindo. Não entendiam o objetivo eu acho assim na minha opinião. As famílias que permaneceram mais tempo em trabalho coletivo foram as famílias que vieram de Capinas, de Sumaré, da região de Campinas que passou por uma discussão longa de uma preparação e não viam sentido de trabalhar e produzir individualmente. Mas algumas desistiram, foram embora, porque a luta é dura mesmo, a luta foi dura. A de Timboré não foi fácil, foi um período também de recessão nos anos 90, na agricultura não era fácil. Então assim, a produção era só para subsistência mesmo, não tinha renda da produção. Então era só pra comer, então muita gente acabou desistindo porque não via perspectiva de renda futuramente. Foram embora. Depois passou alguns anos, os jovens tocaram o trabalho coletivo. (ENTREVISTADO 1, 2019).

Com o início do trabalho coletivo percebeu-se algumas fragilidades na consolidação deste. Houve famílias que não haviam feito a preparação em Sumaré. Famílias que se somaram da região de Andradina “*não entendiam o objetivo*” do trabalho coletivo. Outras famílias de Sumaré “*desistiram, foram embora, porque a luta é dura mesmo*”. Desistiram, não porque tinham somente vontade de desistir, mas porque *a luta é dura!* Dura no sentido de ter que trabalhar, em péssimas condições em que se encontrava naquele período, trabalhar apenas para a subsistência porque a agricultora naquele momento não estava em bom estado. Isso tudo retirava parcelas de sujeitos da luta. “*Muita gente acabou desistindo porque não via perspectiva de renda futuramente*”.

Mesmo com todas essas dificuldades de permanência das famílias no trabalho coletivo, este não acabou. Sofreu estes abalos, mas não se findou. Desta maneira, houve uma nova fase de consolidação. A juventude do assentamento tomou partido do coletivo e o assumiu, conforme o testemunho de um entrevistado:

Os jovens, mais assim, com a presença de alguns adultos ...esses 3 adultos ainda permaneceram juntos com os jovens trabalhando coletivamente. A gente produzia arroz, gergelim, milho, feijão e algodão. Nossas roças eram muito grandes, o trabalho era totalmente coletivo e a gente tinha uma cozinha comunitária. Nessa época eu tinha 13 anos, eu acho. A gente tinha um trator que era de um grupo de adulto. Tratorzinho 65 X da Massey, ele foi emprestado para o grupo, então esse trator dava suporte pra gente produzir. A gente também tinha o suporte da igreja católica, da Cáritas, que através do Rene e do padre Janssen, conseguiu um dinheiro que na época era em torno de 3 mil reais. Dava para preparar toda a terra que a gente tinha e comprar semente, todo ano a gente guardava esse

dinheiro pra plantar de novo, para produzir; a gente não gastava esse recurso. E aí a gente conseguiu mandar (para cursos). Ao mesmo tempo que a gente trabalhava e produzia, tinha renda, pouca renda, mas tinha, como resultado do trabalho coletivo a gente ainda conseguia mandar gente pra cursos[...] (ENTREVISTADO 1, 2019).

O coletivo se fortaleceu com a participação da juventude. Fato que merece destaque: nasce mais uma particularidade do grupo, a participação efetiva da juventude que ousava fazer! Os jovens plantavam as lavouras como arroz, gergelim, milho, feijão e algodão de forma coletiva. Recebiam a ajuda da igreja católica e a principal eles se preocupavam com o estudo, com a formação do sujeito. Ou seja, nesse período, o movimento Sem Terra, que estava dando seus primeiros passos, realizava muitos cursos formativos, e esses jovens do grupo coletivo da Timboré começaram a participar. Como resultado, os jovens tomaram como peça importante o estudo, como se vê no relato de um jovem participante:

A gente tinha grupos de estudo, a gente várias vezes parava para estudar o nosso grupo coletivo. Eu acho que uma das coisas que ajudou a dar certo o grupo coletivo e que, depois, mais pra frente se transformou em outra coisa maior e mais importante que o próprio grupo coletivo que já era muito importante. Mas uma coisa que deu sentido foi a formação das pessoas que trabalhavam coletivamente, estudavam, se formavam, faziam análise da realidade, que a gente vivia na época da conjuntura nacional agrária e aí a gente foi se formando com o tempo se preparando politicamente, ideologicamente também pra fazer uma luta maior. (ENTREVISTADO 1, 2019).

Esses jovens, quando ocuparam a fazenda Timboré, tinham idades entre 13 e 18 anos e foram tomando experiência à medida que os anos foram passando.

Nas palavras do Entrevistado 1 (2019, 15/11), percebe-se o quanto foi difícil a consolidação desde o grupo de acampados. Mas, em paralelo, percebe-se que nem eles mesmos tinham dimensão do que estavam alcançando nesse processo. Como ele próprio menciona, o coletivo *“se transformou em outra coisa maior e mais importante que o próprio grupo coletivo*. Ou seja, o grupo coletivo foi se transformando não apenas em um grupo de produção de lavouras, mas um coletivo que se formava, estudava, fazia análise da realidade, da conjuntura nacional agrária, preparava-se política e ideologicamente para construir algo novo. Conforme observamos no relato a seguir:

Nesse período, já que a gente estava discutindo a luta pela terra na região, a continuidade da luta pela terra, a gente viu que as outras famílias se individualizaram todas totalmente. Basicamente “ficou” 3 famílias trabalhando no coletivo que eram aqueles 3 adultos que eu citei anteriormente, mais os jovens em torno de 12 a 15 jovens, variava o número de vez em quando um saía outro entrava. (Eram) de 12 a 15 jovem a maioria tudo solteiro, mas estavam sempre juntos esse grupo de jovens. Esse grupo de jovens começou a ser acompanhado pelo MST, além de participar dos cursos do MST, o nosso grupo de coletivo, que era

o nosso grupo de jovens, que trabalhava coletivamente a terra. A gente começou a acompanhar as atividades do movimento, as lutas da terra na região, as atividades de formação, os encontros regionais e estaduais, e até nacionais e congresso do MST em Brasília, e isso foi dando uma bagagem política maior pra gente, e a gente começou a pensar assim: o que a gente poderia fazer para contribuir um pouco mais na luta? Então, posteriormente de 96 por aí a gente já estava todo mundo na frente de massas, no setor de frente de massas do MST, ajudando a ocupar várias áreas aqui na região da regional de Andradina e até no pontal do Paranapanema. A gente era um grupo grande. Assim, então, quando se juntava, o trabalho era forte, de base, tanto no assentamento quanto nos acampamentos da região, era um trabalho muito grande, muito forte, que somava aos outros dirigentes da região toda e do estado. Então, assim, a gente na época conseguiu fazer grandes lutas, então o grupo coletivo nosso ainda deu suporte na luta pela terra muitos anos e se transformou em um grupo de militantes da luta pela terra, os militantes da frente de massa do MST. (ENTREVISTADO 1, 2019).

A consolidação do grupo deu início, ao mesmo tempo, ao plantio e à produção na terra das roças coletivas e, concomitantemente, à formação de um grupo de militantes totalmente jovens que se inseriram nas instâncias do MST, transformando-se em dirigentes. Assim, articularam não só a produção, mas as demandas de luta na região, forjando diversas ocupações e organizando centenas de famílias em vários acampamentos que deram início a outros assentamentos, fortalecendo a luta por terra e reforma agrária.

4.2 Consolidação da cooperativa

Adiante, com a participação efetiva dos jovens nas instâncias do Movimento e a intensa movimentação feita por eles na construção de acampamentos, nas mobilizações e ocupações de terra, trouxeram também algumas iniciativas para a produção. O entrevistado esclarece, na narrativa a seguir:

Ao mesmo tempo que a gente fazia a luta pela terra, a gente discutia se a gente ia fazer cooperativa ou não. O MST já estava com o sistema cooperativista nos assentamentos quase formado no Brasil todo. Era uma discussão forte do setor de produção que tinha de montar as cooperativas de produção. CPAs, cooperativas regionais e cooperativas estaduais que são as CCAs e a Concrab. A Concrab que inclusive já existia, as CCAs existiam e as cooperativas regionais nem todas existiam. Mas existia umas cooperativas locais de produção coletiva que é as CPAs. Já existiam em Itapeva e Promissão e nosso grupo começou a discutir se a gente ia fazer uma CPA- Cooperativa de Produção Agropecuária- que é uma cooperativa de trabalho intenso e coletivo, na Timboré. A gente teve o apoio dos adultos para discutir isso e o apoio do MST, mas na última hora, as pessoas envolvidas na discussão acabaram se afastando por algum motivo, tanto do MST quanto do grupo coletivo, e aí a discussão de montar a cooperativa, que é uma empresa jurídica, digamos, que tem um CNPJ. A gente ainda não entendia muito o sentido disto, para nós

trabalhar coletivo já era cooperativa, então assim, montar uma empresa jurídica pra quê? O que a gente estava fazendo para nós já estava bom, a gente achava. Então, estacionou a ideia de montar uma cooperativa local. (ENTREVISTADO 1, 2019).

Como estes jovens viviam estudando, viajando, realizando ocupações, participando das atividades do Movimento, um dos jovens trouxe o debate da construção de cooperativas que era uma demanda do MST naquele período.

Mas aí, o Rosivaldo trouxe a discussão do setor de produção estadual para o nosso grupo, pra regional também de Andradina, e a gente começou a discutir no nosso grupo. Começou a discutir também com mais seis assentamentos da região que era Rio Paraná, Primavera, Aroeira, São José, Esmeralda e Jupiá os assentamentos mais antigos os únicos que existiam a gente discutiu em todos a formação de uma cooperativa geral. Aí, em 1997, a gente conseguiu fundar a COAPAR numa assembleia que tinha em torno de 180 pessoas representantes de famílias da região toda e a gente conseguiu eleger uma diretoria em que o primeiro presidente era o Milton da Rio Paraná e, nós, do grupo coletivo da Timboré, na diretoria, no conselho fiscal, e no suporte mais técnico operacional da cooperativa, com a ajuda da direção estadual do MST, formamos a COAPAR em 1997, aí tinha um contador que trabalhava para a CCA. Esse contador era o Nardeli (eu lembro dele) de Itapeva, ele ficou responsável de registrar a COAPAR, mas eu acho que não tinha recurso, ele também não tinha recurso, e a gente também não tinha recurso, e o registro na junta comercial do estado de São Paulo e na Recita Federal não liberou o CNPJ. E a gente achou que estava tudo certo. Nessa parte mais técnica, a gente não se envolvia. A gente só se envolvia na discussão política, organizativa, a gente não tinha ninguém para se envolver nessa parte técnica jurídica. Então a gente achou que estava tudo certo, quando a gente foi ver que ia precisar mesmo do CNPJ, em 2001, a gente descobriu que não existia o CNPJ e aí a gente arrumou aqui um escritório, um contador, em Andradina mesmo, e em 2001 a gente tirou o CNPJ e a inscrição estadual da COAPAR e começou a operar forte na organização do leite. (ENTREVISTADO 1, 2019).

A discussão da formação de uma cooperativa regional estava fortemente ligada às demandas do MST e, ao mesmo tempo, era uma necessidade desse grupo coletivo. Porém, havia uma dificuldade na efetivação da jurídica da COAPAR, pois a militância não tinha experiência na parte técnica. Por isso, a dificuldade de encaminhar tais demandas, além da falta de recurso para tal finalidade.

O surgimento do debate das cooperativas no Movimento Sem Terra tornou-se um mecanismo:

As cooperativas agrícolas surgem como forma de associação entre trabalhadores rurais em assentamentos. São cooperativas que surgem e atuam dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desde o surgimento de suas bases, é a cooperação e o cooperativismo como tal que organizam a produção dentro do MST. É via cooperação do

movimento cooperativado que famílias se fixam em seus lotes. (ROVIERO, 2012).

Dessa forma, o Movimento Sem Terra vai ampliando o debate e segundo ROVIERO:

O movimento disponibilizou e institucionalizou as cooperativas com intuito de alcançar todos os assentados. Assim, em 1992, o MST consolidou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. (ROVIERO, 2012).

A formação da confederação contribuía com a centralização das unidades cooperadas. Isso facilitava a organização de tarefas mais coesas.

Com a consolidação da cooperativa, há um marco na história da região relacionada a uma nova forma de estruturação dos assentados, pois ela se expande e começa a alcançar outros espaços que seriam mais difícil o acesso por outras empresas.

No mais, podemos destacar o quanto as necessidades do capitalismo se transformam, obrigando o espaço geográfico a se adaptar à sua necessidade. Como se houvesse ciclos que vão sendo superados de acordo com a demanda necessária, como vimos anteriormente. Ou seja, primeiramente a região foi marcada fortemente pela vinda de colonos e posseiros para desbravar a região e formar roças. Posteriormente, a lógica se modificou e a criação do gado de corte acarretou a retirada destes colonos e posseiros objetivando a plantação de pastagens para o gado no lugar das roças. Em outro momento mais adiante, a luta por terra se faz presente e surge a exigência de se reorganizar. Assim, a cooperativa se manifesta com a necessidade de “ocupar” um novo espaço na região.

A região naquela década de 1980-90 enfrentava por um período de crise que não era diferente em todo o país. A agricultura nos assentamentos da região não era suficiente para garantir renda para os assentados e assegurar a sua fixação. A cooperativa, através do grupo de jovens, passou a coordenar a produção e a comercialização dos produtos dos assentados visando estruturar estes assentamentos na experiência que vinha sendo implementada através do MST, principalmente no Rio Grande do Sul, como foi dito pelo Entrevistado 1:

Em vista disso, a cooperativa passou a buscar condições para organizar estas famílias através da comercialização do leite. Assim, em 2001, a gente conseguiu colocar os tanques de leite com a ajuda do movimento com recursos de um projeto que o MST e a CCA tinham com a Inglaterra, destinaram uma parte do recurso pra nós comprarmos 2 tanques, um para a Timboré e um para o assentamento Rio Paraná. A gente conseguiu reunir em torno de 50 famílias em cada tanque desse. Depois a gente comprou os tanques dos assentados que vendiam para a Nestlé, estavam

sendo explorados pela Nestlé. A gente assumiu esses tanques pagou as dívidas dos tanques, o pessoal todo veio para a COAPAR. Então, a COAPAR passou rapidamente de 80, que tinha nesses dois assentamentos, Timboré e Rio Paraná para 250-300 famílias rapidamente. Daí em diante foi crescendo e a gente continuou se formando, pois, a gente fazia parte do sistema cooperativista dos assentamentos. A gente também estava ligado a CCA. A COAPAR já surgiu ligada a CONCRAB, a CCA e ao setor de produção do movimento. Então, é uma cooperativa que tem uma ligação muito próxima que surgiu praticamente dentro do MST dentro da organização. (ENTREVISTADO 1, 2019).

A primeira experiência da cooperativa com os tanques resfriadores de leite surgiu nesses dois assentamentos, Timboré, no município de Andradina, e Rio Paraná, no município de Castilho, que serviram de experiência para a continuação de implementação de tanques resfriadores de leite em outros assentamentos objetivando organizar a produção. Desta forma, a cooperativa foi se expandindo, assim como aumentaram as unidades de tanques resfriadores de leite também.

A CCA, a Cooperativa Central de Reforma Agrária, do estado de São Paulo, na época tinha projetos no exterior com entidades que apoiavam o desenvolvimento da reforma agrária e, com isso, tinha uma proposta com a Inglaterra que previa recurso nessa área, a gente conseguiu recurso para aquisição de dois tanques, os quais a gente iniciou colocando um no Timboré e outro na Rio Paraná e depois, sucessivamente, a gente conseguiu junto com um projeto que a gente elaborou na Petrobrás mais (se eu não me engano) quatro a cinco tanques adquiridos. E a gente foi colocando e ampliando para o Jupiá, Aroeira, Esmeralda e depois também Belo Monte, e assim sucessivamente nos assentamentos que foram surgindo e tendo a necessidade de organizar a produção e a comercialização. (ENTREVISTADO 2, 2019).

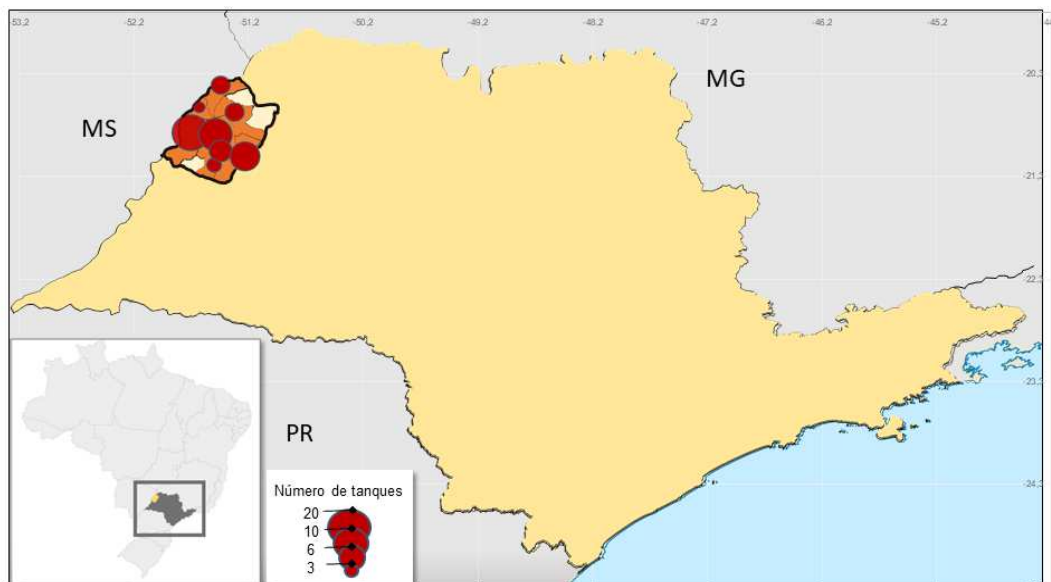
A expansão dos tanques resfriadores de leite foi muito expressiva. De acordo com as demandas dos assentamentos, a cooperativa foi conquistando novos tanques e crescendo em seu espaço de atuação.

Como foi dito, as formas de cooperação nascem imbricadas com a luta pela terra. Assim, a COAPAR se expandiu. Ao mesmo tempo que havia luta e conquista por terra, ela estava lá presente no início do assentamento para dar suporte na produção com o apoio dos tanques resfriadores de leite.

E aos poucos ela estava em diversos municípios de abrangência do Movimento. Cabe ressaltar que essa abrangência não é a oficializada pela cobertura municipal que compõe aqueles 11 municípios da região. Os municípios aos quais nos referimos são de acordo com a divisão por regionais no estado de São Paulo, definidas pelo Movimento Sem Terra.

Abaixo, observamos o mapa com a distribuição geográfica dos 66 tanques resfriadores de leite, onde estão espalhados em diversos municípios da microrregião de Andradina – SP.

Mapa 2 – Relação dos assentamentos nos municípios onde a COAPAR possui tanques resfriadores de leite



Mapa elaborado por Leandro Nieves Ribeiro, em 10 de dezembro de 2020, Presidente Prudente (SP).
Fonte: COAPAR

Fonte: COAPAR, 2020.

Estes são os tanques coletivos que temos dentro das áreas de assentamentos. Porém, a COAPAR possui aproximadamente 100 tanques individuais (tanques que são patrimônio das pessoas e não da cooperativa), mas fazem o fornecimento do leite diário para a COAPAR.

Esses tanques têm a capacidade de produzir em média 1 milhão de litros de leite, ao mês, no período que se estende entre os meses em que se concentra o período chuvoso. De dezembro a abril. Após esse período, ocorre uma queda de produção e não se ultrapassa 800 mil litros/mês.

Sobre este assunto retornaremos adiante.

4.3 Consolidação da diretoria

Após a reunião feita no ano de 1997/98, como foi descrito anteriormente, não houve o registro da cooperativa. Por isso, quando a cooperativa foi ser registrada em 2002, os Diretores que haviam sido eleitos naquele primeiro momento já estavam com seus mandatos vencidos. Por esta razão, foi eleita uma nova Diretoria que passou a dirigir a cooperativa durante os anos seguintes até o vencimento do mandato e eleições novamente.

Na ata da Fundação que realizamos análise dos dados, constavam 24 sócios, sendo composta por homens e mulheres com idades diversas, que oscilavam entre 23 e 60 anos. A maioria, moradores da Timboré. Nela, estão registrados os nomes dos fundadores que ainda se orgulham de argumentar o quanto a cooperativa cresceu e vem crescendo.

A diretoria era composta pelos participantes do grupo de jovens do assentamento Timboré que assumiram tarefas dentro do corpo diretor da COAPAR, além de outros nomes de pessoas que se dispuseram a cumprir esse compromisso com outros assentamentos.

Cabe ressaltar que a COAPAR foi fundamental para a formação de novas lideranças. Grande parte de sua Diretoria era composta por uma juventude iniciante que demonstrou muita capacidade, apesar de serem inexperientes. Essa juventude estava à frente, embora não sozinhos, na organização da Diretoria nas mobilizações, no trabalho de base, nas ocupações e em diversas outras atividades. Isso permitiu um amadurecimento político imprescindível para estes jovens. Que puderam se destacar e ganhar credibilidade em nível regional e estadual, nas instâncias do Movimento Sem Terra.

Desta forma, todo esse processo de gestão da cooperativa era feito pelos “Diretores” da cooperativa que, em paralelo, elaboravam novos projetos, participavam das atividades do Movimento Sem Terra, realizavam reuniões com as famílias, comercializavam a produção de leite e viabilizavam inúmeras demandas.

Como é sabido, a formação de uma “empresa”, no caso uma cooperativa, não é uma tarefa fácil. Em qualquer instituição, existem várias atividades a serem executadas para garantir com êxito a formação de uma empresa. Diante disso, a diretoria eleita teria como função gerir a cooperativa e garantir mais benefícios possíveis para os cooperados. Isso se tratando da busca por projetos para viabilizar tanques resfriadores de leite, pois a consolidação de assentamentos estava em vias de alcançar mais estabilidade. Quer seja na busca de negociar com as empresas um melhor preço, ou na elaboração de projetos viáveis para aquisição de transporte, materiais de escritório que se limitavam de início.

Com o registro da Cooperativa, após 2002, iniciou-se uma maratona de procura por projetos e parcerias para o fortalecimento da cooperativa. Nesse período, o Movimento Sem Terra, através de inúmeras conquistas, consolidou muitos assentamentos em toda a região. Consequentemente, era fundamental o crescimento da cooperativa, conforme o relato do Entrevistado 3:

Hoje a gente tem uma diretoria capaz de administrar o todo da cooperativa. Em todas as áreas, a gente tem profissionais técnicos, contador, outros profissionais que podem fazer toda a parte administrativa e financeira da COAPAR. E a gente tem pessoas a campo, técnicos de campo para trabalhar a questão do leite e a gente tem os assentados que são os donos da cooperativa, os principais colaboradores da organização e as pessoas que dão sentido à organização. Hoje a gente tem, ativamente, em torno de 700 cooperados, produzindo e entregando, colocando sua produção na cooperativa. Mas a gente tem entre ativos e inativos em torno de mil, mil e cinquenta, mil e cem, mil e oitenta cooperados. Cooperados, mas nem todo mundo ativamente na cooperativa. A gente abrange a região toda, praticamente todos os municípios com exceção dos assentamentos de Birigui e Araçatuba que não faz parte da COAPAR. No mais, todos os outros da região fazem. Das 4 mil famílias, 3.700 de assentados da região, a gente está com mil famílias, ainda tem um tanto para a cooperativa crescer no número de pessoas. A gente tem, claro. É claro que, em nenhuma empresa, organização é unânime. É unanimidade, então, assim, é claro que a gente não vai conseguir crescer cem por cento dentro destas famílias, mas a gente já tem 30% desta produção toda da região que vem para a cooperativa. E os projetos... da fábrica de lácteos, laticínio da COAPAR, fábrica de ração funcionado, a gente tem 129 tanques de resfriamento colocados nas várias áreas de assentamentos e caminhões e vans, quatro caminhões, quatro vans, dois escritórios, [...]. (ENTREVISTADO 3, 2019).

Como já foi dito anteriormente, a COAPAR foi resultado de um projeto anterior à conquista do território. O seu crescimento foi fruto de um trabalho coletivo e bem consolidado. Para tanto, absorveu grandes desafios e solidificou algumas estruturas ao longo dos anos. Hoje conta com uma loja agropecuária com sede em Andradina e uma fábrica de ração, no município de Castilho, além do que foi descrito pelo entrevistado.

A conquista de projetos do PNAE pode ser vista no âmbito do desenvolvimento da COAPAR durante o decorrer dos anos. Deste modo, vamos conhecer como se firmou o processo de participação das vendas institucionais feita pela cooperativa.

4.4 Consolidação das vendas do PNAE pela cooperativa

A estrutura física da sede da COAPAR foi estabelecida no ano de 2002. O espaço era situado junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Cidade de Andradina, onde havia duas salas, ao fundo, que foram disponibilizadas para a cooperativa. Assim, como já foi dito, que a COAPAR se fundiu ao Movimento Sem Terra. As salas eram destinadas, uma para uso da COAPAR e outra para o Movimento, embora fosse “uma coisa só”. Ou seja, os Diretores atuavam tanto na COAPAR, quanto no Movimento, com tarefas definidas entre eles. Nesse período, ainda não havia salários. Mas uma simbólica ajuda de custo para o grupo, como forma de contribuição de despesas básicas individuais. No mais, a ajuda de custo se dava “quando” havia dinheiro. Isso permaneceu por muitos anos. A maioria dos integrantes eram jovens e solteiros. Por isso, conseguiam viver com a ajuda de custo esporádica. Além das frequentes viagens que realizavam para fazer cursos de formação nas atividades do Movimento, que os ajudava também financeiramente nesse período.

Depois de alguns anos, a COAPAR foi crescendo timidamente. E no mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, conseguiu viabilizar vários projetos para a expansão dos assentamentos rurais. Inclusive a vinda de uma Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com sede administrativa em Andradina, para contribuir com a assistência técnica nos assentamentos. Fato promissor devido ao surgimento de assentamentos na região denominada Regional de Andradina pelo Movimento Sem Terra. A Regional de Andradina era uma denominação geográfica e política de atuação do Movimento Sem Terra que compunha uma entre as dez regionais que havia no estado de São Paulo. Destacou-se bastante no período, por conta dos diversos enfrentamentos e confrontos ocorridos pelas reivindicações por terra na região. Dessa maneira, a COAPAR e o Movimento cresceram e ocuparam espaços tanto políticos quanto físicos.

A realidade era muito dinâmica, as ações ocorriam com muita intensidade: ocupações de latifúndio, despejos, ocupação de órgãos em protesto a despejos, paralisações, passeatas, prisões de militantes, trabalho de base para ocupar mais latifúndio. E nos assentamentos conquistados, havia a luta por homologação das famílias, parcelamento da área, por crédito, iluminação, habitação, ou seja, tudo acontecendo de modo concomitante. Ao mesmo tempo que havia luta para conquistar o latifúndio, havia a luta pela permanência na terra. Isso fortaleceu o reconhecimento e a expansão do Movimento em todo o estado.

Abaixo, vemos a sede atual da cooperativa COAPAR e a loja agropecuária em Andradina – SP (Figura 2).

Figura 1 – Sede atual da cooperativa COAPAR e a loja agropecuária em Andradina



Fonte: Elaboração própria (2020).

4.5 Crise financeira: resistência contra a perda da COAPAR

Paralelamente, à luta pela terra, iniciada em 1989, com a discussão para a fundação de uma cooperativa regional dos assentados. Em 2002, foi registrada e consolidada. Seu crescimento era iminente.

Em consonância com essa realidade de expansão da COAPAR, havia uma surpresa a ser superada, um período de grandes desafios que se somou às diversas dificuldades de consolidação da cooperativa.

Após a instalação dos tanques resfriadores de leite, acontecia a venda de toda a produção do leite dos assentados para laticínios da região. Entre as empresas havia um laticínio muito conhecido no período chamado Leite Frescão. Essa empresa comprava a produção de leite da cooperativa e demais associações.

No ano de 2003, pouco depois de sua fundação, a cooperativa ficou sem receber da empresa laticínio Leite Frescão o valor de R\$ 77.000,00 reais. Essa ocorrência

desestabilizou totalmente a cooperativa que se viu incapacitada de continuar realizando as suas atividades com os cooperados. Algumas cooperativas e associações entraram em falência junto com o laticínio pelo fato de não ter recebido dessa empresa.

A cooperativa COAPAR ficou impossibilitada de pagar os produtores assentados, os fornecedores, as dívidas de materiais de escritório (manutenção de computadores, livreria, tinta para impressora e outros) telefone, combustível, ajuda de custo para a militância. Foi um período desastroso e decepcionante para a cooperativa e para os assentados.

Levando em consideração o salário-mínimo que, no ano de 2003, era de R\$ 240,00 reais, os R\$ 77.00,00 mil reais seriam equivalentes a aproximadamente 320,83333 salários-mínimos naquele ano. Em comparação com o ano de 2020, o calote seria de R\$ 335.270,82 de prejuízo.

Diante da situação alarmante, a cooperativa teve duas iniciativas: a primeira, passou a contrair empréstimos a 10% de juros para poder quitar dívidas com seus fornecedores e pagar os produtores. Mas isso não foi suficiente.

A segunda iniciativa foi expor o ocorrido com os cooperados a respeito do “calote” recebido. Como pode ser avaliado pelo entrevistado:

Tivemos uma grande surpresa quando ao propormos uma arrecadação de dinheiro de 2/3 dos cooperados para pagarmos 1/3 que ficariam sem receber sua produção, e eles doaram. E aqueles 1/3 que ficariam sem receber, abriram mão de mais 20% de sua renda. Uma grande prova de cooperação que salvou a cooperativa em todos os sentidos, reforçando princípios de cooperação, organização e humanismo. (ENTREVISTADO 4, 2019).

Diante do exposto, a cooperativa, através de seus cooperados, comprovou que seus cooperados estavam dispostos a lutar pela permanência da cooperativa e que naquele momento juntavam forças para continuar resistindo no campo. Mesmo com a ajuda e fortalecimento dos cooperados, a cooperativa demorou quatro anos para se recompor do prejuízo e se organizar economicamente. Vale ressaltar que essa reestruturação foi parte da iniciativa dos assentamentos antigos em que a COAPAR realizou trabalho de base.

4.5.1 Recuperação financeira

Ao final do ano de 2006, a COAPAR começou a dar sinais de uma possível recuperação financeira. Após alguns anos de reestruturação em seus saldos, verificou-se gradativamente o avanço da cooperativa. De modo que, nesse mesmo ano, juntamente com

o Movimento conseguiu adquirir a compra de uma casa no centro da cidade de Andradina, assegurando uma estrutura própria para desenvolver suas atividades.

A partir desse período, a COAPAR precisou avançar com mais centralidade na expansão da cooperativa. Expandiu o quadro de sócios; organizou propostas de projetos para diversos órgãos, no custeio de capacitações e/ou recursos para compra de equipamentos; firmou parcerias com a prefeitura de Castilho, para aquisição de transporte; realizou parceria com o INCRA, para a contratação de funcionários, com objetivo de organizar atividades para os cooperados (como plantio de cana coletiva, inseminação); contratação de funcionários para trabalhar no escritório nos serviços administrativos necessários. Enfim, houve um crescimento em diversos setores da COAPAR. As experiências junto a estas parcerias foram muito positivas para acelerar a consolidação da cooperativa.

Assim, com muita dificuldade e “aprendendo fazendo” a COAPAR firmou seu território.

Por parte do governo Federal, foram criadas várias leis que modificaram a vida no campo, entre elas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, visando duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. (MDS, 2020). Como se explica a seguir:

O PAA estaria no bojo de um conjunto de iniciativas vinculadas à promoção da SAN no país – como a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o lançamento do Programa Fome Zero (do qual o PAA faz parte) – e ao fortalecimento da agricultura familiar. (TRICHES, GRISA, 2015, p. 13).

E alguns anos mais tarde com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que foi modificado com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009. Com a finalidade de que

30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (FNDE, 2020).

A cooperativa, diante dessas possibilidades, iniciava suas primeiras experiências do PAA, sendo muito positiva sua atuação. Eram produtos dos assentados, comercializados na modalidade de Compra com Doação Simultânea.

A experiência do PAA demonstrou que o carro-chefe da COAPAR era o leite. Porém, havia um público promissor que necessitava de uma modificação na produção, pois

a produção nos sítios dependia de uma política de incentivo. Havia muita produção “escondida”, mas que precisava ser viabilizada. O leite deveria ser parte de um produto a ser comercializado. Não o único, como estava sendo.

Não obstante, quando o PAA permaneceu executado, grande parte das famílias produziam tanto o leite, quanto pequenas roças de verduras, legumes e algumas variedades de frutas. Tendo em vista isso, a COAPAR percebeu que era preciso englobar outros produtos para garantir o desenvolvimento mais integralizado na produção dos assentados.

Assim, a COAPAR resolveu dar maior visibilidade para a produção além do leite, e continua defendendo essa necessidade. Porém, com avanços pequenos, por ser a região muito quente e sofrer com a estiagem. Dificultando a produção o ano todo por falta de irrigação ou chuva. Além de estarmos longe dos grandes centros urbanos para o consumo de toda essa produção.

Diante dessa evidência, o que se pode notar é a produção de hortifrutigranjeiro apenas para consumo familiar e esporádica produção para a venda em feiras de cidades e/ou empresas privadas, como mercados, mercearias das cidades.

As demandas da cooperativa se ampliaram, adquiriu-se experiências, aumentando o quadro de sócio e tendo a possibilidade de investir numa loja agropecuária que pudesse contribuir com a venda de produtos agropecuários, como sementes, rações e medicamentos. Levando-se em conta as dificuldades encontradas pelos agricultores assentados em conseguir comprar tais produtos em lojas da cidade, seja por falta do produto ou por falta de dinheiro do produtor.

Quando ocorreu a efetivação da lei do PNAE, a cooperativa já estava bem consolidada, desde a estrutura física, com sede própria, mobiliários, veículos, com os tanques resfriadores de leite nos assentamentos, com equipe de projetistas, loja agropecuária, com funcionários e uma diretoria bem-preparada politicamente pelo Movimento.

Este quadro promissor favoreceu a tomada de decisão por parte da diretoria para mais um desafio a ser conquistado através da realidade política da merenda escolar, cuja trajetória se explica a seguir:

Embora o Programa de Alimentação Escolar seja uma das políticas alimentares mais antigas no Brasil, é somente a partir da última década que ele passa a ser discutido como instrumento de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável por meio das compras públicas de pequenos agricultores locais. Sua origem, de caráter predominantemente assistencialista, ocorre por volta de 1930, por influência de um grupo de nutrólogos sociais, entre eles, Josué de Castro (RODRIGUES, 2004). Em

31 de março de 1955, é assinado o Decreto n.º 37.106, que institui a Campanha de Merenda Escolar (CME) subordinada ao Ministério da Educação. O Programa se inicia articulado às organizações internacionais de ajuda alimentar criadas após II Guerra Mundial, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). (TRICHES, GRISA, 2015, p. 16).

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) tem sua história desde a década de 1940. Ao se compreender as necessidades básicas alimentares da infância para um desenvolvimento saudável, buscou-se elaborar um Plano Nacional onde se incluísse a Merenda Escolar nas escolas. Como se vê abaixo:

O Programa tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros.

Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

Desse plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto n.º 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião, foram celebrados convênios diretamente com o Fisi e outros organismos internacionais.

Em 1956, com a edição Decreto n.º 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. (FNDE, 2020).

Havia nesse período uma propensão para organizar o atendimento em âmbito nacional. Tendo em vista que eclodiram vários movimentos internacionais voltados para suprir a questão alimentar das populações em estado de pobreza e de crianças em idade escolar, essas iniciativas ganharam finalmente impulso para se elaborar um planejamento alimentar nacional:

No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto n.º 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de

Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU).

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. (FNDE, 2020).

Nesse período, havia uma centralidade muito forte do programa, de forma que dificultava sobremaneira as ações municipais e tornava o processo burocrático e inviável para um projeto que deveria ser mais ágil e funcional. Como se constata:

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. (FNDE, 2020).

Essa realidade precisou ser modificada com a descentralização do recurso. Assim, tornou-se possível a execução de Programas com os repasses diretos aos municípios, desburocratizando suas ações:

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização.

Nesse período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros.

A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo. Nessa época, o valor diário per capita era de R\$ 0,13, ou US\$ 0,13 (o câmbio real/dólar nesse período era de 1/1). (FNDE, 2020).

Com a descentralização, verificou-se uma modificação gestacional do programa. Ou seja, através da descentralização houve um avanço na forma de adequação do alimento vinculado à origem específica de cada lugar e uma maior agilidade no processo. Desta maneira, medidas foram consolidadas em forma de lei:

A Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), propiciou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito

aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Outra grande conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo. (FNDE, 2020).

Em virtude da modificação da lei em 2009, percebe-se que esta faz um recorte no tempo, como se fosse o início do programa, pois as modificações colocaram em evidência questões sociais que contribuíram diretamente para as cooperativas e associações através da compra da agricultura familiar.

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral.

Em relação aos recursos financeiros, o PNAE transfere per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor do per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Em 2012, aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil. (FNDE, 2020).

Todos esses avanços se consolidaram de forma peculiar. Assim, entende-se que:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (FNDE, 2020).

Segundo os dados históricos o PNAE. BALDISERA, *et al* argumentam o seguinte:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar da (Lei 11.947/2009), determinou a aquisição mínima de 30% dos gêneros da agricultura familiar. Desta maneira. Em 2015, um decreto presidencial tornou

obrigatório que órgãos da administração pública federal comprem no mínimo 30% dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, ampliando ainda mais as potencialidades desse público. (BALDISERA, *et al*, 2018, p. 150).

No mais,

Estudos indicam que a efetivação da compra de alimentos de agricultores familiares para a alimentação escolar nos municípios estudados proporcionou mudanças nas práticas alimentares e nas concepções das crianças (TRICHES e SCHNEIDER, 2010; TRICHES *et al*, 2014). Além disso, destacam como contribuições dessa mudança no PNAE: a garantia da venda dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com o aumento da renda e, provavelmente, o auxílio na diminuição do êxodo rural; a promoção de formas de plantio e de produção diferenciados, a exemplo dos alimentos orgânicos e tradicionais; o incentivo à organização e à cooperação dos agricultores e à formalização destas iniciativas; e contribuições ambientais resultantes dos métodos e dos processos de produção mais sustentáveis e, principalmente, da diminuição das distâncias percorridas da produção até o consumo final. (TRICHES, GRISA, 2015, p. 18).

Com a possibilidade dos 30% para a agricultura familiar, a cooperativa passou a somar força na apresentação de propostas para participar das chamadas abertas pelas prefeituras e instituições públicas.

A saber que a venda do leite percorria tal caminho. A cooperativa realizava a venda de leite para as empresas. Como a cooperativa possui os tanques resfriadores de leite nos assentamentos, este leite é levado por cada família até o tanque. Posteriormente, a cooperativa vende todo o leite do tanque para uma empresa. Dessa forma, a cooperativa retirava os custos de cada tanque de leite e repassava o pagamento da venda de leite para cada família de acordo com os litros de leite entregues por cada família durante o mês.

Ao reunir a produção dos cooperados e colocar nos tanques de resfriamento já existentes, nos assentamentos, a Cooperativa consegue obter melhor preço na comercialização do leite do que cada produtor obteria ao negociar individualmente. Além de atender à nova legislação Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (MAPA), sobre a comercialização de leite, que proíbe a comercialização do leite à temperatura ambiente. E que exige o controle de resíduos de antibióticos, crioscopia (água no leite) e exames de brucelose e tuberculose, entre outras exigências, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do leite entregue a indústria. (MAPA, 2018).

Com a possibilidade de ampliação da comercialização através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PAA a cooperativa começou a realizar projetos para

expandir sua área de atuação e garantir o fortalecimento de sua estrutura. Concomitantemente, a cooperativa redefiniu suas atividades produtivas, ou seja, passou a produzir produtos derivados do leite com a marca COAPAR.

Com essa nova demanda, no ano de 2016, a cooperativa inicia sua participação em chamadas Públicas do PNAE. Por esta razão, também ocorre uma modificação estatutária no nome da cooperativa de modo que passa ser denominada de Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR). Tal modificação dá permissão para que a cooperativa passe a concorrer em chamadas públicas.

Por ser uma cooperativa de assentados e pequenos produtores, é permitida participar das chamadas públicas que ocorrem nas prefeituras. Dessa maneira, a família que entrega leite nos tanques resfriadores de leite da COAPAR deve se associar através de uma cota-parte, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) que podem ser descontados em 10 parcelas ou menos, de acordo com a demanda da família.

Há algumas ponderações para participar do projeto: a cooperativa tem que comprovar que é de agricultores familiares. Isso ocorre com a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) emitida pelo INCRA de cada sócio e cada DAP deve estar ativa. A DAP é um documento feito pelo INCRA e entregue para cada produtor homologado com uma numeração que pode ser pesquisada pelas prefeituras para atestar se aquele nome realmente é produtor rural. Sem a DAP, emitida pelo INCRA, o assentado não pode participar. Isso é um entrave para a política pública, tendo em vista o fechamento de várias unidades do INCRA e diversos bloqueios de DAPS que acabam por prejudicar os assentados.

Assim, a cooperativa faz um projeto e seleciona os nomes de alguns produtores que estão em dia com sua DAP, e os coloca no projeto. O valor de cada DAP é de no máximo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais, por projeto). Desse modo, enquanto maior o valor do projeto da prefeitura, maior será a quantidade de produtores incluída nele.

Abaixo, é possível verificar no Quadro 2 os produtos industrializados pela COAPAR para participar das Chamadas Públicas, além da imagem dos produtos que ela pode comercializar se houver demanda para tal produto:

Quadro 2 – Produtos industrializados pela COAPAR

Produto	Peso
Feijão Carioca	1 kg
Iogurte	1 L
Iogurte	180 ml
Leite em pó	1 kg
Leite longa Vida	1 L
Leite pasteurizado	1 L
Manteiga	1 kg
Requeijão	200 ml
Requeijão	1 kg

Fonte: Adaptado de COAPAR (2019).

Figura 2- Imagem do leite pasteurizado

Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 3- Imagem do iogurte 1 L e 180 ml



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 4- Imagem da manteiga e leite em pó



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 5- Produtos que a COAPAR pode comercializar, tanto com a marca COAPAR ou Melhor do Campo



Fonte: Elaboração própria (2020).

A cooperativa não possui laticínio para a fabricação de seus produtos. Desse modo, para que haja a produção, ela conta com a formalização de contratos junto a laticínios, que, por sua vez, são pagos para industrializar o produto, de acordo com as demandas solicitadas pelas prefeituras.

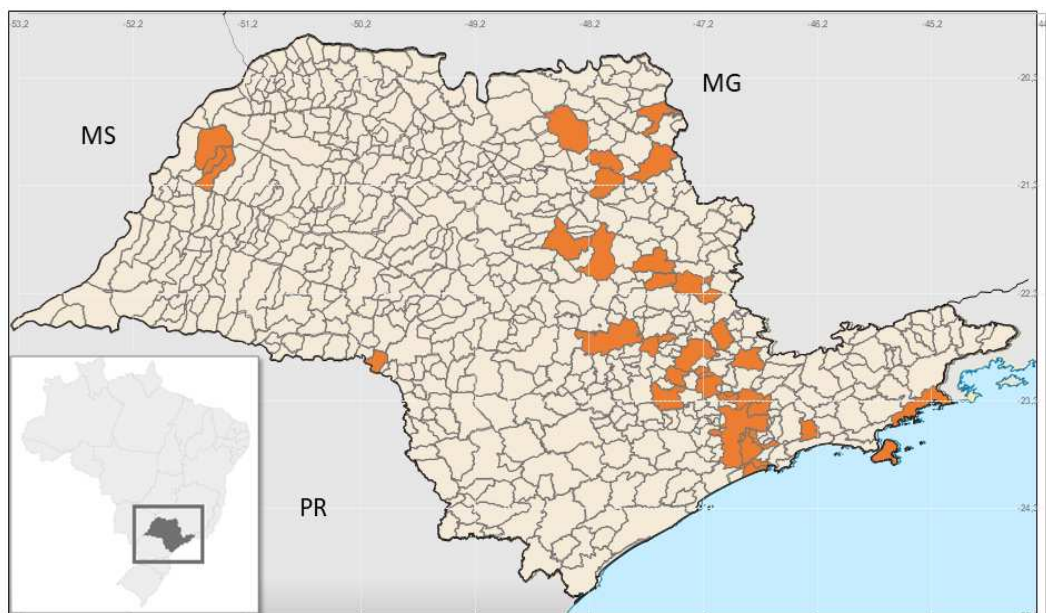
Os produtos são embalados respeitando as características das unidades, com a marca da COAPAR, e são entregues na merenda escolar e/ou em outras instituições públicas, como o Batalhão de Suprimento do DF e do estado de Mato Grosso do Sul/ MS.

Durante o ano de 2018, a cooperativa vendeu para o PNAE R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) em produtos para as prefeituras, na merenda escolar e demais instituições. Porém, a impossibilidade de produzir seus produtos se reflete em uma perda muito grande de recursos, por conta da industrialização. As despesas quando somadas indicam que a cooperativa fica com um lucro muito reduzido, mas que já é suficiente para sua atuação. Embora esse custo diminuiria se houvesse um laticínio próprio para a produção dos produtos solicitados pelas unidades escolares.

Abaixo, segue o Mapa 3 com as referidas cidades onde a COAPAR assinou contratos para o fornecimento de alimentos nos anos de (2017/2020) no estado de São Paulo, através do PNAE. Além destes municípios representados no mapa, foi realizada a

venda para 9º Batalhão de Suprimento em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul e no Depósito de Suprimento em Brasília, no Distrito Federal.

Mapa 3 – Relação das cidades onde a COAPAR forneceu no PNAE (2017-2020)



Mapa elaborado por Leandro Nieves Ribeiro, em 08 de dezembro de 2020, Presidente Prudente (SP).

Fonte: COAPAR.(2020).

Como pode ser visto, são 40 instituições que foram ou estão sendo contempladas pela cooperativa entre os anos de 2017/2020. Isso demonstra o quanto a cooperativa ganhou espaço no estado de São Paulo e tende a ampliar mais. Algumas das prefeituras já estão com alguns anos como parceiras da cooperativa. Apenas renovam os contratos, denotando a relação de qualidade dos produtos e confiança exercida entre ambos.

Para que os laticínios consigam produzir os produtos da COAPAR é enviada diariamente uma quantidade de leite dos tanques resfriadores da COAPAR para suprir com esta demanda nos laticínios, assim diminui o custo na produção do derivado tendo em vista que a matéria-prima já é da cooperativa.

Os laticínios onde a cooperativa tem contrato de industrialização são: laticínio TIO DOM DOM, no município de Nuporanga –SP, que faz a fabricação dos iogurtes e requeijões cremosos; Laticínio Matilat, no município de Catanduva/SP, fabricante da manteiga e do leite Longa Vida (essa empresa está sendo substituída pelo Laticínio Pastora da Fazenda, no município de Itapira – SP); Laticínio Trevileite, no município de Dracena, produtor do leite pasteurizado; laticínio CONFEPAR, no município de Londrina/ PR, empresa na qual se faz a secagem do leite em pó; ROFRAN FOODS, no município de

Catanduva – SP, embaladora do leite em pó; por fim, a empresa IRMÃOS PEDRIALLI, no município de Andradina, responsável pelo processamento do feijão carioquinha.

Em termos financeiros, o PNAE é um programa muito importante para a cooperativa, mas, atualmente, a diretoria faz uma análise mais profunda a respeito do programa, tendo em vista que ele não é seguro para a cooperativa, considerando-se que não se pode ficar refém apenas do programa, é necessário avançar mais. Conforme a perspectiva do Entrevistado 4:

A gente está tentando organiza a venda, organizar uma equipe de venda do mercado convencional que talvez hoje seja o maior desafio da cooperativa que, no futuro, é entrar no mercado convencional, não ficar só dependente do mercado institucional, que hoje a gente vende bastante, uma boa parte da nossa produção já, com valor agregado, com produtos feitos como leite em pó, iogurte, requeijão a gente vende no mercado institucional, mas o grande desafio nosso é entrar no mercado convencional diminuir os custos de produção para esses dois mercados. Então, o desafio é a gente ter uma fábrica de lácteos para a gente fabricar o nosso próprio produto para colocar no mercado. E esse custo de logística de industrialização do produto que é feito fora em outras empresas para a gente evitar ele (o custo), pra ser mais competitivo e poder ajudar mais as famílias. Então hoje a COAPAR tem esses dois grandes desafios e o terceiro grande desafio é, numa conjuntura política, onde um governo de extrema-direita assumiu que o governo, até o momento, tá tentando fazer um governo para atender somente as grandes indústrias, as grandes empresas, os grandes proprietários ricos desse país. Então, como uma cooperativa de agricultores, assentados, a gente fica em dúvida se essa conjuntura vai nos prejudicar. A gente corre o risco sim, além do desafio, a gente tem a preocupação com essa conjuntura política nova. (ENTREVISTADO 4, 2019).

É pertinente a questão levantada por esse diretor da COAPAR, na qual menciona o quanto existe de receio em relação à política no Brasil como um todo e à metodologia adotada por este governo do atual presidente Jair Bolsonaro. Não se sabe ao certo o que se espera e o que está por vir, nem quais serão os reflexos na cooperativa.

Outra questão que merece atenção está fortemente vinculada a um fato novo que está interligado ao que compartilhamos na citação acima, a insegurança do programa. Em virtude de um fato recente, histórico e mundial, a cooperativa tem passado por um momento muito frágil, pois grande parte de seus recursos eram provenientes das vendas para o PNAE, através do fornecimento para as prefeituras. Com a pandemia do coronavírus (COVID-19), os contratos foram todos suspensos devido à paralisação das aulas. Diante desta situação, houve uma queda brusca nas vendas causando poucas entradas no caixa. Desde o mês de abril de 2020, além da suspensão do fornecimento do produto, a cooperativa teve que custear os pagamentos dos fornecedores de embalagens e os

ingredientes para fabricação de iogurte e requeijão que já estavam sendo utilizados na produção desses produtos.

Houve algumas exceções com pequenas vendas de feijão e leite em pó para prefeituras que colocavam estes itens no kit da merenda escolar que foram entregues para os alunos, durante a pandemia. Com as crianças em casa, os produtos da COAPAR ultrapassaram as estruturas e ambientes escolares, permitindo um maior conhecimento de sua marca, por outros. Porém, sem a efetivação de suas vendas nos mercados, torna-se limitada a perspectiva de negócios.

Foi percebido também, por parte dos diretores, o aumento excessivo dos preços, que influenciou diretamente no grande prejuízo para a cooperativa em executar estas pequenas entregas para as prefeituras, que solicitavam produtos para os kits, ou seja, os produtos como o feijão e o leite em pó extrapolaram os preços de compra devido à inflação ocorrida no período da pandemia. Porém, os preços de aquisição do produto firmados no contrato junto à prefeitura permaneciam os mesmos de antes da pandemia. Fato que a cooperativa não pode questionar.

Além do prejuízo com as vendas para o PNAE neste período de pandemia, a cooperativa, teve perdas significativas em outro programa do qual participa, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que é o fornecimento de leite pasteurizado integral para 24 unidades presidiárias de diversos municípios (Andradina, Mirandópolis, Lavínia, Valparaíso, Nova Independência, Pracinha, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Dracena, Presidente Prudente, Caiuá, Martinópolis, Presidente Wenceslau, Presidente Bernardes, Junqueirópolis, Irapuru, Florida Paulista, Marabá Paulista e Tupi Paulista). Grande parte dessas unidades estavam com projetos ativos quando teve início a pandemia. O preço do leite aumentou e a cooperativa forneceu o produto nas unidades prisionais obtendo prejuízo em média de R\$ 0,55 por litro de leite.

Diante deste cenário, percebe-se a necessidade, na fala do entrevistado, de que a cooperativa consiga alcançar outras formas de negociar seus produtos, além das vendas institucionais, pois no mercado tradicional são consideráveis, mas também é mister que a política de venda do PNAE seja potencializada.

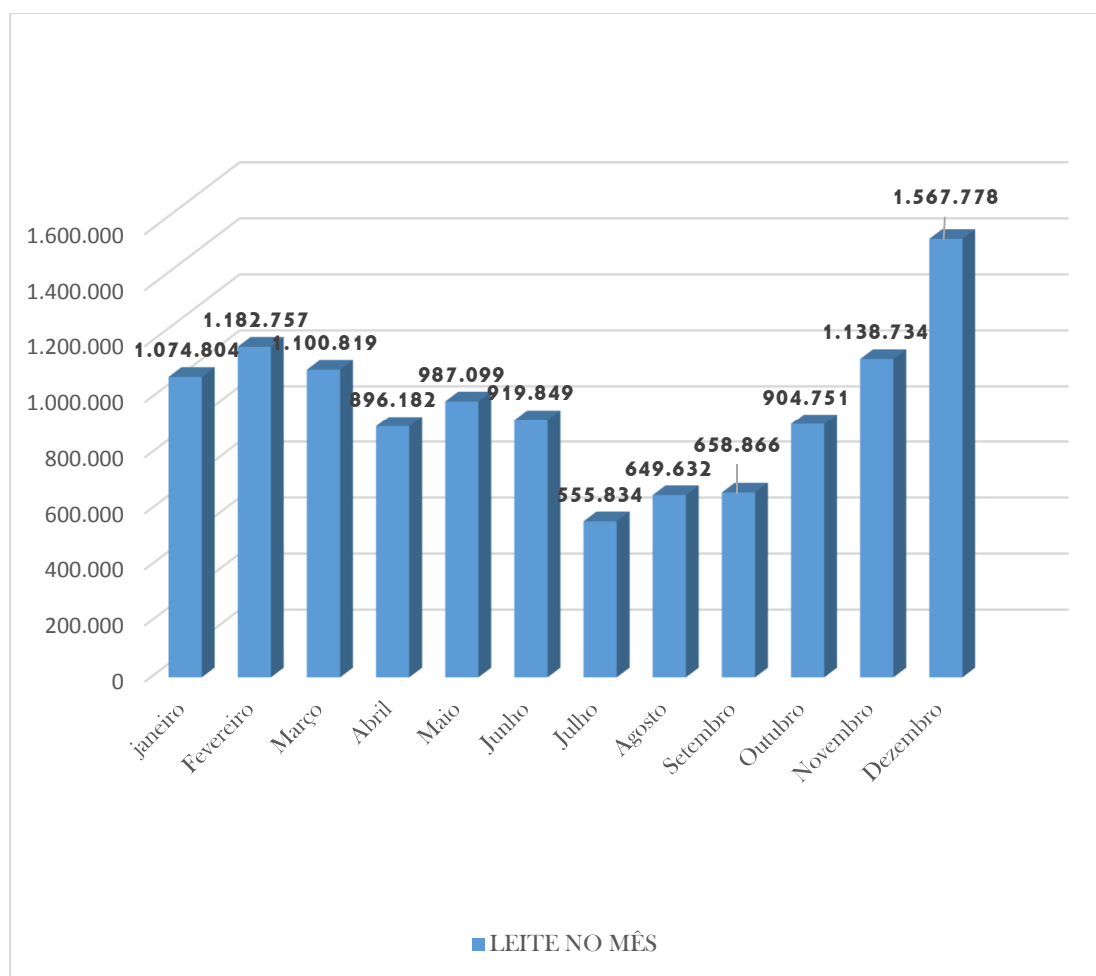
Por tais razões, a cooperativa buscou empenhar-se na construção de seu próprio laticínio para viabilizar a industrialização do leite e posterior fabricação de produtos, fato que tem se tornado realidade devido ao início das obras do laticínio em novembro de 2020.

A partir do gráfico abaixo, é notório o potencial na produção de leite in natura que a cooperativa possui. Essa produção é dos assentados e pequenos produtores que é

centralizada pela COAPAR. Assim, a cooperativa garantiu o seu crescimento no mercado através das vendas institucionais. Porém, é fundamental que ela melhore a distribuição da produção durante todos os meses do ano de maneira mais homogênea para que não ocorra a falta do produto nos meses caracterizados pela longa estiagem.

O gráfico abaixo mostra a quantidade de leite que foi captada pela COAPAR durante cada mês no ano de 2019.

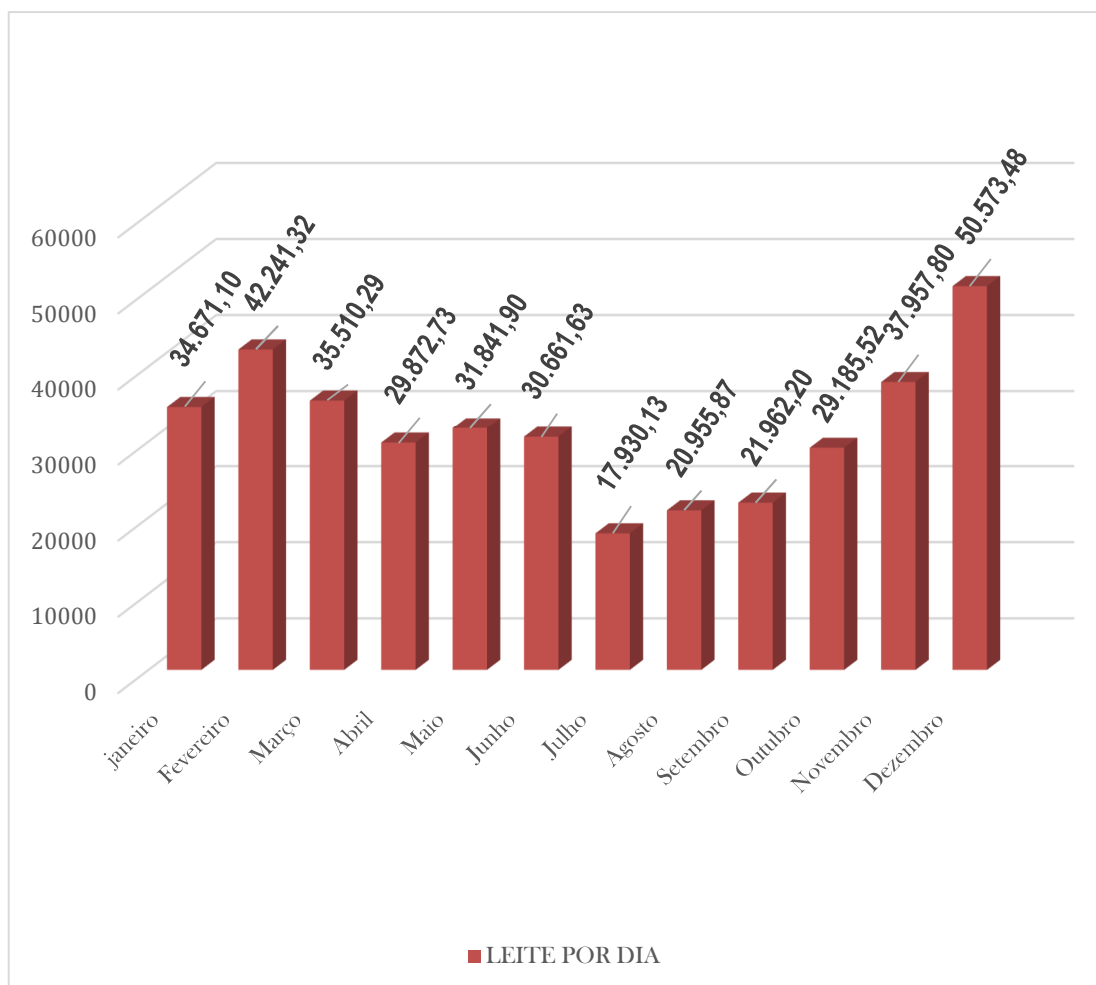
Gráfico 2 – Quantidade de leite comercializada em cada mês no ano de 2019



Fonte: Adaptado de COAPAR (2020)

Para tanto, a cooperativa precisa incentivar a melhoria no plantel produtivo leiteiro, tendo em vista que se for necessário leite para as vendas institucionais e no mercado tradicional é possível que a cooperativa não consiga cumprir com as demandas de venda nos meses mais carente de chuva. Vejamos no próximo gráfico que mostra a produção se fosse comparada por dia.

Gráfico 3 – Quantidade de leite comercializada por dia comparada com a quantidade de leite captada no mês



Fonte: Adaptado de COAPAR (2020)

Em relação à quantidade de leite diária, percebe-se que a cooperativa tem uma concentração de leite maior nos meses de chuva. Entre os meses de novembro e março, caracteriza-se nesta região a abundância de chuvas que contribui com a alimentação do gado com a preservação da pastagem.

Porém, nota-se o oposto desta situação nos meses a partir de abril onde se destaca a diminuição das chuvas, o início de um inverno seco e em parte da primavera. É neste período que a produção de leite diminui, tanto pelas condições climáticas que afetam as pastagens com a falta de chuva e diminuindo a oferta de alimentos para o gado e outros fatores, como a falta de planejamento destes produtores para produzir alimentos para o gado durante estes meses ou falta de recursos financeiros. O período de seca indica a permanência dos produtores que realmente vivem da atividade leiteira, produtores que se

especializaram neste ramo. Enquanto o período chuvoso apresenta os produtores esporádicos, sazonais. Fato que merece a atenção da cooperativa a consolidar um planejamento mais efetivo e sequente da produção leiteira.

5 COOPERATIVA DE PRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DENTRO DE UM NOVO MODELO DE COOPERATIVA

Neste capítulo, faremos a análise dos dados obtidos do PNAE, no intuito de observar o quanto a cooperativa tem possibilitado a permanência da vida no campo e a reprodução social e territorial das famílias. Ela se demonstrou capaz de continuar sendo uma cooperativa que contribui com a manutenção do território do campesinato. Nesse capítulo, também transcrevemos as diferenças da COAPAR, das formas de organização das cooperativas dos estados do sul do país.

Ao estudar a cooperativa nos deparamos com as várias formas de interpretação dessa estrutura. Pelos seus fundadores, era a fundação de uma cooperativa de produção que fosse responsável pelo fornecimento de alimentos de forma organizada nos assentamentos da região. Porém, foi ganhando características diferenciadas ao ser comparada com outras estruturas de cooperação do MST.

Tomando por base a leitura dos autores abordados nesse trabalho, como Fabrini e Cristofolli, vimos que a realidade estudada por estes autores se difere muito da encontrada na COAPAR. Poderíamos afirmar que as características identificadas nas cooperativas do sul do país, citadas por estes autores, e a realidade aqui estudada, não seria considerada uma cooperativa, e, sim, uma cooperativa assistencialista nos mesmos moldes de outras cooperativas capitalistas. Porém, estaríamos limitados a uma simples padronização do que é cooperativa e tiraríamos o papel da Geografia de padronizar uma realidade posta, sendo que o essencial são as contradições encontradas nos elementos que condicionam essa realidade.

Já nos referimos ao processo de expansão da cooperativa de um modo veemente, na mesma proporção da conquista da terra. Por um lado, a luta pela terra ganhou muita força e fez a reforma agrária sair “na lei ou na marra” como o grito de ordem dos Sem-Terra. Terra que primeiramente foi reivindicada pelos posseiros residentes nessa região e, posteriormente, por trabalhadores desempregados dos centros urbanos que buscavam na terra o retorno de suas raízes. E por último, um fato novo, por diversos sujeitos que ambicionavam conquistar um pedaço de terra.

Essa ocorrência, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, na eclosão desses interesses pela posse de terras regionais direcionava a militância dos trabalhadores à luta obstinada. De modo que a organização destes para a conquista da terra se tornou maior que a organização política e ideológica. O que se diferenciou da formação dos grupos oriundos de Campinas/ Sumaré. Ou seja, quando acelerou as lutas por terra, nas

várias fazendas decretadas pelo INCRA, de improdutivas, fez-se necessário organizar as famílias para montar barracos nestas áreas. Neste contexto, a militância dos Sem-Terra não conseguiu realizar um trabalho mais direcionado para os acampados, no sentido de dialogar com a organização interna, dentro do futuro assentamento, assim como administrar as novas demandas que estariam por vir. O pouco que se conseguiu implementar foi resultado das lutas travadas no cotidiano, com um viés totalmente emergente apenas para a conquista da terra. Nesse aspecto, as reivindicações seguiram numa outra vertente, direcionada às lutas imediatas pela conquista da área, ganhando outra dimensão. O fato é que a comunidade foi sendo organizada pelos seus moradores de acordo com suas necessidades. Assim, houve um processo de conquista da terra, mas não se instituiu o pensamento coletivo de forma sistematizada pelos militantes. De modo que, os debates das formas de cooperação, o fortalecimento do movimento e a construção de estruturas coletivas, assim como a valorização da atuação da cooperativa ficaram vulneráveis. Não se fortaleceu a ideologia do grupo gerando um vínculo coletivo de produção destes acampados para que pudessem alcançar uma dimensão mais politizada.

Essas questões expostas, sobre a formação política desses acampados, comprometeram a estratégia do Movimento em consolidar um espaço mais político e com alto poder de mobilização, devido à sua população numerosa. Situação que vem se tornando complexa, por outros fatores atuais: troca de titulares do lote, seja por saúde frágil, idade avançada, falta de recursos financeiros, óbito, venda, enfim, muitos lotes foram substituídos por famílias que não fizeram parte da luta pela terra.

Diante desta situação, as famílias passaram a adotar um comportamento muito próximo às necessidades imediatas e individuais. De maneira que não foi possível a formação de assentamentos-modelo como mandala e, sim, fortaleceu os lotes no formato quadrado burro, intensificando o estigma da propriedade individual. Assim, favoreceu às medidas adotadas pelo INCRA em instalar linhas de crédito direcionadas como o PRONAF, pré-estabelecido para a compra de gado de leite.

A consolidação de assentamentos, sem uma efetiva presença política nestas áreas, provocou uma forma de pensar muito crítica dos assentados. Para uma grande maioria, a cooperativa não é vista como um instrumento de luta dos assentados para sua recriação, mas como uma empresa atravessadora que “ganha” em cima dos produtores com a comercialização do leite. E acreditam que culpa dos preços baixos é por falta de gestão e não de uma política de mercado que a cooperativa está inserida. Que a venda de produtos agropecuários a preço de mercado é falta de organização da cooperativa e não a

competitividade do mercado. Que os repasses das sobras nos finais de ano são poucos, entre outros.

Estes não conseguem visualizar a cooperativa como uma empresa, onde eles são donos. E que ela os organiza para contribuir com sua manutenção, embora precariamente, nos assentamos, pois mesmo que ela não consiga melhorar a vida dos assentados financeiramente em um volume expressivo, ela garante minimamente a sua fixação no lote. Pois, se lógica fosse inversa, o que seria dos assentados sem a COAPAR? Para onde estes assentados venderiam seu leite? Como poderiam participar em chamadas públicas do PAA ou PNAE sem as condições mínimas de transporte, fabricação e equipamentos? Como conseguiriam vender seu produto sem resfriadores? Sem apoio financeiro? Talvez a miséria fosse maior nos assentamentos.

Diante de nossa pesquisa, observamos várias formas de pensamento no que se refere a COAPAR, sendo em sua maioria agricultores com uma visão de mercado parcial, apresentando uma margem de descontentamento na avaliação a COAPAR. Nessas áreas, pode ser percebida a ausência da militância do MST, no processo de formação do assentamento. Ou seja, ocorreu uma atividade muito intensa de luta pela terra, mas para assegurar sua permanência, pouco se teve a participação do Movimento e, inclusive, assentados novos que não participaram do processo de luta.

Nessa problemática, vimos ainda a conquista da terra, superestimando a conquista individual, enquanto mérito pessoal e não coletivo. Assentados que não se sentem parte do contexto enquanto sujeitos políticos. Como se as dificuldades encontradas no assentamento fossem atribuições da organização e não de uma estrutura social capitalista que limita as ações coletivas como forma de frear as lutas sociais. Verificamos que existe uma ótica distorcida, na qual a realidade se inverte. Com isso, a cooperativa passa a ter culpabilidade pelo alto preço dos produtos para alimentação e cuidado com o gado e pela diminuição do preço do leite na venda para laticínios.

Observamos ainda em nossa pesquisa, em algumas situações recorrentes que o pensar do produtor está fortemente ligado ao modo de produção capitalista, onde ele se sente dono da parcela da terra e que a cooperativa é uma empresa que compra seu produto e, por ser uma empresa, deve pagar o melhor preço do mercado pela compra deste. Porém, ressalto que esta mentalidade está muito ligada à insuficiente formação ideológica destes, principalmente, nos conceitos que o capitalismo implanta na consciência da sociedade sobre individualismo, concorrência, competitividade. Além da não inserção do MST nestas unidades produtivas que contribuem para esta diversidade de pensamento.

Nesse sentido, pensando numa estratégia de aglutinação dos assentados para a formação de um território apropriado com estratégias definidas, é necessário que a cooperativa inicie formas de debate para contribuir com a capacitação destes sujeitos. E que as relações de debate dentro da cooperativa possam ser repensadas no sentido de que esta possa contribuir com o diálogo entre os diretores e os cooperados, numa forma que garanta a participação integral destes. Talvez as decisões a serem tomadas devam ser executadas de formas mais horizontalizadas e menos verticalizadas como ocorre atualmente, para que se desenvolva uma relação de proximidade com as necessidades dos cooperados e com possíveis direcionamentos dos projetos a serem viabilizados de acordo com cada realidade apresentada.

Diante do exposto, é notório que a COAPAR, não obstante, todas estas fragilidades colocadas, provoca impactos positivos para a manutenção do território camponês, desde sua territorialização até a garantia de comercialização da produção. Mesmo que com seus limites financeiros e geográficos, a COAPAR através de sua instalação dentro dos assentamentos, dos tanques resfriadores de leite, torna-se uma potência respeitada pelas outras empresas que não conseguiram expandir com o mesmo desempenho.

A organização do movimento para distribuir as famílias no acampamento contribuiu com a territorialização de assentamentos, mas não o suficiente para estarem todos engajados num mesmo projeto de desenvolvimento sustentável. Para tanto é indispensável que a COAPAR desenvolva métodos que contribuam com o desenvolvimento das famílias para a manutenção desses territórios que vivem em disputas constantes entre a permanência da agricultura familiar e o agronegócio.

5.1 Compreensão da distribuição dos resultados do PNAE para os cooperados

No detalhamento de nossa pesquisa, um dos pontos-chave que mereceu muita atenção foi a reflexão sobre a distribuição das vendas do PNAE. Estamos muito agarrados às questões fortemente financeiras e muito distantes das formas de socialização de patrimônio. Fato muito pertinente, pois se a COAPAR é um elemento de luta do campesinato, na região a sua presença não se restringe a atos financeiros.

A cooperativa é uma forma de organização que funciona como “empresa” e, como tal, precisa cumprir com suas obrigações fiscais legalmente impostas. Mas, diferentemente de outras instituições capitalistas, ela se diferencia em alguns aspectos, ao menos na teoria.

Dentre seus objetivos, o principal é proporcionar uma vida melhor aos assentados, ser uma referência nacional, segundo afirma o Entrevistado 5.

Juntar a produção dos assentados e comercializar para proporcionar o melhor resultado, que o grande objetivo é isso, melhorar a vida dos assentados, juntando a sua produção para comercializar melhor. Esse foi o motivo né, da gente construir essa ferramenta importante que é uma cooperativa dos assentados a COAPAR. Que hoje nos orgulha muito de estar sendo uma referência no estado e até no Brasil em relação ao seu crescimento e seu trabalho. (ENTREVISTADO 5, 2019).

A preocupação da cooperativa sempre foi buscar formas de organização das famílias para melhorar a produção e auferir uma renda satisfatória para sua reprodução nas áreas de assentamentos.

A cooperativa durante todo o ano faz a execução do projeto que foi firmado junto às prefeituras, não podendo em nenhum momento deixar de entregar o produto solicitado para a prefeitura no dia estipulado por esta. Por isso, durante todo o ano ocorre a execução do projeto. Ao final do ano letivo das escolas, a COAPAR faz o que é chamado pela cooperativa “do pagamento do PNAE”. Que é o pagamento de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por projeto em que o produtor estiver inserido. Na opinião do produtor, o PNAE funciona como uma parceria confiável:

Pra mim é muito bom, a gente trabalha o ano todo no sítio, não tem 13º e aí vem a cooperativa e faz um pagamento para a gente. Isso é muito bom. A gente fica muito feliz. E aí dá para comprar alguma coisinha para arrumar o sítio. Ou até um móvel novo. (ENTREVISTADO A, 2019).

No final do ano de 2019, as sobras do PNAE foram pagas a 225 pessoas nos dias 19, 20 e 23 de dezembro residentes em 21 assentamentos espalhados pela região. Essa política de pagamento do PNAE já ocorre durante o terceiro ano consecutivo.

Do ponto de vista dos assentados, o pagamento do PNAE se torna fundamental, tendo em vista que o trabalhador rural não possui décimo terceiro salário. Assim, neste aspecto o pagamento se torna fundamental de modo que o dinheiro é um extra que contribui para questões imediatas dos assentados. Nesse sentido, diante da pesquisa podemos afirmar que ele contribui para questões imediatas, porém, não se torna suficiente para se ter uma consciência de classe de forma politizada nessas famílias. A distribuição por mais benéfica que seja, é um direito do produtor, mas não é suficiente para a construção de uma unidade entre os assentados, nem em produzir um pensamento consciente para contribuir com o desenvolvimento coletivo das famílias assentadas.

Além das sobras do PNAE, ao término de cada ano, ocorre a prestação de contas do exercício daquele ano. Esporadicamente, promove-se a discussão sobre a destinação dos recursos. Se o ano foi positivo e sobrou dinheiro em caixa, a cooperativa leva a discussão para os núcleos dos tanques de leite, a fim de que seja discutido o que será feito com o recurso.

O núcleo dos tanques de leite é a primeira instância de debate da cooperativa, são os cooperados de cada tanque. Depois de serem realizadas reuniões nos 66 núcleos de tanque, é feita uma assembleia geral para encaminhamentos. No ano anterior, por exemplo, houve duas propostas: legalizar a fábrica de ração ou dividir o recurso entre os cooperados. No entanto, foi decidido que o dinheiro seria dividido para os cooperados proporcionalmente à venda de leite para a COAPAR. A utilização desse processo é pouco usada, apenas nos anos de eleição da diretoria.

Em relação à apropriação dos resultados do PNAE, em nossa pesquisa, notamos duas questões que merecem ser apreciadas: uma se refere ao aspecto visível que é observado pelo produtor. A outra, pelo aspecto indiretamente visível que pode ser examinada a partir de nossa análise de campo, entendendo as várias formas organizativas da COAPAR. Do ponto de vista do produtor, ele vê o recurso apenas quando este se transforma em dinheiro, porém, a apropriação é mais que isso. Ela está nas conquistas do cooperado dentro desse coletivo: a ampliação da cooperativa, contratação de funcionários, reforma da sede da cooperativa, aquisição de caminhões para transporte de leite, vans para entrega dos produtos, aquisição de carro para o presidente, contrapartida para a construção do laticínio, pagamento melhorado no preço do leite, isso tudo, graças às vendas da cooperativa.

Outra forma de apropriação se refere à possibilidade de compra dos mantimentos necessários para a criação do gado. A loja agropecuária entrega os produtos aos cooperados, ainda que estejam com o nome restrito e facilita as formas de pagamento a fim de que estes não fiquem sem dinheiro e possam, minimamente, comprar alimentos para consumo próprio.

Além disso, outro subsídio está ligado à possibilidade de crédito. Se, porventura, o cooperado demandar algum recurso, a cooperativa lhe empresta e faz um parcelamento que seja adequado ao produtor.

Embora, como dissemos, a cooperativa tenha uma distribuição de sobras direta em pagamentos ao final do ano, essa forma faz com que fiquem indiretamente colocados os

modos de apropriação do PANE de um jeito que os produtores tenham dificuldade de visualizar outros meios de distribuição das sobras do PNAE.

Porém, é necessário repensar as formas de distribuição das sobras para que estas fiquem mais claras para o produtor. A maneira pela qual são disponibilizadas torna difícil a compreensão para tais produtores. É importante que o valor repassado para o cooperado seja estimulador para que ele se sinta motivado a deixar a DAP atualizada para evitar a desclassificação da cooperativa nas chamadas. Além da cooperativa ter que avaliar a continuidade da divisão das sobras, pois a divisão por si só, sem uma formação de uma consciência política, pode vir a ser apenas um tipo de repartição financeira que acaba por não contribuir com a modificação do espaço, coletivamente, dificultando a estruturação de um território desses trabalhadores que buscam por melhores condições de vida no campo.

5.2 COAPAR: ferramenta de manutenção do território camponês

Quando a cooperativa se consolidou, as formas individuais de produção nos lotes já estavam enraizadas, não tendo mais sentido o trabalho coletivo na produção. Assim, a produção coletiva, através do grupo de jovens no assentamento Timboré, foi extinta e este passou a atuar em sua maioria no Movimento.

Esses que atuaram no Movimento desenvolveram uma cooperação entre alguns assentados e instituíram uma empresa jurídica, ainda muito principiante e com diversas demandas a serem atendidas. Era chamada de cooperativa. Quando iniciamos a pesquisa, nos propomos a estudar a COAPAR, porém, diante dos trabalhos lidos de alguns autores já mencionados e ligados ao cooperativismo, vimos uma dificuldade conceitual em interpretar esta empresa enquanto cooperativa. Diante desta questão, notamos algo maior que a definição conceitual, vimos que realmente não se tem uma cooperativa de produção nas mesmas características estudadas por estes autores. Também não se tem uma cooperativa capitalista. Na verdade, a juventude da Timboré criou um método novo, mais importante que a definição conceitual, algo diferente que exprime as características particulares da regional. Imprimindo sua forma própria de consolidação que se difere em muito ao que foi visto nos trabalhos dos autores em estudo, Fabrini, Christoffoli e Marconi. O seu modelo de direção era e continua centralizado por uma minoria que decide os caminhos a serem percorridos pela cooperativa. Apenas em questões muito pontuais que há a consulta aos cooperados em reuniões que geralmente ocorrem na troca de mandato da diretoria, que dura

três anos. Assim, ocorre um processo de verticalização na gestão da cooperativa, na qual as decisões são tomadas no topo e apenas questões muito pontuais ocorrem na base.

Esse aspecto é ruim por centralizar as decisões tomadas, impedindo a opinião dos cooperados, mas por outro lado, contribui para a imediata tomada de decisão sem perda de tempo e com resultados mais rápidos.

O mesmo acontece com a contratação de funcionários, pois também não se aproxima dos moldes das cooperativas mencionadas pelos autores. E nem com os ideais do Movimento Sem Terra que visam estudar e fundamentar as bases para que possa contribuir nas instâncias e nas estruturas do movimento. A contratação é essencialmente capitalista. Não está sendo cultivada nenhuma indicação ou inserção de novos militantes do Movimento para formar novas lideranças que possam substituir um dia a diretoria atual. A contratação está vinculada a um tipo de serviço no qual a necessidade não se importa com o perfil político/ideológico dos contratados. Estes não têm acesso às decisões da diretoria que define o dever de cada funcionário. Dessa maneira, a cooperativa pode sofrer por falta de formação de novos quadros para a substituição nos cargos quando for necessário.

Alguns membros da diretoria trabalham na cooperativa e recebem para cumprir tal função, contribui para a estratégia de desenvolvimento da cooperativa como reuniões, debates, busca de recursos para a cooperativa. É um grupo reduzido, mas muito preparado estrategicamente. Porém, as decisões da cooperativa são de “cima” para baixo e não de “baixo” para cima. A diretoria consegue obter grandes avanços como na busca de recursos, adentrar nas políticas públicas (PNAE, PAA, PPAIS), mas ela continua muito tímida com o debate político ideológico no seu espaço de atuação que são os assentamentos. A sua atuação tem se limitado na compra e venda de leite “in natura”, e sua posterior industrialização. A existência da COAPAR, corresponde ao Movimento na região. Sem que ela reconheça o seu papel será difícil garantir uma mudança conceitual de sua importância para as famílias assentadas. É necessário ampliar o debate interno, participar ativamente da realidade dos assentamentos; identificar as demandas e provocar uma discussão que possa transcrever uma necessidade de mudança de comportamento dos assentados.

Ao comparar os trabalhos escritos por Fabrini, Christofolli e Marconi, a cooperativa não seria caracterizada como uma cooperativa de produção, caso fôssemos padronizar as formas de cooperação que houve em determinados tempos e espaços em diversas civilizações. Porém, se estamos padronizando o que define uma cooperativa, então, estamos correndo o risco de não aceitar que haja camponeses na atualidade, pois estes se mostram diferentes do que eram outrora. Estão bem distintos, por exemplo, do que Antônio Candido

escreveu em *Parceiros do Rio Bonito (1964)* quando apresentava um tipo de camponês com costumes e hábitos, com modelos de reprodução muito distintas do que encontramos hoje nos assentamentos de reforma agrária. Na verdade, o que se modificou foram os meios de acesso ao desenvolvimento da sociedade. Mas este camponês está aqui se reproduzindo no campo. Dessa forma, sinto-me no desafio de fornecer apontamentos de que a realidade posta é muito mais dinâmica do que podemos prever.

A realidade estudada nos mostra que a teoria não se enquadra perfeitamente nas mesmas características desse cenário em que vivem os assentados. Ou seja, diante do exposto anteriormente, se levarmos em consideração apenas a teoria, reforçaremos a ideia de que a cooperativa COAPAR não seria um instrumento de manutenção do território camponês na região. Ela não seria importante para a reprodução do campesinato. Assim, todos os esforços em discutir o campesinato estariam comprometidos e dariam a impressão equivocada da existência apenas do território do agronegócio.

Primeiramente, diante do estudo de caso da COAPAR, participo que ela é de fato uma cooperativa de produção, embora com diversas limitações a serem superadas e com formas diferenciadas de cooperação que se distinguem de outros modelos de cooperativas. No entanto, por estar inserida dentro dos assentamentos, contribuiu para a reprodução e manutenção do território camponês.

A afirmação se baseia tendo como parâmetro o território do campesinato e do latifúndio, agora também conhecido como agronegócio. A formação de um assentamento é um território, pois nesse lugar existe gente, que modifica esse espaço. Assim, a existência da COAPAR é a existência do movimento, a existência de um território. Um território diferente do território das usinas produtoras da monocultura de cana-de-açúcar para a exportação.

Na medida em que as famílias conquistaram a terra, começaram a produzir pequenas lavouras para garantir a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, a produção de leite era muito escassa. A produção destes alimentos, como mandioca, quiabo, alface (diversas folhas), abóbora, provoca uma mudança na alimentação destas famílias, são alimentos que não utilizam o uso de veneno, pois requer custos maiores. Por serem famílias com um poder aquisitivo inferior, pela questão financeira, acabam tendo uma alimentação mais saudável. Ou seja, involuntariamente, contribuem para sua saúde. Isso também se reflete na criação dos animais que também consomem estes produtos.

E quando estes são comercializados em feiras, ou em programas como o PAA, estes consumidores também se alimentam de produtos mais naturais.

Aqui percebemos que a prioridade para o agricultor que adquiriu o lote é a produção de pequenos espaços, com cultivo de alimentos, de certa forma, rudimentar. Isso se reflete em um primeiro aspecto de diferenciação do território, na produção para atender primeiro as suas necessidades, o que precisa para se alimentar, não o que o mercado exportador demanda.

Observemos que em pequenas parcelas de produção temos uma quantidade significativa, se somadas aos estabelecimentos rurais camponeses. O IBGE apresentou os dados estatísticos a respeito dessa produção comparada a convencional.

De acordo com a definição do IBGE (2017):

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas da agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. A definição legal de agricultura familiar consta no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. (IBGE, 2017).

Segundo o mesmo Instituto, 77% de estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos. É possível verificar, no quadro abaixo, a situação dos estabelecimentos no Brasil, acerca da agricultura convencional e familiar.

Quadro 3 – Comparação entre a agricultura convencional e a familiar

Brasil	
Agricultura convencional	Agricultura familiar
Ocupa 351 milhões de ha. Área de todos os estabelecimentos agropecuários. Houve um aumento de cerca de 5% em relação ao último censo (2006).	Ocupa 80,9 milhões de ha. Área corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do País.
85%. 298 milhões de ha são de terras próprias.	77% são classificados como agricultura familiar, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos.
Cerca de 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares.	Valor da produção R\$ 107 bilhões Equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira.
15,1 milhões de pessoal ocupado. Número de pessoas ocupadas em atividades do estabelecimento agropecuário. Diminuiu 8,8% em relação ao último censo (2006).	A ocupação nos postos de trabalho é de 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no País, cerca de 10,1 milhões de pessoas.

Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

De acordo com o quadro acima, a propriedade nas mãos da agricultura familiar representa 23% de toda a produção agropecuária brasileira, cerca de R\$ 107 bilhões. E a ocupação nos postos de trabalho é de 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no País, cerca de 10,1 milhões de pessoas. Ou seja, garante o acesso ao trabalho de toda esta população. Enquanto, no mesmo período, a propriedade convencional obteve um aumento de cerca de 5% em relação ao último censo (2006) de sua área. E diminuiu 8,8% em relação ao último censo (2006), o número de pessoas ocupadas em atividades do estabelecimento agropecuário. Fato que mostra que a propriedade familiar, mesmo com todas as suas dificuldades, continua a contribuir com a produção de alimentos e de acesso ao trabalho em áreas menores que as ocupadas pela agricultura convencional.

Uma segunda questão que deve ser mencionada é a recuperação de córregos. As áreas onde os assentamentos ocupam os córregos possuem vegetação em sua margem, ao contrário das terras ocupadas pela produção de cana-de-açúcar. Desde a homologação das famílias, na área do assentamento, a parcela de terra é destinada às Áreas de Preservação Permanente (APP) e onde se localiza a Reserva Legal (RL) também deve ser respeitada.

Isso permite a recuperação das áreas que sofreram com a degradação ambiental.

Terceiro elemento: os assentamentos de abrangência da cooperativa são locais com famílias que residem nos lotes, urbanizando-os. Mesmo que a troca de titulares ocorra, existe outra família nesse espaço. São espaços urbanizados, com famílias, com vida, com produção, com pessoas que se realizam nessas áreas, dialogando, cultivando laços de amizades.

O que estamos reforçando é que a existência da cooperativa nos assentamentos cria um território que não pode ser visto apenas em sua superfície. Ele é o fortalecimento de um território, mesmo que com todas as dificuldades elencadas.

A cooperativa apresenta uma forma que só é possível visualizar se for analisada de forma íntima. Se olhada superficialmente pode induzir a um erro conceitual.

No decorrer de nossa análise da cooperativa, verificamos os dois lados de pontos de vista do produtor e dos diretores. Diante do ponto de vista dos agricultores vimos uma certa cobrança em melhorar vários aspectos principalmente financeiro da cooperativa para os assentados. Porém, vimos um aspecto positivo nesta questão. A cooperativa não faz diferenciação de assentamentos, ou seja, por mais distante, dificultoso o acesso nestas áreas, a cooperativa não mede esforços para manter um tanque de leite para as famílias. O que norteia essa lógica não é a capacidade de obter um lucro, mas de garantir no mínimo uma forma de venda do leite do produtor. Que embora seja uma coisa pequena, mas é a única fonte de renda desses produtores que estão em áreas totalmente longínquas dos centros urbanos.

Dessa forma, o fato de garantir as mesmas oportunidades para todos reforça o conceito de uma cooperativa e que pode ser uma forma de socialização de seus recursos e que, ao assumir os custos para manter este tanque, retira o lucro que poderia ser repassado a um preço melhor para os outros tanques.

Outro fato que pode ser mencionado é a facilidade de pagamento para os produtos na loja agropecuária.

A cooperativa faz a revenda de diversos insumos agrícolas, assim como rações e medicamentos. Os preços são compatíveis com os do mercado, por não ter conseguido a compra em grande escala e por não ter consignada a sua própria fábrica de ração que está situada em uma área do assentamento e que o INCRA tem dificultado o registro. Assim, os produtos são vendidos a um preço igual ou superior ao mercado.

Porém, ela consegue organizar formas de pagamento acessíveis às condições do produtor. Isso garante a permanência do produtor no campo e possibilidades de reprodução

social.

Outro elemento positivo de socialização é o pagamento das ditas “sobras” do PNAE. É um valor de 500 reais pagos aos cooperados que estão participando das chamadas, junto a COAPAR. Pelo volume de vendas de milhões que a cooperativa movimenta no ano, poderia afirmar que o valor é muito infame e medíocre para o assentado. Porém, deve-se levar em consideração que a cooperativa utiliza mais que a metade desse recurso em pagamento para a industrialização do produto, empacotamento e entrega até a unidade requerente, já que não possui laticínio, e todas as etapas de processamento são pagas para uma terceirizada realizar. Sobrando uma margem muito baixa de lucro para que a cooperativa faça a divisão das sobras.

O mesmo fato ocorre com os projetos do PNAE e PPAIS, o custo de produção e industrialização no ano de 2020, durante a pandemia, superou o valor arrecadado financeiro pelas unidades presidiárias e as prefeituras.

Por fim, destacaremos o impacto positivo político da COAPAR, fortemente conhecida na região, tanto pela sociedade, quanto pelos bancos, comércios e outras empresas que a respeitam por sua dimensão. As unidades em que são vendidos os produtos também têm muita credibilidade, pois demonstram através de sua DAP jurídica uma grande quantidade de produtores cooperados. Isso reflete nas possibilidades de avanços que ela passa a exercer quando se apresenta em nome destes assentados.

A questão da dimensão política também demonstra um território forte, imponente, de domínio dos assentados. Porém, notamos que esse ideal imaginário esteja mais claro para quem vê a COAPAR do que para quem vive na COAPAR. Os assentados não veem como uma “potência” do assentado. Mas apenas uma empresa prestadora de serviços. De fato, ela é uma potência, mas que ainda não foi concebida pelos assentados em sua grande maioria. Diante desta vulnerabilidade, a COAPAR tem maior dificuldade de garantir uma mudança de baixo para cima, pois grande parte de seus cooperados estão muito aquém de identificar a tamanha ferramenta que tem para sua reprodução social.

Apesar destas lacunas, a COAPAR, mesmo que infimamente (pois não consegue garantir grandes avanços financeiros), garante a reprodução da vida social dessas famílias e se torna uma ferramenta para a manutenção do território camponês.

Afinal, o que seriam sem a cooperativa? A existência da cooperativa proporciona uma outra realidade que busca novas formas de desenvolvimento para os assentados. Um exemplo é a construção do laticínio que é um grande desafio para a cooperativa que busca diminuir os custos com a terceirização da produção de alimentos para que tenham mais

condições de fornecer melhores preços na compra do leite “in natura” dos assentados, consolidar uma competição no mercado para agregar valor a este produto, pois essas empresas não teriam mais este leite disponível para a compra. E isso aumentaria a concorrência do preço. Além de subir o preço do leite, a cooperativa visa com a construção do laticínio, economizar grande parte de seus gastos com industrialização de seus produtos. Ela mesma faria o processo de industrialização e fabricação de seus produtos que seriam entregues nas escolas através dos programas do PNAE, PAA e PPAIS, inclusive, para o mercado tradicional que é um dos desejos mais almejados da cooperativa, pois a pandemia revelou a necessidade de não ficar refém das políticas públicas, por incapacitar o desenvolvimento de toda a cooperativa por dificuldade na venda do produto devido à paralisação das aulas.

Abaixo, pode-se verificar o início das obras da construção do laticínio da COAPAR, cujo funcionamento está previsto a partir de outubro de 2021. O nosso trabalho apenas consegue apresentar o início da obra. Que este sirva como laboratório de pesquisa para demais trabalhos.

Figura 6- Imagens da construção do laticínio



(Fonte: Elaboração própria)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a construção e desenvolvimento da COAPAR, no município de Andradina (SP), podemos entendê-la como um elemento de luta dos territórios do campesinato na região. Em muitos momentos, a palavra consolidação esteve presente ao longo de nossa pesquisa com o intuito de definir a fixação material e ideológica da COAPAR, fato que ainda continua em expansão.

Para tanto, o nosso intuito não é dar finalização a este trabalho, mas elencar algumas ponderações que merecem ser destacadas a fim de fornecer subsídios no que tange à continuidade da luta por terra e dignidade.

Fundada oficialmente no final da década de 1990 e início dos anos 2000 e registrada em 2002, a cooperativa COAPAR trouxe consigo sonhos de uma militância que se formou anteriormente à luta pela conquista do território da fazenda Timboré. Foi o grupo de jovens que procurou forjar um novo território com seu desejo de mudança. Assim, ousaram plantar ainda na fazenda Pendengo, da qual foram despejados.

Não desanimaram e lançaram sementes e sonhos novamente na terra da Timboré. Essa militância jovem se transformou na militância do Movimento Sem Terra, o qual germinava no território nacional e plantou sua semente na região, transformando esse território, que era do latifúndio, em assentamentos de reforma agrária, modificando, assim, pequenas porções do estado de São Paulo.

Dessa maneira, conduziram marchas, paralisações, passeatas, ocupações de terra e muitas outras atividades para reorganizar um território que está em construção.

Longe de se pôr um fim ao debate da construção e conquistas desta cooperativa, o nosso intuito é salientar algumas questões que foram apresentadas nos capítulos anteriores deste trabalho, de modo que possamos construir acúmulos conceituais de debate na formação de uma cooperativa mais forte para as famílias e para o movimento.

Tomando o grupo de jovens como forjador da cooperativa, é importante frisar que a motivação deles tinha dois papéis: formar uma militância do Movimento e oficializar uma estrutura que pudesse dar respaldo às necessidades financeiras da comunidade assentada.

As formas de cooperação já estavam sendo feitas desde as primeiras reuniões ocorridas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, de modo que as famílias, após encaminhamentos concretos das discussões e do planejamento da luta pela terra, organizavam-se para confraternizar. Cada família levava um prato de alimento e ali já partilhavam laços cooperados.

Outros elementos de indícios de cooperação se deram com o início do trabalho coletivo dos pais (dos nossos pais), com a divisão de tarefas e da colheita de forma igualitária. Após a ocupação da fazenda Timboré, rapidamente as famílias se dividiram em 10 grupos de trabalho coletivo. E obtiveram a ajuda de outros assentamentos da região, com tratores e sementes para a realização do plantio. Isso caracteriza mais um laço de fortalecimento entre as famílias que condiciona o nascimento da COAPAR.

Com o tempo, a divisão dos lotes levou ao fracasso a organização do trabalho coletivo. Porém, houve algo relevante, à medida que a organização dos jovens emergia, a organização dos adultos para o trabalho coletivo diminuía. Ainda assim, permaneceram com os jovens três famílias.

A educação e a formação técnica em cooperativismo para os jovens, promovida pelo MST, possibilitou a discussão de uma cooperativa de produção. Porém, não se achavam prontos e continuaram a trabalhar coletivamente com a ajuda financeira da igreja católica, através dos padres Jansen e Renier.

O fim do trabalho coletivo não significou o esfacelamento de uma forma organizativa. Pelo contrário, marcou o início de uma nova ofensiva na conquista de novos assentamentos na região. Os jovens agricultores viraram militantes da luta pela terra e ajudaram a massificar a luta pela terra na região.

A dificuldade que foi encontrada de início, no assentamento, fez com que muitas famílias nem se interessassem pela inserção do grupo de jovens, mas a ousadia não os deixou desistirem. Como vimos, a experiência dos primeiros tanques resfriadores aconteceu na Timboré e no assentamento do Rio Paraná e contou com a participação de aproximadamente 80 famílias envolvidas. Nesse aspecto, permite-nos visualizar o quanto a cooperativa cresceu e se destacou regionalmente. Hoje, a COAPAR conta com 66 tanques coletivos espalhados por toda a região e mais 100 tanques individuais. Com cerca de 800 a 1.100 produtores mensais (a quantidade varia em função do ciclo pluviométrico: período de seca e período de chuva). Os tanques individuais são aqueles que pertencem ao produtor, mas sua produção de leite é captada pela COAPAR.

A fundação da cooperativa foi um marco territorial de construção do novo: o novo projeto, o novo modelo, a nova forma de construção de cooperativa que se diferencia dos modelos já efetivados pelo Movimento. A COAPAR se contrapõe aos modelos já instituídos ao longo dos anos, mas tem dado resultados positivos nessa construção.

Uma questão a ser mencionada é a consolidação de um território de produção de alimento. Com a fixação da cooperativa, houve uma valorização no setor leiteiro, pois a

capacidade de centralização do produto é muito relevante. Como vimos, a cooperativa, apenas no mês de dezembro de 2019, comercializou 1.567.778 litros de leite, um volume de 50.573 litros de leite por dia. Ou seja, uma quantia muito expressiva é controlada pela COAPAR, que ajuda a direcionar o preço do leite, para não ficar abaixo, e impulsiona a competitividade entre as empresas, pois vende o produto para várias empresas, evitando ficar refém de apenas uma e correr o risco de um outro calote, como houve no ano de 2003. Uma vez que a cooperativa centraliza grande parte da produção, ela pode escolher a empresa que quer vender para valorizar mais o leite do produtor.

A existência física da cooperativa, de acordo com nossa pesquisa, remete a um “novo paradigma” assim como MICHELETTO (2003) definiu a conquista da Timboré. Surge um novo modo de uso e a apropriação do solo, com diversidade de sujeitos, construindo uma realidade mais ampla do que a sua unidade de produção.

A cooperativa, assim, com esse novo paradigma, organizou a produção de leite dos assentamentos e imprimiu um novo olhar para a região. Hoje se tornou uma referência organizativa na luta pela terra e conquista do espaço. Na cidade de Andradina, estive no ano de 2019, segundo o gerente do Banco do Brasil, entre as cinco empresas que mais movimentaram dinheiro. Isso demonstra que ela vem conquistando espaço e respeito das instituições.

Essa cooperativa também se torna diferenciada por incentivar a diversificação da produção, que é uma de suas bandeiras de luta. Notamos poucos avanços nesse sentido. Por estar muito limitada com a política do PAA, e após o golpe político da ex-presidenta Dilma Rousseff, tendeu a diminuir muito os recursos para esta modalidade, deixando a cooperativa sem outra possibilidade de organização destes produtores.

É imprescindível que a cooperativa consiga avançar em outros modelos de consolidação das vendas da produção agrícola. Para que de fato seja uma cooperativa que contemple os vários modos de produção e garanta mais renda para os assentados.

Ao estudar o funcionamento de outras cooperativas, podemos indagar se realmente a cooperativa é uma cooperativa ou apenas uma empresa que organiza a produção. Diferentemente das outras cooperativas, a COAPAR possui uma organização bem peculiar. Como estamos finalizando este trabalho, vamos pontuar alguns pontos.

A sua diretoria executiva é muito inteligente, bem-preparada, reduzida e restrita a novos quadros. Alguns são parte desde sua fundação.

Os funcionários são escolhidos através de currículo de acordo com a demanda para tal setor que está sendo preciso no momento. A participação do movimento é muito restrita embora seja do movimento. A organização não tem autonomia nas decisões da cooperativa.

As decisões mais amplas como construção de uma fábrica de ração, venda de caminhão, são tomadas nas assembleias gerais que ocorrem a cada troca de mandato. Enquanto as decisões mais direcionadas são tratadas e decididas pela própria diretoria.

Não há um trabalho coletivo nas áreas de assentamentos, como plantações, vendas e distribuição de recursos, como constatamos nos estudos de Fabrini e Cristofolli. Isso nos fez refletir durante toda a pesquisa no que realmente significa a COAPAR.

Vejamos, se fôssemos tratar superficialmente com as mesmas características de uma outra cooperativa estudada por tais autores, diríamos que a COAPAR seria apenas uma empresa que organiza a produção dos assentados e vende esta produção para outra empresa. Ela seria um atravessador.

No entanto, a partir do momento em que a COAPAR organiza a produção, procura melhores preços, coloca em destaque o produto dos assentados da reforma agrária, ela faz uma luta política. Ela está vendendo não os produtos da COAPAR, mas os produtos dos assentados que são a COAPAR. Quando ela busca melhorar o preço do leite para os assentados, quando procura através do Movimento projetos para viabilizar a produção, quando investe em estruturas que contribuem para seus cooperados, isso tudo faz com que seja uma cooperativa, sim, pois está realizando formas de cooperação que garantem melhores condições de vida para os assentados.

Outro elemento que dever ser analisado para a esta compreensão é a recriação do produtor no assentamento, pois a cooperativa, através de sua loja agropecuária, permite ao assentado ter acesso aos produtos veterinários para o rebanho, bem como sementes e ração para contribuir com a alimentação do gado – de maneira prática e rápida, pois na maioria dos tanques de leite, há um estoque de produtos como milho, ração, sal branco, sal mineral e alguns remédios veterinários de uso emergencial, como anti-inflamatório, antibiótico e outros, para atender o produtor no assentamento de forma imediata. Os outros produtos são vendidos na sede da loja na cidade de Andradina, como arame, lascas, telas, mangueiras, entre outros.

São produtos vendidos com margem pequena de lucro, pois a prioridade não é vender para aumentar o capital da empresa, mas dar as condições ao produtor de ter o produto que necessita, independentemente se estiver com o nome restrito ou não.

Em relação à implementação da política do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), vimos algumas lacunas que devem ser expressas na finalização deste trabalho.

A dificuldade de recriação do campesinato está fortemente ligada aos moldes de como a sociedade se organiza, de modo que os governos instalam sistemas e padrões de recriação da sociedade que ferem a vida humana. Para o campo, as mudanças das políticas do governo que retiram ou dificultam os poucos direitos que já existem dos trabalhadores rurais, incentivando ainda mais a miséria e as dificuldades no campo.

Desta forma, a conjuntura política do Brasil travou algumas conquistas para os assentados desta região. Fato é que, desde 2014, a cooperativa elaborou um projeto para a construção de um laticínio. Foi a primeira pontuada na classificação. Ainda no mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, foram liberadas algumas fatias de recursos para viabilizar a construção do laticínio. O projeto permaneceu parado desde a entrada do ex-presidente Michel Temer e no governo atual do presidente Jair Bolsonaro. A cooperativa ficou no prejuízo, pois grande parte da sua contrapartida foi realizada. E o projeto permaneceu paralisado junto a Fundação Banco do Brasil, desde o ano passado.

Apenas agora, no segundo semestre de 2020, que se tem iniciado a efetiva construção do laticínio. Desta maneira, a cooperativa tem a esperança de construir o laticínio para melhorar o desenvolvimento do campo através da comercialização.

No mais, outro retrocesso para a cooperativa está no corte de recurso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), onde a cooperativa realizava um grande trabalho junto às famílias na região. Nesse sentido, em relação às vendas do PNAE há alguns indícios de perdas para a cooperativa, pois existem algumas propostas do governo atual de tirar a exclusividade da compra do produtor familiar assentado. Ou seja, abre brechas para qualquer grupo de empresa ou cooperativa, que não seja assentado, de participar das chamadas. Por isso a preocupação do Entrevistado 1 quando menciona “que não sabe” o que esperar deste governo.

A falta de um laticínio prejudica não só a COAPAR enquanto pessoa jurídica, mas as famílias, pois o custo para pagamento das empresas para fabricar os produtos como o iogurte, leite em pó, o leite longa vida, e outros, é muito alto. Isso diminui a margem de lucro e a bonificação, no final do ano, para o produtor. Outra questão está na venda no mercado convencional, que segundo um dos entrevistados, menciona que é o maior desafio nesse momento, pois não devem ficar reféns do mercado institucional. Em vista dessa circunstância, acredito que as vendas no mercado convencional sejam imprescindíveis, mas

que as vendas no mercado institucional devam permanecer. Participamos do entendimento que os diversos tipos de vendas sejam somados e não excluídos. Se essa cooperativa avançou tanto em seus 18 anos de vida, que ela avance mais para dar conta de consolidar um laticínio, mesmo que pequeno, para não ficar vulnerável às vendas institucionais, pois o governo caminha no sentido de restringir estes recursos nas escolas. Que a cooperativa consiga caminhar e potencializar suas atividades.

A existência do assentamento é fundamental para a estruturação da cooperativa. Sem famílias produtoras de leite, a vida da cooperativa não tem sentido. O incentivo do governo, para a titulação dos lotes, é uma afronta aos anos de luta pela terra, considerando que a maioria dos assentamentos possuem dificuldades de infraestrutura, como construção de moradias, compra de animais, energia elétrica, estradas e poços de água.

Enfim, a grande dificuldade do homem no campo é idealizada como resolvida através da titulação dos lotes, pois, cansados dessa situação de vida precária, muitos assentados acreditam que a melhor solução será a venda do lote. Com essa medida, o governo quer acabar com a luta pela terra, com os assentamentos. É um governo que não faz assentamentos, não libera créditos para o PAA, bloqueia centenas de DAPs de famílias, extingue os órgãos públicos como o INCRA, ou seja, o horizonte não é muito motivador para a classe trabalhadora do campo, visto que a cooperativa pode ficar sem matéria-prima se não tiver assentados produzindo e colocando sua produção na COAPAR.

Um outro fator analisado durante as entrevistas com os assentados que receberam o “pagamento do PNAE” foi em relação à pertença das famílias na cooperativa. A expansão da cooperativa não caminhou junto com organização das famílias assentadas e do Movimento. A cooperativa colocava um tanque resfriador de leite no assentamento e por causa das demandas cotidianas da luta e da própria vida jurídica da COAPAR não se permitia que a cooperativa fizesse um debate mais próximo das famílias de forma organizativa para a luta e a construção de uma ideologia. Em outras situações, houve um processo de modificação, ou seja, a troca de famílias no assentamento que desconheciam a cooperativa num todo. Assim, em muitos casos a cooperativa é uma “empresa” que capta leite das famílias. Por isso, essas famílias não se relacionam e não participam das lutas do MST. São poucas as famílias que participam das atividades do Movimento e têm “pertença a COAPAR”. Dessa forma, é necessário que haja uma proximidade com essas famílias para que se possa construir um novo olhar para a cooperativa.

Cabe à cooperativa elaborar propostas de atuação nas áreas de assentamentos para que consiga ao menos minimizar as questões de descontentamento por parte dos

assentados. É necessário um trabalho de base que contribua com a produção e ao mesmo tempo com a formação de uma consciência de classe.

Por fim, cabe-nos registrar um outro desafio da cooperativa, que é selecionar os produtores de leite, pois durante o ano de 2019, o mês de julho teve uma queda muito significativa na produtividade. Foram 555.834 litros de leite comercializados, enquanto em dezembro no mesmo ano a produção chegou a 1.567.778 litros de leite mais que o dobro da produção. Ou seja, o produtor ainda não está bem afunilado na produção. O governo não libera assistência técnica para auxiliar esse assentado e melhorar a sua produção. Ele produz em alguns meses e fica sem, ou quase nada, de renda nos outros meses. Isso desanima e empobrece o assentado. É necessário pensar em uma estratégia para que a cooperativa tenha a produção em quantidade satisfatória o ano todo. Do contrário, pode haver a inviabilização dos projetos com o fornecimento dos produtos fornecidos ao PNAE ou futuramente no mercado tradicional.

Para finalizar, deixo algumas questões para futuras pesquisas. Em relação à juventude que esteve sendo protagonista da COAPAR, vimos que esta pode ser um objeto de estudo de futuras pesquisas de outros pesquisadores que queiram compreender o papel importante que esta juventude teve e como se compara com a juventude atual. Uma juventude que tem um outro perfil e que merece ter um destaque diferente, pois esta é parte de uma nova geração em outro momento de luta. A questão dos tipos de mercado com que a cooperativa se relaciona, quais impactos a cooperativa teve em decorrência da pandemia, além das vendas para o PNAE. Enfim, são questões que podem se somar a este trabalho, a fim de contribuir para o debate da luta pela terra e a manutenção do território camponês.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Luziana Queiroz. **Andradina: a Terra do Rei do Gado: 1937- 1969**. L&C Artes Gráficas, 2001.

ALMEIDA, Ana Claudia Silva Almeida; Serra, Elpídio. Concentração de terras no Brasil – um olhar acadêmico sobre o processo. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 21., 2012, Uberlândia. **Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**.

BALDISERA, Raquel Serrano *et al.*. Perfil socioeconômico dos produtores (PNAE e PAA) em Castanheira-MT, Sudoeste da Amazônia Legal. **Revista Campo-território**, n. 29, v. 13, p. 131-161, abr. 2018.

BERGAMASCO, Sônia M. P.; NORDER; Luiz A. C. A formação dos assentamentos a rurais no Brasil: os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997), São Paulo, p. 69- 103.

BOMBARDI, Larissa Mies. Reforma agrária e campesinato: luta de classes e territorialização camponesa em São Paulo. *Associação Brasileira De Reforma Agraria*, n. 1, v. 34, jan./jun., 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018. *In: Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, em 230, p. 10, 30 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em:

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 05 nov 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação. **Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos

10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3345-lei-n%C2%BA-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Sobre o PNAE** Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Histórico**. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 06 nov. 2020.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964. (Coleção Documentos Brasileiros, 118).

CARVALHO, Livia Hernandes. **A trajetória de vida dos assentados de Primavera e Belo Monte**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2008.

CASTO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Luis Beltrame de. **Sonho com a vida**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades. Orientador: José

Henrique de Faria. 2000. 323 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, 2000.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio de. Campesinato. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 31-50.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.*. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. Boletim Dataluta, Presidente Prudente, janeiro de 2020, número 145, p. 2-13, jan. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 2 v. Tese (Livredocência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e a reforma agrária do Brasil. **OSAL**, Buenos Aires, año 9, n. 24, p. 73-85, Oct. 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; COSTA, Vera Mariza H. de Miranda; ESPÍRITO SANTO, Carlos Roberto. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA; Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estado**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/andradina.html>. Acesso em: 31 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA Diretoria De Ordenamento Da Estrutura Fundiária. Coordenação Geral De Cadastro. Divisão De Organização, Controle E Manutenção Do Cadastro Rural. Núcleo De Estudos Estatísticos Cadastrais. **Estrutura fundiária**. Brasil, jul. 2018. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/estatisticas-cadastrais/imoveis_total_brasil.pdf. Acesso em: 25 jan 2020.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.

MARCONI, Ivan César, SANTOS, Luis Miguél Lusio dos. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Interações**, Campo Grande, n. 2, v. 17, p. 173- 183, abr./ jun. 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MICHELETTO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da terra o milagre do pão**: Assentamento Timboré Andradina/SP. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-30.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984.

MST. **Cartilha Programa agrário do MST**: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, Secretaria Nacional, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**: conflitos e violência movimentos sociais e resistência, os “sem-terra” e o neoliberalismo. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Repensando a Geografia).

OXFAM. **Desterrados**: tierra, poder y desigualdad en América Latina: resumen ejecutivo. Oxford, nov. 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão campones no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROVIERO, Andréia. Assentados e trabalhadores rurais: as cooperativas e o MST. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, n. 1, v. 5, jul./dez. 2012.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. A questão: o uso do território. *In*: SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 19- 22.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1- 21, jul./dez. 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, ano 4, n. 6, p.126-148, nov. 2007.

STEDILE, Joao Pedro. Só a greve operária já não aglutina as massas. 20 mar. 2019. *In*: TUTAMEIA. **Papo na cozinha**. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/so-a-greve-operaria-ja-nao-aglutina-as-massas/>. Acesso em: 08 set. 2019.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 180-188.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 26, ed. esp., p. 10-27, 2015.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 16, n. 23, p. 27-42, jul./dez., 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 25-42, 2014.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924- 1964. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.